

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

UHE TELES PIRES

Municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA

RELATÓRIO DE ANDAMENTO 2

Julho/2011



Acompanhe-nos

**PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL,
HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO**

UHE TELES PIRES

Municípios de Paranaíta / MT e Jacareacanga/PA

RELATÓRIO DE ANDAMENTO 2

Julho / 2011

REALIZAÇÃO

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia SS Ltda.

Rua dos Tipoanas 225, Terras do Madeira, Granja Viana.

Carapicuíba / SP. Cep 06352-040

Fones: (11) 4169-4280 / 4169-9567. Email: arqueo@terra.com.br

Responsável: L.D. Dra. Erika Marion Robrahn-González

EMPREENDEDOR

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

Praia do Flamengo, 78, sala 101, Bairro do Flamengo

Rio de Janeiro/RJ

Fone (21) 3235-2889

Responsável: Sr. José Piccolli Neto (Presidente)

APOIO INSTITUCIONAL

INSTITUTO DO HOMEM BRASILEIRO – HBRASIL

Rua 38, n. 352, Boa Esperança, Cuiabá/MT

Cep 78.068-545. Fone (65) 3664-2407

Responsável: Veviane Cristina Ferreira e Silva

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

L.D. Dra. Erika M. Robrahn González – *Arqueóloga, Antropóloga e Historiadora*

Comité Científico

L.D.Dr. Paulo De Blasis - *Arqueólogo, Antropólogo e Historiador*

Gestão Socioambiental

Angélica Pastori de Araujo – *Geógrafa e historiadora*

Thiago Gramuglia - *Historiador e Técnico em Arqueologia*

Gestão de Projeto

Dési Pereira - *Gestão*

Patrimônio Arqueológico

Dagoberto Lopes - *Arqueólogo*

Cassiano Bervig – *Arqueólogo*

Luis Vinícius Sanches Alvarenga - *Historiador e arqueólogo*

Genildo Bezerra Leite – *Técnico em Arqueologia*

Maikon Rodrigo Dias – *Colaborador de campo*

José Sérgio de Lima – *Colaborador de campo*

Jefferson Ricardo Lorsechilter – *Colaborador de campo*

Thiago Silva de Oliveira – *Colaborador de campo*

Ederson José Rodrigues – *Colaborador de campo*

Edino Perin – *Colaborador de campo*

José Robson dos Santos Souza – *Colaborador de campo*

Fernando Fernandes – *Colaborador de campo*

Patrimônio Histórico e Cultural

João Paulo S. Simão – *Historiador*

Sâmela Wutzke - *Graduanda em História*

Ana Carolina Brugnera – *Graduanda em Arquitetura*

Geoprocessamento

Katiúcia de Sousa e Silva - *Geógrafa*

Francisco David F. de Carvalho – *Geógrafo*

Marketing e Produtos

Suzana Cristina Bugiani - *Gestora de Marketing e Produtos*

Liriana Aline Borges – *Técnica em Mídias Sociais*

Cheila Cristiane Borda Machado – *Assistente de Marketing*

Eduardo Staudt – *Web Master*

Emileidi do Nascimento Aguiar – *Técnica em Multimídia*

Willian Ferraz - *Analista de TI*

Tecnologia

Isaul Rafael Ribeiro da Silva – *Gestor de TI*

Pesquisa e Desenvolvimento

Edir Sanches – *Bacharel em sistemas de Informação*

Edição de texto e revisão

Cléber Santos de Mendonça - *Bacharel em Letras*

Andréa Ferreira dos Santos– *Revisora de Texto*

Paulo Marcel Ribeiro Cruz – *Graduando em Letras*

José Luiz de Magalhães Castro Neto - *Técnico em Artes Gráficas*

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. PROJECT DESIGN E GESTÃO DO CONHECIMENTO	9
3. PROJETO CIENTÍFICO	15
3.1 OBJETIVOS DO PROGRAMA	15
3.2. METAS	16
3.3 BASE LEGAL E NORMATIVA.....	17
3.4 ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	18
3.5 CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA E METODOLOGIA.....	23
3.5.1 Abrangência do Programa.....	23
3.5.2 Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology)	25
3.5.3 Arqueologia Pública e Colaborativa.....	28
4. CONTEXTO	33
5. PILOTO E MODELAGEM.....	35
6. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS	46
6.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	46
6.1.1 Prospecções na Área do Canteiro de Obras	46
6.1.1.1 Área do Canteiro ME e Acesso	48
6.1.1.2 A área de pesquisa Estruturas ME	54
6.1.2.3 Área do Acesso Pioneiro, Margem Esquerda.....	64
6.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	123
6.2.1 O quadro histórico regional.....	123

6.2.2 Comunidades locais	146
6.2.3 O Patrimônio Cultural das Comunidades Indígenas.....	148
7. CONTROLE DE GERENCIAMENTO	151
7.1 Plataforma eletrônica GP3	151
7.2 Adaptive Management.....	152
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS	156
9. BIBLIOGRAFIA	158

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o Relatório de Andamento 2 do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, empreendimento localizado nos municípios de Jacareacanga e Paranaíta, Estados do Mato Grosso e Pará. Este Programa abrange as ações relativas às etapas de prospecção, resgate e monitoramento da Usina, em atendimento ao:

- Parecer Técnico n.111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 10.12.2010, referente ao Patrimônio Arqueológico e Histórico;
- Ofício n. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 06.04.2010.

O escopo das atividades a serem desenvolvidas pelo presente Programa atende às regras definidas pelas Portarias Normativas IPHAN 07/88 e 230/02 (no que se refere ao Patrimônio Arqueológico) e à Resolução CONAMA 01/86 (no que se refere ao Patrimônio Histórico e Cultural), aliado às especificidades do contexto científico e cultural apresentado pela região em tela.

No desenvolvimento do Programa, este relatório traz a estado atual de planejamento e execução das atividades previstas em seus seis primeiros meses (janeiro a junho/2011). Durante este período foi dada atenção especial:

- no planejamento estratégico/científico do Programa;
- na legalização da pesquisa junto ao IPHAN (através da obtenção de Portaria de Pesquisa);
- na modelagem das ferramentas e produtos culturais que apoiarão o envolvimento e educação patrimonial junto á comunidade;
- na realização de prospecções arqueológicas na área do Canteiro de Obras (prioritárias no cronograma de obras da Usina).
- nas pesquisas documentais de patrimônio histórico.

Por outro lado, e atendendo a solicitação do IPHAN, este relatório detalha aspectos relacionados: ao sítio rupestre Pedra Preta, localizado na AID da Usina;

- ✓ aos aspectos históricos das comunidades indígenas regionais (localizadas na AI), com especial atenção para itens de territorialidade tradicional.

Os capítulos que seguem trazem seus desenvolvimentos e resultados.

2. PROJECT DESIGN E GESTÃO DO CONHECIMENTO

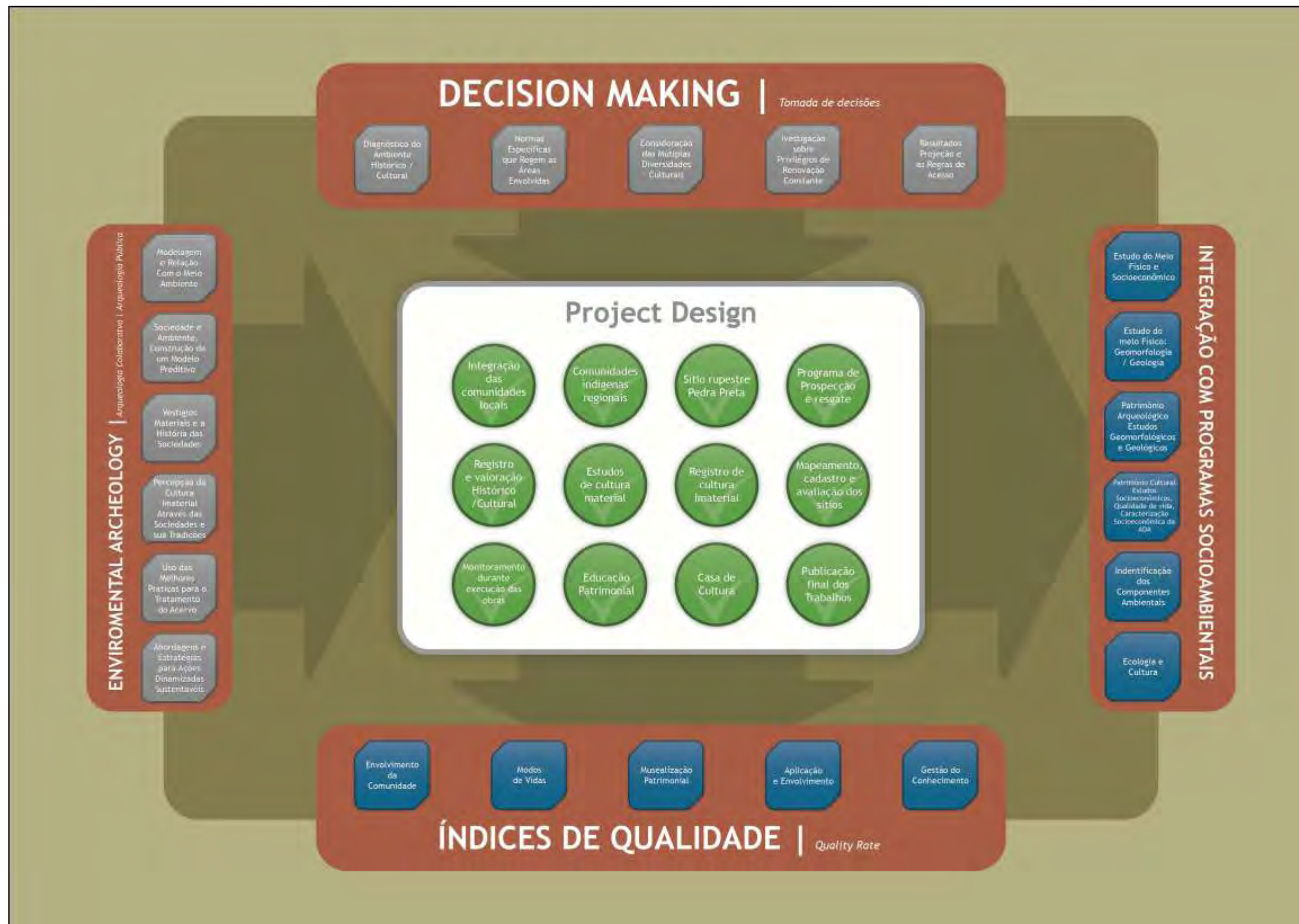
O desenvolvimento do Programa estará baseado na intersecção de quatro Grandes Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso, que permeiam as Macro-Ações envolvidas desde a partida, compondo o *Smart Grid* dinamizador do *Project Design* (vide **Quadro 1**):

- Matrizes de Decisão ou *Decision Making*, aplicadas nas ações previstas para o Programa;
- Linhas Programáticas científicas (*Environmental Archaeology* e Arqueologia Colaborativa);
- Aspectos de integração com os Programas Socioambientais;
- Índices de Qualidade que avaliam o grau de metas cumpridas pelo Programa com base no atendimento às recomendações e práticas de instituições nacionais e internacionais.

A partir de cada uma das grandes matrizes são traçadas linhas de correspondência na forma de ações de pesquisa estratégica, estabelecendo ligações precisas de uma matriz de fator crítico de sucesso a outra e tecendo, assim, uma malha de macro atividades, onde os cruzamentos das linhas constituem os chamados Pontos Focais. Os Pontos Focais, que constituem o núcleo da grade apresentada pelo Quadro 1, correspondem aos problemas científicos de investigação do Programa, ou ainda, a itens específicos estratégicos que devem receber atenção em seu desenvolvimento.

A evolução destes pontos ocorre a partir da criação de grupo interdisciplinar de trabalho com foco específico de ação, o *Focus Group*, reunindo profissionais das diversas áreas envolvidas pelas Grandes Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso. As ações deste grupo são direcionadas para os objetivos específicos do Ponto Focal a ser desenvolvido, efetuando o atendimento direto de cada matriz cuja intersecção originou o Ponto Focal, garantindo, assim, a evolução constante do *Project Design* em um plano de renovação em sintonia com os Índices de Qualidade.

Para as Macro-Ações deste Programa, as Grandes Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso encontram-se dispostas da seguinte forma:



Quadro 1 – Project Design

Matrizes de Decisão ou *Decision Making*

Compreende um conjunto de diretrizes que auxiliam as tomadas de decisão no desenvolvimento das atividades originárias das Macro-Ações do Programa, orientando as atividades necessárias à gestão do projeto rumo à aplicabilidade, funcionalidade e ao aprimoramento constante. Este campo é formado pela sinergia das seguintes variáveis:

- ✓ Diagnóstico do Ambiente Histórico / Cultural
- ✓ Normas específicas que regem as áreas envolvidas
- ✓ Consideração das Múltiplas Diversidades Culturais
- ✓ Investigação sobre Privilégios de Renovação Constante
- ✓ Resultados Projeção e as Regras de Acesso

Linha Programática: *Environmental Archaeology*, Arqueologia Colaborativa

Abrange a conceituação teórico-metodológica do tratamento científico aos patrimônios envolvidos (patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico) apoiado em duas vertentes: a Arqueologia das Paisagens Culturais (ou *Environmental Archaeology*) e a Arqueologia Colaborativa. Ambas serão analisadas em detalhe no Capítulo 5. A partir destas vertentes o Project Design analisa as seguintes variáveis:

- ✓ Modelagem e relação com o meio ambiente
- ✓ Sociedade e ambiente construção de um modelo preditivo
- ✓ Vestígios Materiais e a História das Sociedades
- ✓ Percepção da Cultura Imaterial Através da Sociedade e suas Tradições
- ✓ Uso das Melhores Práticas Para o Tratamento do Acervo
- ✓ Abordagens e estratégias para ações dinamizadas sustentáveis

Integração com fatores sócio-ambientais

O estudo e tratamento do patrimônio arqueológico, histórico e cultural de uma determinada região apresentam uma série de sinergias com aspectos sócio-ambientais, incluindo ações de planejamento e desenvolvimento

econômico regional. Este conjunto de fatores, em grande parte apresentados pelo EIA/RIMA do empreendimento e, depois, desenvolvidos ao longo dos diversos Programas que integram o licenciamento ambiental da obra, trazem elementos que permitem contextualizar os patrimônios estudados e ampliar sua compreensão na medida em que são integrados a quadros ecológicos mais amplos. São, aqui, considerados os seguintes elementos:

- ✓ Estudos do meio sócio-econômico
- ✓ Estudos do meio físico
- ✓ Patrimônio Arqueológico e aspectos físico-ecológicos
- ✓ Patrimônio Histórico-Cultural e aspectos físico-ecológicos
- ✓ Identificação dos componentes sócio-ambientais
- ✓ Ecologia e Cultura

Índices de Qualidade

Para avaliação do grau de metas cumpridas pelo Programa, os Índices de Qualidade se baseiam no atendimento às recomendações e práticas da UNESCO, IFC (International Finance Corporation), IAIA (International Association for Impact Assessment) e IPHAN. Baseiam-se, ainda, nos diversos documentos e cartas internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para que este atendimento seja verificado, as Macro Ações do Programa foram agrupadas nos seguintes Eixos Temáticos:

- ✓ Saberes Tradicionais
- ✓ Modos de Vida
- ✓ Musealização Patrimonial
- ✓ Aplicação e envolvimento
- ✓ Gestão do Conhecimento
- ✓ Índices de Resiliência

Pontos Focais (*Milestones*)

Os Pontos Focais se localizam na parte central do *Grid*, compreendendo justamente os problemas científicos de investigação a serem tratados pelo Programa, além de outros pontos de sensibilidade e atendimento elencados. Cada Ponto Focal apresenta relações com as abas do Grid (Matrizes de Decisão, Linha Programática, Integração com Fatores Sócio-Ambientais, Índices de Qualidade).

Assim, compreendem os Pontos Focais do Programa da UHE Teles Pires o conjunto de temas científicos definidos, somados aos itens de atendimento definidos pelo IPHAN através do Ofício n. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 06.04.2010:

- ✓ Atendimento e integração das Comunidades locais;
- ✓ Levantamento de aspectos históricos das comunidades indígenas regionais (localizadas na AII), com especial atenção para itens de territorialidade tradicional;
- ✓ Integração científica do sítio rupestre Pedra Preta (localizado na AID da Usina) ao patrimônio arqueológico da UHE Teles Pires;
- ✓ Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Prospecção e Resgate para o empreendimento;
- ✓ Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Registro e Valoração Histórico/ Cultural da região.
- ✓ Desenvolvimento de estudos de cultura material, incluindo o registro de peças existentes em coleções públicas e particulares, que permitam complementar e enriquecer a documentação.
- ✓ Levantamento e registro da cultura imaterial junto à comunidade dos municípios envolvidos.
- ✓ Elaboração de um programa de mapeamento, cadastro e avaliação dos sítios arqueológicos/históricos presentes na borda e na área de APP do futuro reservatório, para criação de uma Reserva Arqueológica a integrar as áreas de proteção permanente. Estes sítios deverão fazer parte de um Programa de Monitoramento a ser desenvolvido durante toda a vida útil do reservatório.
- ✓ Elaboração e desenvolvimento de um Projeto de Monitoramento durante a execução das obras.

- ✓ Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Educação Patrimonial que envolva a comunidade.
- ✓ Construção de uma Casa de Cultura em cada município da AID do empreendimento, que deverá abrigar o acervo gerado pelas pesquisas com exposição permanente dos resultados.
- ✓ Publicação final dos trabalhos em formato impresso e digital visando diferentes públicos (comunidade local, comunidade científica).

É importante salientar que a definição e ajuste dos Pontos Focais do Programa compreendem processos dinâmicos a serem constantemente ampliados ao longo de sua execução, integrando novas demandas científicas, sociais e culturais, bem como novas tecnologias e métodos de trabalho.

Os capítulos que seguem detalharão cada um destes aspectos em seu estágio atual e resultados alcançados.

3. PROJETO CIENTÍFICO

3.1 OBJETIVOS DO PROGRAMA

Os objetivos gerais deste Programa podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- a) Desenvolver o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, em atendimento ao Parecer Técnico n.111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 10.12.2010, especificamente o Item 10.4, referente ao Patrimônio Arqueológico e Histórico; e ao Ofício n. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 06.04.2010.
- b) Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio.
- c) Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional.
- d) Envolver a comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, visando contribuir na valorização e preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural brasileiro.

De uma perspectiva científica, este Programa tem como premissas a identificação e caracterização das diversas sociedades humanas que ocuparam e ocupam a região buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos, históricos e culturais de caráter macro-regional. Para tal finalidade a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios arqueológicos/históricos e bens culturais da região, testemunhos das sociedades humanas que habitaram e habitam a área de abrangência da obra aqui tratada.

3.2. METAS

As metas relacionadas a cada uma das macro-atividades propostas pelo Programa são apresentadas no Quadro abaixo:

Macro Atividades	Metas
Elaboração e protocolo IPHAN de Projeto Científico	Legalização do Programa
Levantamentos documentais e cartográficos	Detalhamento das bases científicas do Programa
Prospecções Arqueológicas	Identificação e caracterização do patrimônio envolvido
Resgate Arqueológico	Tratamento do patrimônio
Pesquisas em Patrimônio Histórico e Cultural	Identificação e cadastro patrimonial
Implantação de Plataformas de E-Science e Coworking	Integração dos Stakeholders em plataformas colaborativas
Envolvimento da comunidade e ações de Educação Patrimonial	Integração de Conhecimentos Divulgação do Programa e resultados
Estudos de laboratório/ gabinete	Tratamento dos dados coletados
Análises científicas	Produção de Conhecimento sobre a História e Pré-história local e regional
Prospecção, mapeamento e análises de conservação/valorização/usos para o Patrimônio Cultural presente na APP	Apresentação de contribuições para um Plano de Gestão de Patrimônio Cultural
Organização dos resultados em Modos de Vida e Paisagens Culturais	Modelagens de Sustentabilidade Ecológica e Cultural para gestão futura do patrimônio tratado.

O atingimento destas metas tem, como indicadores, as diretrizes e boas práticas estabelecidas pela UNESCO, IFC, IAIA e IPHAN.

3.3 BASE LEGAL E NORMATIVA

Este Programa atende a legislação brasileira no que se refere à proteção ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

- O Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- A Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional
- A Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que define o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, garantindo sua guarda e proteção.

Por outro lado, este Programa considera também as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- a) A Resolução CONAMA 01/86, especificamente artigo 6, inciso I, alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do Empreendimento (LP, LI, LO).
- b) As Resoluções CONAMA 1986 e 1988, no que se refere à realização de estudos de patrimônio arqueológico, histórico e cultural dentro de processos de licenciamento ambiental.
- c) A Resolução CONAMA 07/97, que vem detalhar as atividades e produtos esperados para cada uma das fases acima citadas.
- d) O Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS/ ELETRONORTE, março/1986), que detalha as especificidades operacionais dos programas ambientais.
- e) A Portaria IPHAN/MinC 07, de 01.12.1988, que normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos.
- f) A Portaria IPHAN/MinC 230, de 17.12.2002, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra.

3.4 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Como Área Diretamente Afetada (ADA) deste Programa considera-se os seguintes terrenos, sobre os quais serão aplicados os procedimentos de pesquisa sistemática descritos mais adiante):

- 151 km² de área de futuro reservatório;
- 453 hectares de instalação do canteiro de obras (ou 4,53 km²);
- 180,92 km² de APP (largura variável de 100 a 500 metros)
- 144 km de extensão das futuras vias de acesso (duas vias provisórias e uma via definitiva), por 50 m de largura, resultando em área de 8,7 km²;

Já como Área Diretamente Afetada (AID) considera-se a bacia do rio Teles Pires no trecho abrangido pela UHE, incluindo as comunidades ali presentes e seus patrimônios arqueológicos, históricos e culturais. Para a AID prevê-se a realização de pesquisas amostrais, que complementem científica e socialmente o quadro de informações obtido na ADA.

Finalmente, como AII consideram-se os municípios de Jacareacanga e Paranaíta, sobre os quais recairão os estudos documentais bibliográficos regionais voltados à contextualização dos patrimônios tratados na ADA e AID. Estarão sendo aplicados estudos de patrimônio histórico e cultural, bem como ações de educação patrimonial, também no centro urbano de Alta Floresta, considerando sua proximidade geográfica da área de estudo e passagem natural das equipes em trânsito para a Usina.

Para visualização da ADA, AID e AII, vide **Figuras 1 a 4**.

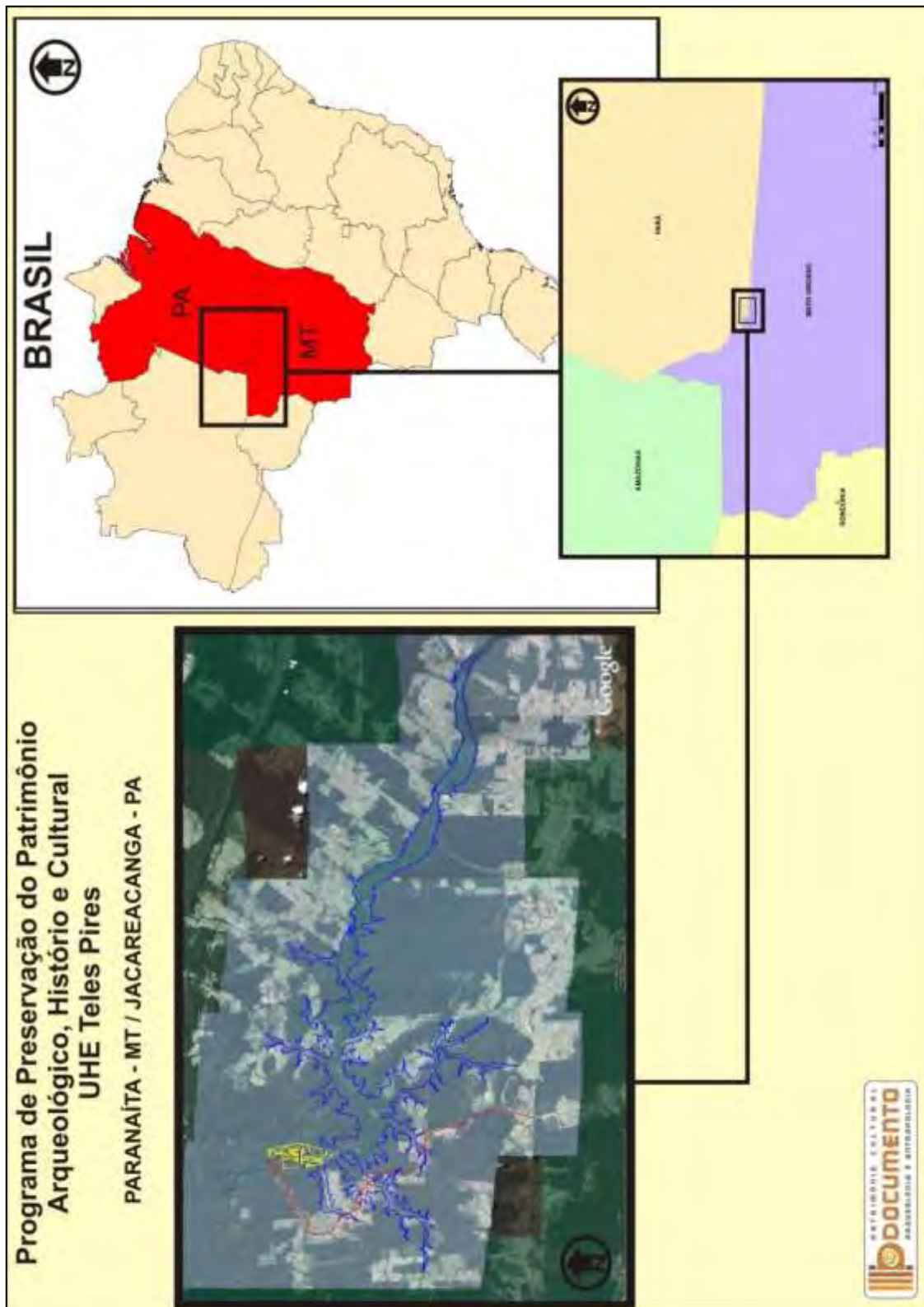


Figura 1 - Hidrografia – bacia do Amazonas e macro-região do empreendimento.

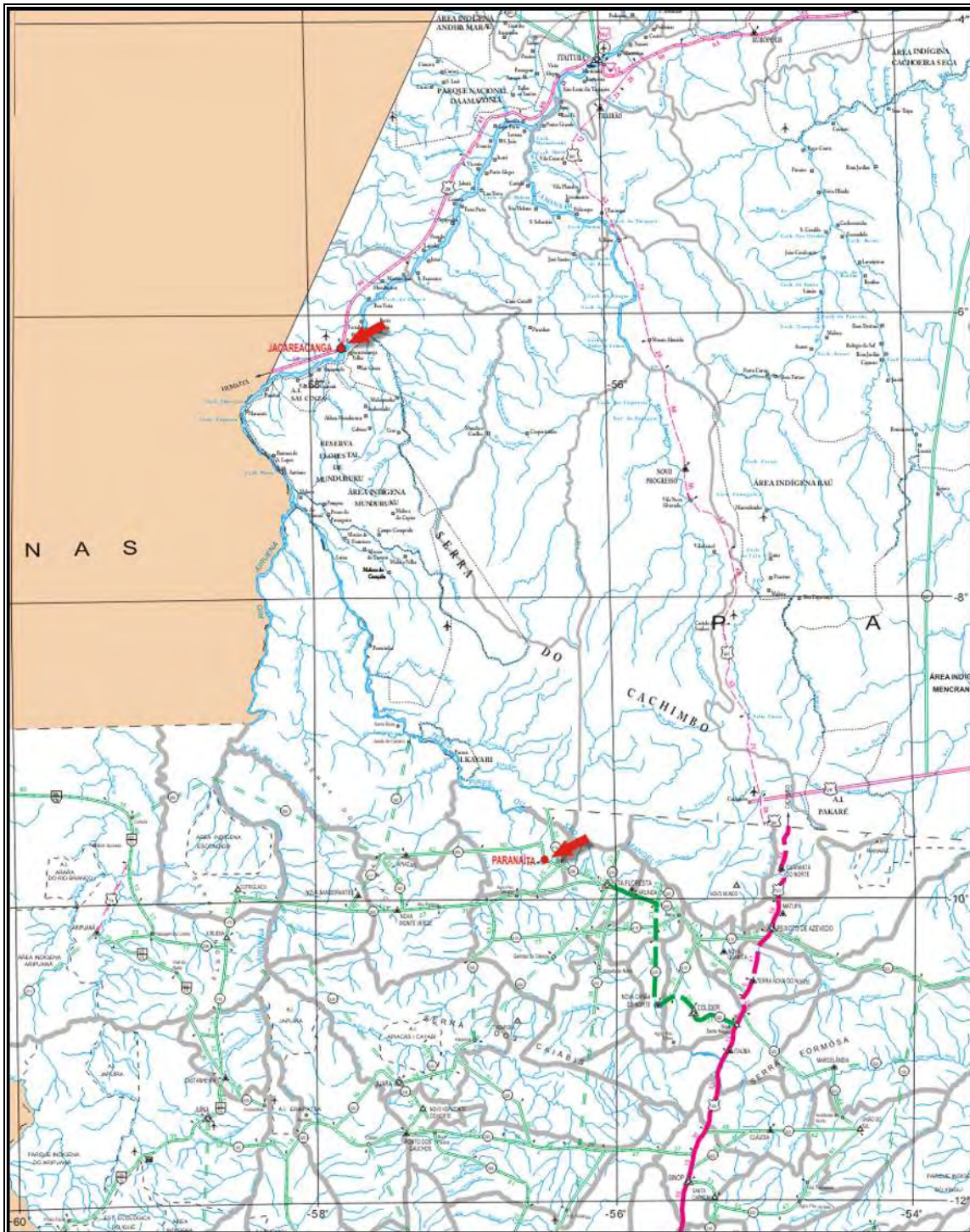


Figura 2 – Localização das sedes dos municípios que integram a AII..



Figura 3 - Relevo regional e uso atual. Fonte Google Maps.

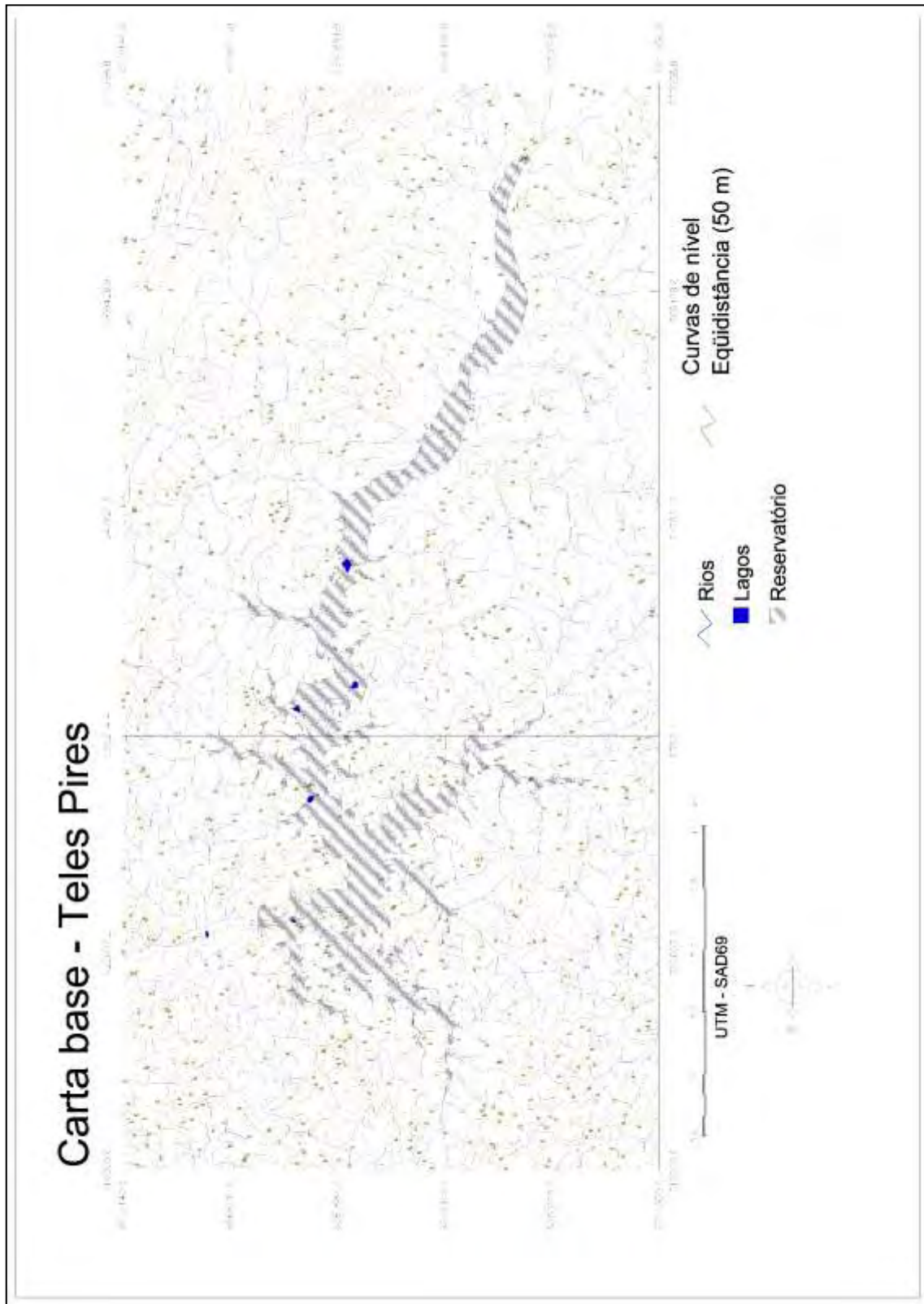


Figura 4 – Delimitação esquemática da área do futuro reservatório da UHE Teles Pires.

3.5 CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA E METODOLOGIA

3.5.1 Abrangência do Programa

O atendimento do patrimônio acima indicado prescinde da realização de um Programa que abranja os diferentes elementos que podem ser, genericamente, sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural”, sendo eles:

- **Patrimônio Arqueológico**, compreendendo os remanescentes físicos e locais na paisagem, referentes às diversas ocupações humanas que se desenvolveram na área pesquisada, em período pré-histórico;
- **Patrimônio Histórico**, compreendendo o estudo dos diferentes cenários sociais, econômicos e políticos de ocupação da área pesquisada, em período histórico e alcançando até as sociedades atuais;
- **Patrimônio Edificado**, compreendendo os bens construídos com significância histórica e/ou cultural, abrangendo não apenas os edifícios que apresentam monumentalidade (igrejas, fortificações, edifícios públicos históricos, por exemplo), mas toda e qualquer construção que represente formas tradicionais de ocupação humana;
- **Patrimônio Material**, compreendendo os elementos físicos materiais relacionados aos Modos de Vida da área, ou seja, as “coisas” que compõem o dia a dia das comunidades;
- **Patrimônio Imaterial**, compreendendo os conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, superstições etc.
- **Patrimônio Paisagístico**, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.

Somente através de um tratamento que abranja o conjunto destes diferentes aspectos é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade do desenvolvimento pré-histórico e histórico regional. Por outro lado, a abordagem destes diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

- ✚ Democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a seu respeito;
- ✚ Ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social;
- ✚ Desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário;
- ✚ Compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas;
- ✚ Adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (atuando como parceiros e partícipes de todo o processo de desenvolvimento do Programa), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo. Assim, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem, a priori, assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Para o alcance deste objetivo, este Programa está conceitual e metodologicamente baseado no cruzamento de duas vertentes teóricas:

- Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology), no que se refere à prática da pesquisa e do Conhecimento Científico; e
- Arqueologia Pública e Colaborativa, no que se refere ao Envolvimento da comunidade.

O texto que segue detalha estas duas vertentes teóricas.

3.5.2 Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology)

A conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. O entendimento dispensado ao que passaremos a chamar de “patrimônio paisagístico” necessita que recuperemos alguns elementos da conceituação de cultura e de patrimônio. Isso se faz necessário, pois é a luz da confluência entre estes três conceitos que, individualmente, se esclarecem e sustentam as definições da “paisagem”.

Como “cultura” empregamos a conceituação a um só tempo ampla e radical, em seu sentido semântico. Cultura como “forma de fazer”, expressão múltipla do estar no mundo, ocupar, transformar, valorar, significar, construída cotidianamente e em eterna mutação pelos povos. Como “patrimônio”, dentro da trajetória de construção e transformação do conceito, adotou-se aquilo que é herdado, que é transmitido através do tempo e valorado por cada geração, ainda que essa valoração seja absolutamente dinâmica.

Com isso temos a terceira dimensão da questão, a da paisagem. Paisagem é, a priori, um conceito que advém da dimensão cultural da existência. Alguns teóricos tenderam a tentar classificá-la como “espaços marca” ou “espaços matriz”, buscando encontrar nelas características consolidadas, modelares, de espaços “intocados” – portanto “naturais” – e outros espaços “apropriados” – portanto “culturais”. Todavia, a classificação do patrimônio segundo essa taxonomia dual e polarizada, o entendimento de uma “paisagem natural” e outra “cultural” nos parece tão frágil e insustentável quanto o restante das classificações estabelecidas sobre estes rótulos.

O ato de olhar é, por si, tanto natural (por conta de suas características biológicas, fisiológicas, etc.) quanto cultural, dada as diversidades sensoriais permitidas pela imensa variabilidade cognitiva promovida pelas culturas. Em suma: nem todos os seres humanos, vivendo num mesmo tempo, em lugares e culturas distintas, ou mesmo ao longo do tempo, vêem da mesma forma, atentam para as mesmas coisas, percebem as mesmas nuances ou, até mesmo, as mesmas formas e cores.

Determinar, então, uma paisagem como “matriz”, por ser supostamente mais “natural”, e outra como “marca”, por ser mais “cultural”, ocultaria o fato de

que, novamente, a paisagem como elemento inerente às culturas carrega “valorações” de múltiplas ordens, materiais, simbólicas, etc., e que é essa presença delas no conjunto de itens que compõem uma cultura que as tornam “patrimônios”. Natureza e cultura, assim, não podem ser compreendidas nem tratadas como dimensões independentes, mas como interdependentes e indissociáveis.

A “paisagem” enquanto “forma”, ou “objeto”, tem ainda uma segunda esfera de complicações, pelo fato de, embora seja lastreada, formada e conformada pelo meio físico, ela só é apreensível através do filtro cognitivo do qual tratamos acima. Uma fotografia, um quadro, um vídeo de uma paisagem não a é em si, mas somente uma “representação” da mesma, pois, como “ambiente”, ela carrega todas as dimensões sensoriais que as representações captam apenas lacunarmente, fragmentariamente. A paisagem é formada pela morfologia do espaço, pelas suas características topográficas, hidrográficas, etc., mas, também, pelos sons, texturas, fenômenos óticos. Além disso, as paisagens recebem valorações, simbologias, significações na estruturação das relações sociais, econômicas, políticas, carregam conjuntos de mentalidades, mitologias. As paisagens são “bens” de valor inestimável aos povos por estarem na base de suas vidas, tocando sempre nas dimensões materiais e simbólicas delas. Portanto, não há paisagem sem um observador.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, apresenta diversas assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada **Arqueologia da Paisagem** (Environmental Archaeology). Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação dos empreendimentos aqui tratados buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial. Para os períodos de tempo mais antigos (e estudados pela Arqueologia), as paisagens culturais são inferidas a partir da análise dos remanescentes físicos e locais dos vestígios identificados, bem como, pelo seu padrão de distribuição no espaço.

Em seu desenvolvimento conceitual, a idéia de paisagem passa a constituir matéria de análise e interesse das mais diversas áreas do conhecimento como a geografia, antropologia, arquitetura e turismo, dentre outras. Isso acaba por lhe conferir diversas interpretações e graus de importância, tanto em seus aspectos naturais como culturais. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta, como comentado, várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem*. “A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo” (Meneses 2002:30). Nessa diretriz, Criado (1999:6) assinalou que a Arqueologia da Paisagem pode ser vista como uma linha de pesquisas arqueológicas orientadas para “... *el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia*”.

Assim, o meio ambiente é analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearam o cenário de implantação do empreendimento em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema, procura tratar seus componentes de interação.

Em resumo, o entendimento do *design* da ocupação humana na região do empreendimento aqui tratado propicia reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente

físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades, ao longo do tempo, na busca de uma convergência entre Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

3.5.3 Arqueologia Pública e Colaborativa

À medida que a Arqueologia foi se firmando enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da *New Archaeology*, já no século XX, perpetua a mistificação da disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Observou-se assim, a partir da década de 1980, uma crescente preocupação no cenário internacional com os aspectos públicos da disciplina.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural estes vestígios se relacionam. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista referentes à herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma mudança de postura com respeito ao “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entendemos não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Assim, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Tem-se, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro. Esta perspectiva é definida pela “Arqueologia Colaborativa”, que visa desenvolver ações não mais para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema.

Hoje, a sociedade tem necessidade de ser competente num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios

públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania.

De fato, não existe um público a considerar, mas vários. Devemos refletir sobre a maneira como nossa sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história? Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Se desejarmos obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então precisamos reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar atrelado à história local, construindo um elo de percepção junto ao público. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros. Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, assim como nos países colonizados em geral, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é freqüente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das

minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou este patrimônio. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica, e dedicada a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação. Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica, contribuindo para o manejo sustentável da cultura.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Finalmente, vale salientar que, pela sua própria natureza e característica, este Programa Cultural não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde o empreendimento está localizado, os avanços das várias tecnologias envolvidas e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores envolvidos (e especialmente com a comunidade).

4. CONTEXTO

Em atendimento aos Instrumentos Normativos vigentes (Portarias IPHAN 07/88 e 230/02), bem como, ao primeiro item condicionante estabelecido pelo Ofício Ofício n. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, foi realizado como primeira atividade do Programa a sua legalização perante o IPHAN. Esta ação se encontra no seguinte item do *Project Design*:

- ✓ **Focus Group:** Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Prospecção e Resgate para o empreendimento;

Para tanto se elaborou, em fevereiro/2011, o Projeto Científico do programa, além de reunir a documentação anexa exigida. Foi neste contexto estabelecida parceria com o Instituto Homem Brasileiro, sediado em Cuiabá/MT, que manterá a guarda final do acervo arqueológico gerado pelas pesquisas.

Ainda no mês de fevereiro o projeto foi protocolado no órgão que, através de sua análise e aprovação, emitiu a Portaria de Pesquisa 08, Anexo I/16, publicada no Diário Oficial da União em 093/março/2011 (em **Anexo**).

Esta Portaria atende e conclui a atividade do Focus Group acima citado, no quesito “Elaboração de Programa”. Este se encontra, agora, em desenvolvimento, conforme demonstrado no presente relatório.

O contexto atual do Programa é de franco andamento, em bloco, do total de ações previstas, embora com ênfase maior para itens de interação com o cronograma da obra, como os levantamentos arqueológicos na área do Canteiro de Obras.

Já se encontram também prontas as modelagens de ferramentas e produtos de envolvimento e educação patrimonial. Em fase de teste e análise final, deverão ser abertas ao público brevemente, de maneira que as equipes de campo possam estender o apoio do Programa ao ambiente virtual, além das ações presenciais previstas.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil Imprensa Nacional



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA N. 8, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria DEPAM/IPHAN N. 2, de 29 de junho de 2009, publicado no D.O.U., Seção 2, de 01.07.09 e de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 17, Anexo I do Decreto N. 6.844 de 07.05.09, na Lei N. 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN N. 07, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III -Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV -Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações e renovações de permissão à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN N. 7, de 01.12.88.

V -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

ANEXO I

16 - Processo No. . 01450.002604/2011-16.

Projeto: Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, Mato Grosso e Pará.

Arqueólogo Coordenador: Érika M. Robrahn Gonzales

Apoio Institucional: Instituto do Homem Brasileiro.

Área de Abrangência: Município de Paranaitá, Estado do Mato Grosso; e Município de Jacareacanga, Estado do Pará.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

5. PILOTO E MODELAGEM

No desenvolvimento do Programa foram realizadas modelagens das ferramentas e mídias sociais que estarão apoiando e ampliando as atividades previstas junto às comunidades locais (envolvimento, educação patrimonial).

O **Quadro 2** traz um esquema destas ferramentas dentro do Plano Multimedia da DOCUMENTO, de acordo com os Stakeholders envolvidos, vide **Quadro 4**. Já o **Quadro 3** traz uma síntese das ferramentas previstas pelo Programa. Todas elas se encontram em fase piloto de aplicação, devendo ser disponibilizadas para acesso ao longo da programação.

O texto que segue detalha cada uma delas e fornece sua modelagem atual.



Quadro 2 – Offering de ferramentas e Mídias Sociais, aderente aos Stakeholders

Offering	Ambientes Presenciais	Ambientes Colaborativos	Mídias Sociais	Suporte	Apresentados
Cartilha Patrimonial		✓		✓	✓
Capacitação dos Professores, através de Palestras sobre arqueologia e patrimônio Cultural	✓				
Palestras para comunidade	✓			✓	
Exposição Oficina	✓	✓			
Museu Virtual	✓ na Montagem	✓			
Arqueo@Parque		✓		✓	
Blog		✓	✓		✓
Site		✓	✓		
Divulgação Facebook		✓	✓		
Divulgação Twitter		✓	✓		
Aulas Didáticas, Plataforma Multimídia				✓	
Divulgação nas Mídias Sociais				✓	
Ensino a Distância		✓	✓		

Quadro 3 – Ferramentas previstas pelo Programa e ambientes relacionados

Focus Group: Programa de Educação Patrimonial que envolva a comunidade

Conforme apresentado pelo Capítulo 2 deste relatório, dentre as atuais ações de sistematização de dados do *Project Design* foram desenvolvidas, em detalhamento específico, atividades de planejamento das ações de envolvimento da comunidade e Educação Patrimonial. Para tanto foi criado um grupo de eprofissionais das diversas áreas envolvidas neste tipo de atividade, prevista nas Macro Ações de Educação Patrimonial do Programa. Este grupo é o chamado *Focus Group*, envolvendo educadores, comunicadores, profissionais de marketing e multimídia, historiadores, arqueólogos, analistas de patrimônio histórico e cultural e técnicos socioambientais.

Este Focus Group elaborou as modelagens de produtos e ferramentas apresentados nas páginas que seguem.

Arqueo@Parque

- Atividade: Integração dos resultados da pesquisa na Plataforma eletrônica permanente da DOCUMENTO, para acesso e integração do público em geral e acadêmico. Destaca-se, nesta ferramenta, o item “Modos de Vida”, onde os diferentes cenários de ocupação humana são apresentados na forma de paisagens culturais, com navegação em ambientes que integram os conhecimentos e os bancos de dados do projeto. Destaca-se ainda, entre diversos itens integrantes no Arqueo@Parque, a “Sala de Aula”, com materiais para subsídio a educadores, bem como Cartilhas Patrimoniais, Ferramentas Educativas, entre outros. Assim, os dados resultantes do presente Programa se integram em conhecimentos para todo o território nacional, ampliando sua aplicação e valorização.
- Público alvo: Comunidade em geral.
- Metodologia: Esta Plataforma integra as demais ferramentas previstas para o Programa como o Museu Virtual, Fale Conosco, Cartilhas Educativas, etc. Traz de forma lúdica o resultado das pesquisas.
- Duração: A ferramenta é mantida de forma contínua.
- Resultado: Alimentação de plataforma que constitua veículo de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar resultados da pesquisa, ampliar o envolvimento da comunidade e o próprio conhecimento nacional e internacional sobre sua história e pré-história da área do empreendimento.



WWW.arqueoparque.com



Fale Conosco

- Atividade: Uso de ferramentas de comunicação visando o acolhimento de dados, opiniões e depoimentos sobre o Programa de Gestão do Patrimônio Cultural, na construção de uma memória coletiva.
- Público alvo: Comunidade em geral.
- Metodologia: Endereço de skype, twitter, facebook, blog, fone e site.
- Duração: Ao longo da duração do Programa.
- Resultado: Implantação de plataformas que constituam veículos de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar dados do Programa e calendário de ações em andamento.



Exposições Oficina

- Atividade: Promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural regional. Inclui exposições com objetivo de divulgar o Programa Patrimonial, seu conteúdo e resultados aos interessados em geral, com mostra de painéis apoiados em recursos multimídia.
- Público alvo: Grupos sociais localizados na área de entorno dos reservatórios. Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para estas comunidades (escolas, associações, grupos etc.).
- Metodologia: São previstas 10 oficinas para o Programa, distribuídas entre os 2 municípios tratados. As oficinas privilegiarão atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural através de atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio.
- Resultado: Participação da comunidade na definição e reflexão do patrimônio cultural presente na região do empreendimento, na presente e no futuro. Veja o **Mapa Mental** das Exposições Oficina abaixo:



O Mapa Mental indica outras ações previstas, associadas às Exposições Oficina, visando ampliar suas ações e resultados. Abrangem:

Biblioteca Digital: A Biblioteca Digital propõe o compartilhamento de conhecimento, colocando à disposição de todos os usuários da Internet, através de E-book, Pod Cast e PDF, de forma a proporcionar a interdisciplinaridade aplicada a cada projeto, tornando-a uma ferramenta colaborativa. Desse modo, a Biblioteca Digital constituirá uma referência para pesquisadores e público em geral.

Arqueo@shop: O Arqueo@shop apresenta-se como importante parte das macro ações de pesquisa do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Artístico e Cultural assim como a educação patrimonial no tocante a prospecção do conhecimento científico à comunidade. Será através desta série de atividades que se possibilitará maior estudo sobre questões arqueológicas tal como sua integração sociocultural. As aulas e os workshops a serem realizados confluirão para a harmonia entre a teoria e a prática, possibilitando uma formação sólida da conjectura estrutural do conceito arqueológico, dinamizando e traduzindo-o à comunidade, elucidando o importante e inextrincável amálgama entre a Arqueologia e o contexto histórico local.

Ação Educativa: Em meio à grande evolução da utilização dos recursos tecnológicos para o setor da Educação, o espaço Arqueo@interativo foi criado para integração de ferramentas educativas. O objetivo é levar em conta temas globais como inclusão social, inclusão digital e acessibilidade da comunidade às infovias para a interação do usuário com o mundo virtual. Esta ferramenta é destinada a promover a reflexão dos conhecimentos produzidos pelos cientistas com a participação constante da comunidade.

Espaço Multimídia: A criação do Espaço Multimídia foi desenvolvido como método inovador na área da Educação e Comunicação Patrimonial. Trata-se de uma ferramenta colaborativa científico-tecnológica destinada a expressão da comunidade, exaltando a visibilidade para a contribuição e valorização da vivência pessoal de cada indivíduo e da memória coletiva da comunidade, além de conhecer algumas iniciativas de pesquisa e desenvolvimento em todas as áreas e suas aplicações.

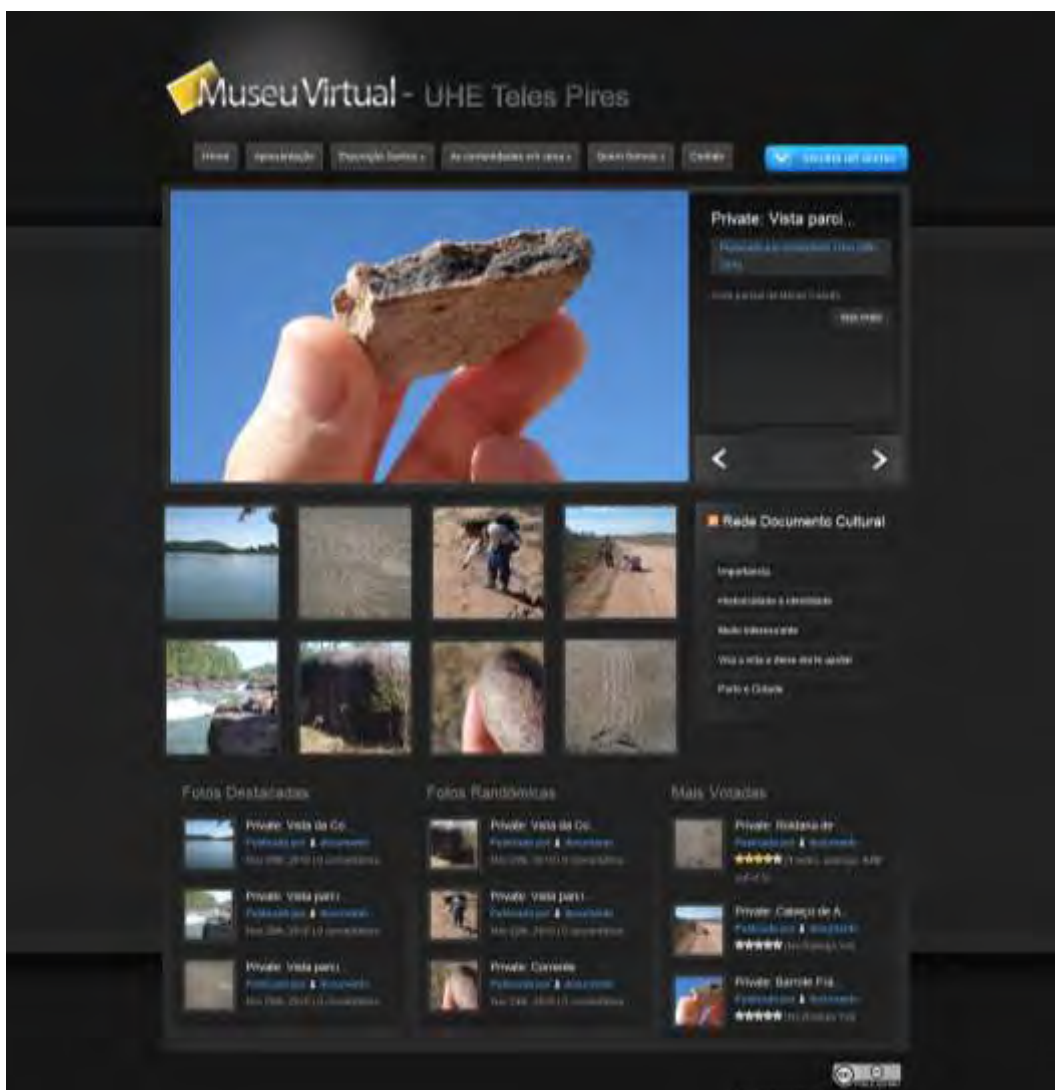
Blog Exposição Oficina

Ir  tratar de todas as a es que envolvem o projeto, com a finalidade de agrupar e dinamizar todas as atividades desenvolvidas promovendo uma intera o eficiente entre as comunidades através de fotos, vídeos, textos, bem como uma Biblioteca Virtual em formato Wiki. O intuito   fomentar a participa o comunitária virtualmente de maneira que todos usufruam desse espaço democrático e de forma continuada, colocando seus comentários, expectativas e depoimentos de maneira que d  ênfase ao caráter sustentável do projeto.

The screenshot displays the 'DOCUMENTO' website interface. At the top, there is a navigation bar with tabs: INICIAL, CONVIDAR, MANUAIS, PÁGINA, CONTEXTO, OBJETIVOS, RESULTADOS, EVENTOS, FOTOS, VÍDEOS, MEMBROS, MANUAIS DE. Below this is a large image of a river scene. The main content area features a post titled 'O contexto desta oficina  ...' with a smaller image of the same river scene. The left sidebar contains several widgets: 'Institui es' with the logo for 'TELES PIRES Colboradores', 'Desenvolvimento' with the 'DOCUMENTO' logo, 'Arqueologia Pública' with a 'TWITTER' section listing tweets, and 'Membros'. The right sidebar includes 'Documento Projetos Planejamento' with a list of items, 'Badge' with a 'Cultura' badge, 'Grupo' with 'ARQCID@PARQUE' and 'w-lab', 'Mapas de Trabalho', 'Pesquisa', 'Organiza o', and 'Integra o'. The bottom of the page shows a grid of small thumbnail images.

Museu Virtual

- Atividade: Aplicação de Plataforma da DOCUMENTO para acesso do público em geral e acadêmico, que apóie o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura material. Este produto estará ligado ao Arqueo@Parque.
- Metodologia: Pesquisa e aplicação de ferramenta multimídia com disponibilização de fotos e/ou vídeo de acervo selecionado, elaboração de legendas científicas, alimentação e atualização continuada da plataforma.
- Resultado: Museu Virtual em plataforma eletrônica (Internet). Divulgação e extroversão permanente do acervo gerado pelas pesquisas.



Cartilha Patrimonial

- Atividade: Elaboração de plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa. De linguagem corrente (não técnica) e privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, a cartilha busca despertar o interesse da comunidade para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural regional, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa.
- Público alvo: Estudantil (1^a. a 4^a. série do ensino fundamental).
- Resultado: Elaboração da Cartilha em meio digital (Internet). Divulgação do Programa para público infantil. Inserção nas Mídias Sociais do Programa (Blog, Arqueo@Parque) e distribuição impressa.



Publicação Científica

- Atividade: Plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa voltada para a comunidade científica, contribuindo para ampliar o conhecimento da pré-história e da história nacional, e da região de estudo em particular.
- Público alvo: Meio acadêmico (bibliotecas, instituições de pesquisas, profissionais em arqueologia, história e patrimônio cultural, instituições públicas).
- Resultado: Elaboração de publicação em meio digital (Internet) e impressa.

Gestão De Conhecimento

- **Atividade:** Tratamento do banco de dados documentais (gráficos, cartográficos, iconográficos, fotográficos e videográficos) das ações desenvolvidas na área, voltado à sua divulgação e disponibilização. No que se refere ao tratamento espacial, serão utilizadas ferramentas de visualização Google Maps e Google Earth, para disponibilização de acesso.
- **Metodologia:** Montagem de data-base, organização dos dados por categoria, definição de trilhas de acesso.
- **Resultado:** Data-base do Programa de Gestão na forma de Plataforma Multimídia/ CD.



O conjunto destas ações visa garantir que os contextos arqueológicos impactados direta ou indiretamente pelo empreendimento sejam efetivamente incorporados à Memória Nacional, conforme prevê a Portaria IPHAN 230.

6. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

6.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

6.1.1 Prospecções na Área do Canteiro de Obras

De acordo com o cronograma e planejamento do Programa, os trabalhos de campo foram iniciados através das prospecções arqueológicas na área do Canteiro de Obras, considerando o cronograma das ações de engenharia.

A área do Canteiro de obras pode ser dividida em 3 grandes porções, a saber (vide *Figura 5*):

- Acesso para BR
- Área do Canteiro e acesso na Margem Esquerda (ME)
- Área de Estruturas de obras na Margem Esquerda (ME)
- Área de Estruturas de obras na Margem Direita (MD)

As prospecções arqueológicas foram concluídas no Acesso, e encontra-se em andamento no Canteiro e Áreas de Estruturas ME. Estas eram as duas áreas prioritárias para as obras. Já o Canteiro MD deverá ser iniciado tão logo se conclua as ações, tanto de prospecção como de resgate, na ME. Depois disto é que serão iniciados os trabalhos de campo na área do futuro reservatório.

O texto que segue traz uma síntese destas prospecções executadas e seus resultados atuais.

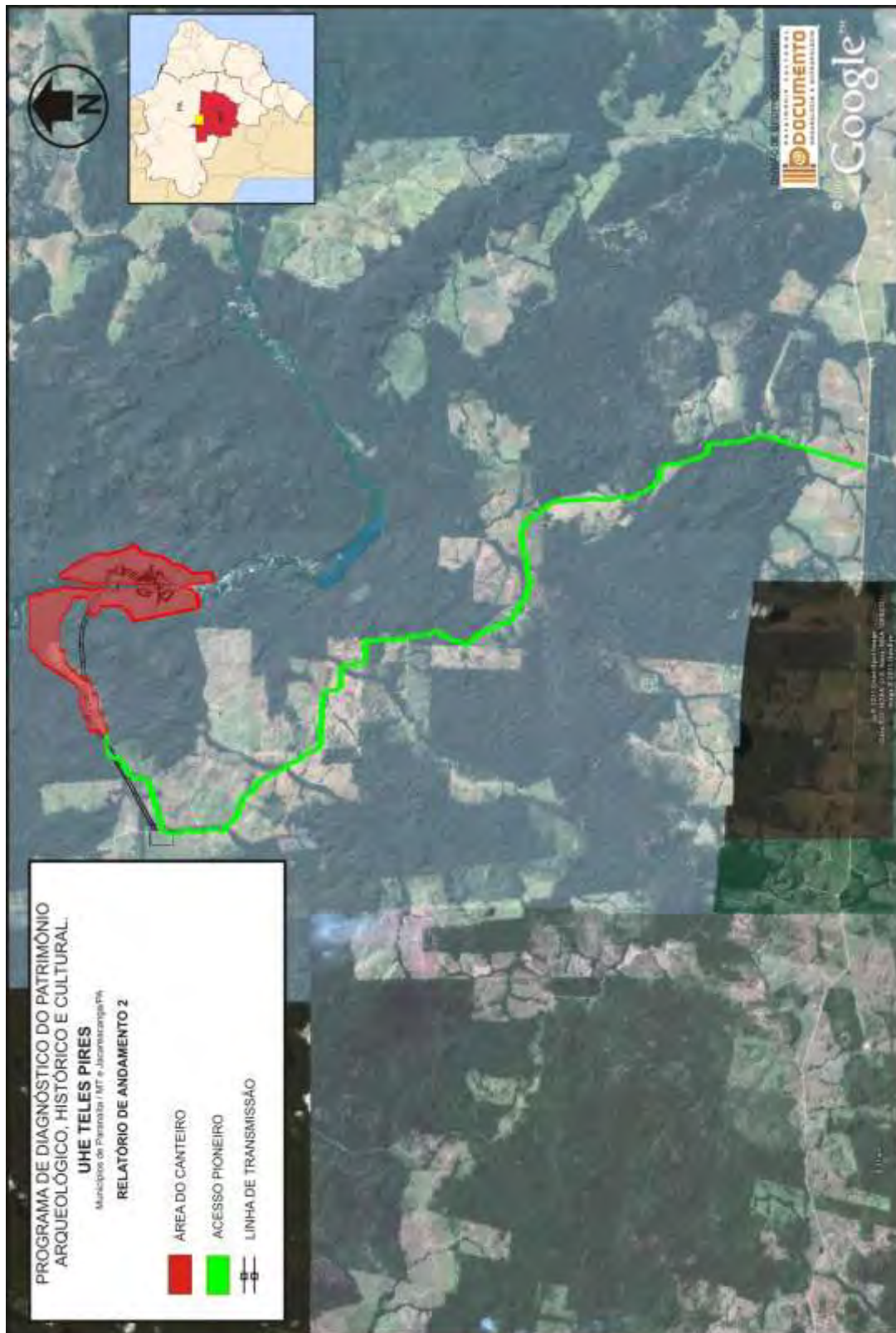


Figura 5 – Layout geral do Canteiro de Obras

6.1.1.1 Área do Canteiro ME e Acesso

As áreas do Canteiro da obra e Acessos ME são áreas contíguas, e se encontram na margem esquerda do rio Teles Pires perpassando o trecho entre as cachoeiras terceira e quarta que, somadas às demais, totalizam sete (as Sete Quedas de Paranaita). Quanto ao relevo apresenta-se diversificado, sendo composto por áreas planas, declives e aclives de baixo, médio e alta intensidade, brejos alagadiços e córregos cristalinos, além de praias nas margens do rio. Também apresenta lajedos curtos e extensos, com a maior parte do terreno coberta por afloramentos rochosos (especialmente em granito). Especialmente esta área é coberta pela intersecção de bioma amazônico e cerrado (**Pranchas 1 e 2**).

A dimensão da área pesquisada refere-se a um polígono na área dos acessos e canteiro sendo delimitado pelos seguintes vértices:

Vértice 1: 524470/8968763

Vértice 2: 524300/8968214

Vértice 3: 524259/8967748

Vértice 4: 524300/8968656

Vértice 5: 523829/8967153

Vértice 6: 523504/8967048

Vértice 7: 523792/8967034

Vértice 8: 523689/8966522

Vértice 9: 523756/8966160

Vértice 10: 523989/8966261

Vértice 11: 524099/896604

Para uma visualização das áreas, vide **Figura 6**.

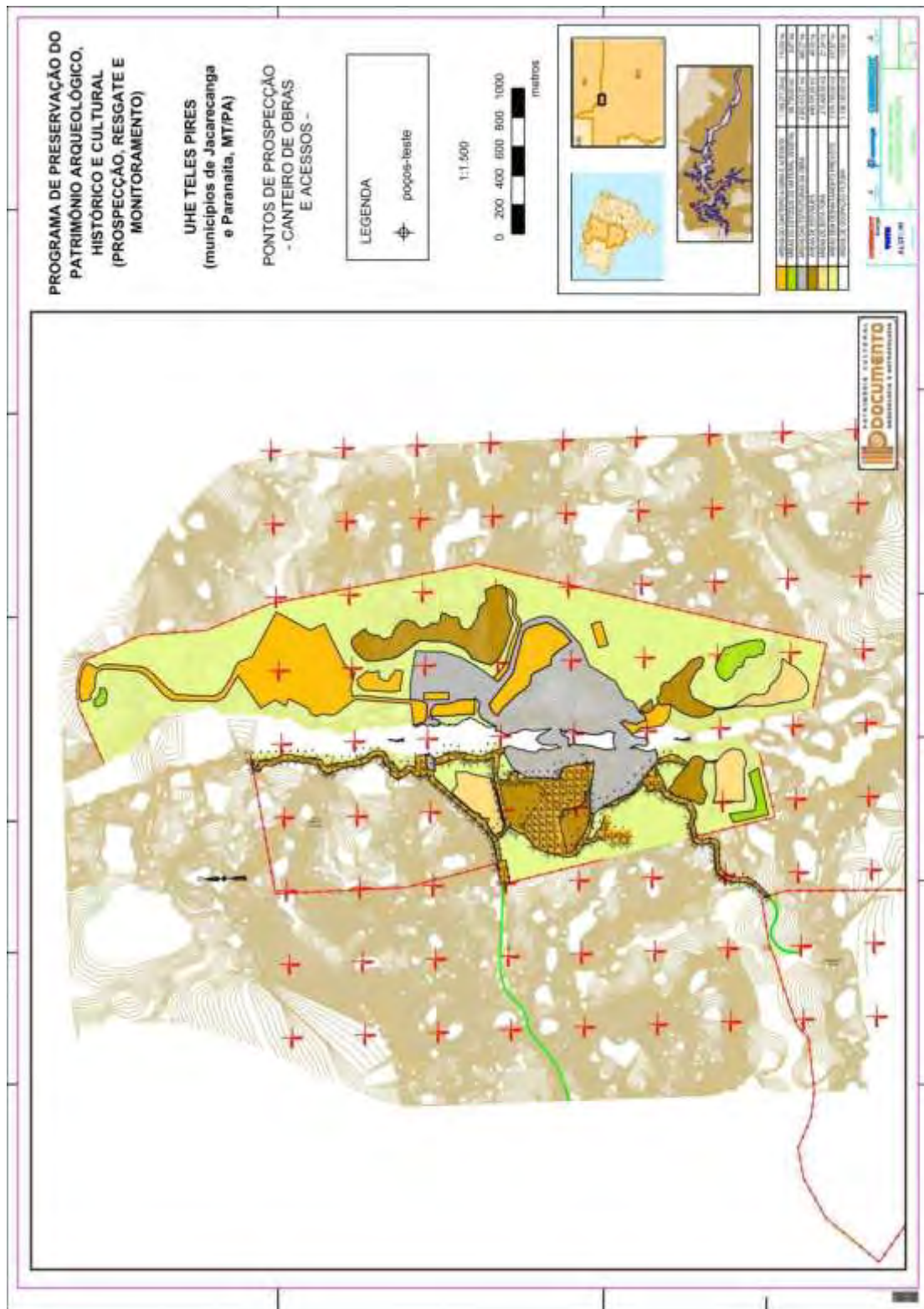


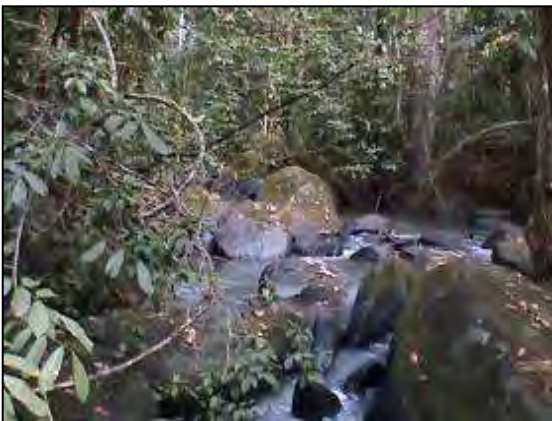
Figura 6 – Mapa da área de pesquisa Canteiro da obra e Acessos ME

Prancha 1 Caracterização geral da Área de Canteiro de Obras e Acessos (Parcial).



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Vista interna mata fechada ombrófila no destaque tronco de uma Maçaranduba (Norte-Sul).

Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Afloramentos rochosos em granito (lajedo) ao fundo remanescentes do bioma de cerrado. (Sul – Norte)



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Pequeno córrego cristalino cortando a área de estudo na sua parte Sul. Nota matações e blocos em granito. (Sul-Norte)

Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Poço teste perfurado com detalhe na sedimentação. Areno-Argiloso marrom amarelado até 40cm de profundidade e areno-argiloso avermelhado após 40 cm de profundidade. (Topo).



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Vista margens do rio Teles Pires com afloramentos rochosos, fortes corredeiras e suas matas ciliar sendo transição do bioma Amazônico com o cerrado. (Sul-Norte).

Prancha 2 - Uso Atual da Área de Canteiro de Obras e Acessos (Parcial).



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Motor retirando água para uso nas sondagens de geologia.
(Leste-Oeste)

Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Marco topográfico de delimitação das áreas do canteiro de obras da UHE Teles Pires
(Topo)



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Churrasqueira em pedra usada por pescadores. (Topo)

Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Crucifixo em madeira indicando um sepultamento na margem esquerda do rio Teles Pires. (Sul-Norte).



Área de Canteiro de Obras e Acessos.
Vista de inscrição talhada em madeira na cruz indicando a data do sepultamento.
(23.4.930) (Topo)

As prospecções nesta área seguiram a metodologia geral do Programa, que definiu para o Canteiro de Obras um levantamento sistemático de varredura (*full coverage*). O procedimento de pesquisa é feito através da aplicação de linhas paralelas de caminhamento, com distância de 50 metros entre cada linha, e abertura de poços-teste (PTs) a cada 50 metros caminhados. Este procedimento foi ajustado conforme características apresentadas pelos terrenos, como áreas de declives acentuados, presença de lajes rochosas ou cascalheiras, entre outros, que remanejaram alguns poços-teste em porções específicas de terreno, retomando, em seguida, a metodologia geral dos trabalhos.

A orientação destas linhas prospectivas, no terreno dos acessos e canteiro (Parcial), foi aplicada a direção leste / oeste das linhas e orientação norte / sul da grade para ambas as áreas pesquisadas. Foi também feita varredura nos pedrais junto ao leito do rio.

Durante os caminhamentos as equipes realizaram prospecção visual da superfície dos terrenos, objetivando identificar a presença de possíveis vestígios arqueológicos ali presentes. Foram, ainda, observados locais com solos expostos (barrancos de estrada, barrancos de rio, voçorocas, ravinas, afloramentos rochosos, lajedos entre outros).

Assim, foram aplicadas e percorridas 26 linhas de caminhamento, somando aproximadamente 11,85 km de trajeto linear para o polígono em tela. Os caminhamentos foram acrescidos da abertura de 215 poços-teste, conforme listagem apresentada na **Tabela 1**. A visualização destas linhas e PTs são apresentadas pela **Figura 7 (Pranchas 3 e 4)**.

Os poços-teste alcançaram entre 0,20 e 1.10 m de profundidade, de acordo com a espessura dos solos sendo fotografadas as áreas de lajedo e afloramentos rochosos. Quanto à composição pedológica, o sedimento apresenta uma fina camada orgânica, de modo que o solo se mostra areno-argiloso na maior parte do terreno, arenoso na margem do leito do rio Teles Pires bem como argilo-arenoso, marrom-amarelado nos níveis iniciais e com tonalidades avermelhadas e presença de cascalho nos níveis mais profundos, nas partes altas e planas isto é, acima do barranco do rio Teles Pires.

O conjunto de atividades de prospecção realizado até o momento nesta área não revelou a presença de vestígios arqueológicos.

Tabela 1 - Lista de poços-teste abertos no Canteiro da obra (Parcial) e acessos Margem Esquerda do rio Teles Pires.

523.857.383	8.966.294.500	524.103.446	8.965.891.204
523.802.131	8.966.292.522	524.070.372	8.965.838.486
523.805.272	8.966.236.946	524.049.147	8.965.791.543
523.857.903	8.966.242.474	524.005.396	8.965.739.091
523.850.701	8.966.189.508	523.955.595	8.965.739.983
523.803.507	8.966.194.653	523.906.350	8.965.761.708
523.604.971	8.965.590.647	524.402.834	8.967.440.659
524.152.731	8.966.139.900	524.205.300	8.966.740.334
524.202.283	8.966.093.775	524.252.840	8.966.743.214
524.300.034	8.965.986.930	524.252.823	8.966.789.642
524.253.413	8.966.039.967	524.251.842	8.966.838.851
524.349.154	8.965.941.064	524.251.919	8.966.889.634
523.751.504	8.965.592.086	524.250.469	8.966.939.899
524.054.744	8.966.342.511	524.253.178	8.966.989.541
524.057.527	8.966.288.788	524.301.373	8.966.992.921
524.101.859	8.966.240.303	524.304.986	8.966.943.127
524.109.173	8.966.191.137	524.254.573	8.967.041.825
523.824.502	8.965.746.829	524.201.818	8.967.074.589
523.781.355	8.965.732.232	524.251.329	8.967.093.296
523.536.338	8.965.543.297	524.301.002	8.967.091.967
523.401.874	8.965.256.008	524.453.641	8.968.640.744
524.202.240	8.966.039.989	524.348.834	8.967.089.343
523.438.524	8.965.303.145	524.397.939	8.967.106.076
523.480.749	8.965.347.806	524.403.444	8.967.195.944
523.653.098	8.965.591.915	524.393.608	8.967.244.167
523.507.459	8.965.379.251	524.400.722	8.967.287.495
524.150.971	8.965.989.321	524.153.610	8.967.065.444
524.199.461	8.965.996.668	524.106.258	8.967.055.206
523.513.219	8.965.438.241	524.055.908	8.967.048.658
524.256.055	8.965.980.758	524.002.839	8.967.036.578
523.511.181	8.965.491.491	524.403.557	8.967.492.832
523.559.237	8.965.573.021	524.401.258	8.968.742.093
523.701.628	8.965.590.365	524.452.087	8.968.745.147
523.784.819	8.965.632.303	524.403.031	8.968.693.069
524.154.592	8.966.039.880	524.452.020	8.968.696.940
523.781.324	8.965.681.467	524.399.343	8.968.287.102
523.860.141	8.965.750.199	524.351.643	8.968.238.313
524.352.914	8.965.891.307	524.348.025	8.968.192.898
524.355.100	8.965.840.171	524.410.237	8.968.191.756
524.320.197	8.965.791.198	524.398.096	8.968.148.403

524.197.193	8.965.945.571	524.252.763	8.967.489.164
524.150.976	8.965.938.380	524.307.476	8.967.538.328
524.103.238	8.965.941.320	524.356.465	8.967.545.016
524.305.134	8.967.590.976	524.442.327	8.967.290.758
524.453.633	8.968.290.747	524.453.633	8.967.340.747
524.201.290	8.967.439.552	524.403.640	8.967.390.746
524.155.718	8.967.390.225	524.453.241	8.967.390.937
524.100.020	8.967.340.782	524.312.110	8.966.590.216
524.055.515	8.967.289.925	524.255.869	8.966.597.349
524.004.099	8.967.242.806	524.205.406	8.966.594.000
523.954.697	8.967.191.488	524.158.848	8.966.592.813
523.908.860	8.967.145.607	524.097.438	8.966.591.049
523.880.071	8.967.072.907	524.057.796	8.966.590.031
523.903.873	8.967.043.367	524.006.181	8.966.635.156
523.953.404	8.967.021.031	524.049.030	8.966.643.785
523.929.777	8.966.991.271	524.096.549	8.966.641.105
523.853.643	8.967.113.633	524.150.051	8.966.639.756
523.804.407	8.967.092.812	524.197.810	8.966.639.523
523.754.905	8.967.088.802	524.249.030	8.966.640.380
523.703.159	8.967.087.536	524.300.243	8.966.644.129
523.657.436	8.967.091.253	524.250.385	8.966.687.280
523.657.858	8.967.044.343	524.206.999	8.966.689.355
523.604.574	8.967.040.223	524.158.966	8.966.693.370
523.552.287	8.967.043.360	524.104.235	8.966.687.260
524.353.658	8.967.590.658	524.055.973	8.966.692.498
524.403.637	8.967.590.747	524.004.752	8.966.691.936
524.353.634	8.967.640.746	523.953.606	8.966.691.764
524.353.638	8.967.690.742	523.904.519	8.966.687.967
524.454.503	8.967.040.791	523.851.891	8.966.689.241
524.352.528	8.967.740.405	523.804.722	8.966.690.855
524.310.585	8.967.741.219	523.753.935	8.966.690.626
524.353.636	8.967.790.742	523.751.177	8.966.636.740
524.403.348	8.967.790.340	523.804.654	8.966.639.794
524.446.788	8.968.340.256	523.753.164	8.966.739.279
524.403.638	8.967.840.744	523.799.708	8.966.739.853
524.453.635	8.967.840.749	523.851.399	8.966.741.730
524.453.639	8.967.890.745	523.900.344	8.966.739.615
524.453.633	8.967.940.750	524.053.012	8.966.741.133
524.453.637	8.967.990.745	523.954.465	8.966.741.361
524.403.640	8.967.990.749	524.003.522	8.966.741.034
524.404.434	8.968.039.345	524.102.418	8.966.740.092
524.403.638	8.968.090.749	524.152.599	8.966.741.210
524.453.640	8.968.390.747	524.052.030	8.966.790.342
524.453.635	8.968.440.743	524.002.348	8.966.792.068

524.453.641	8.967.090.750	523.952.102	8.966.790.005
524.403.640	8.967.140.749	523.905.724	8.966.791.099
524.453.639	8.968.490.748	523.852.092	8.966.791.429
524.453.633	8.968.540.743	523.804.471	8.966.791.124
524.453.637	8.968.590.748	523.804.850	8.966.839.183
523.856.356	8.966.839.531	524.350.871	8.966.448.767
523.905.745	8.966.839.825	524.302.427	8.966.442.431
523.953.209	8.966.838.489	524.248.070	8.966.443.336
524.003.316	8.966.839.644	524.209.088	8.966.438.421
523.949.825	8.966.889.525	524.153.820	8.966.440.235
523.903.769	8.966.889.349	524.103.991	8.966.442.036
523.895.753	8.966.951.740	524.053.726	8.966.438.842
524.355.087	8.966.449.378	524.003.831	8.966.436.436
524.299.855	8.966.538.680	523.956.359	8.966.440.163
524.251.876	8.966.540.387	523.847.572	8.966.489.984
524.203.016	8.966.545.237	523.804.271	8.966.539.719
524.155.935	8.966.542.069	523.751.634	8.966.541.429
524.112.309	8.966.541.799	523.803.828	8.966.493.848
524.055.382	8.966.541.835	523.819.776	8.966.445.242
524.102.107	8.966.490.643	523.855.482	8.966.391.462
524.148.587	8.966.491.262	523.849.056	8.966.344.102
524.198.831	8.966.490.907	523.900.792	8.966.345.590
524.255.986	8.966.489.333	523.948.444	8.966.336.349
524.302.844	8.966.489.998		

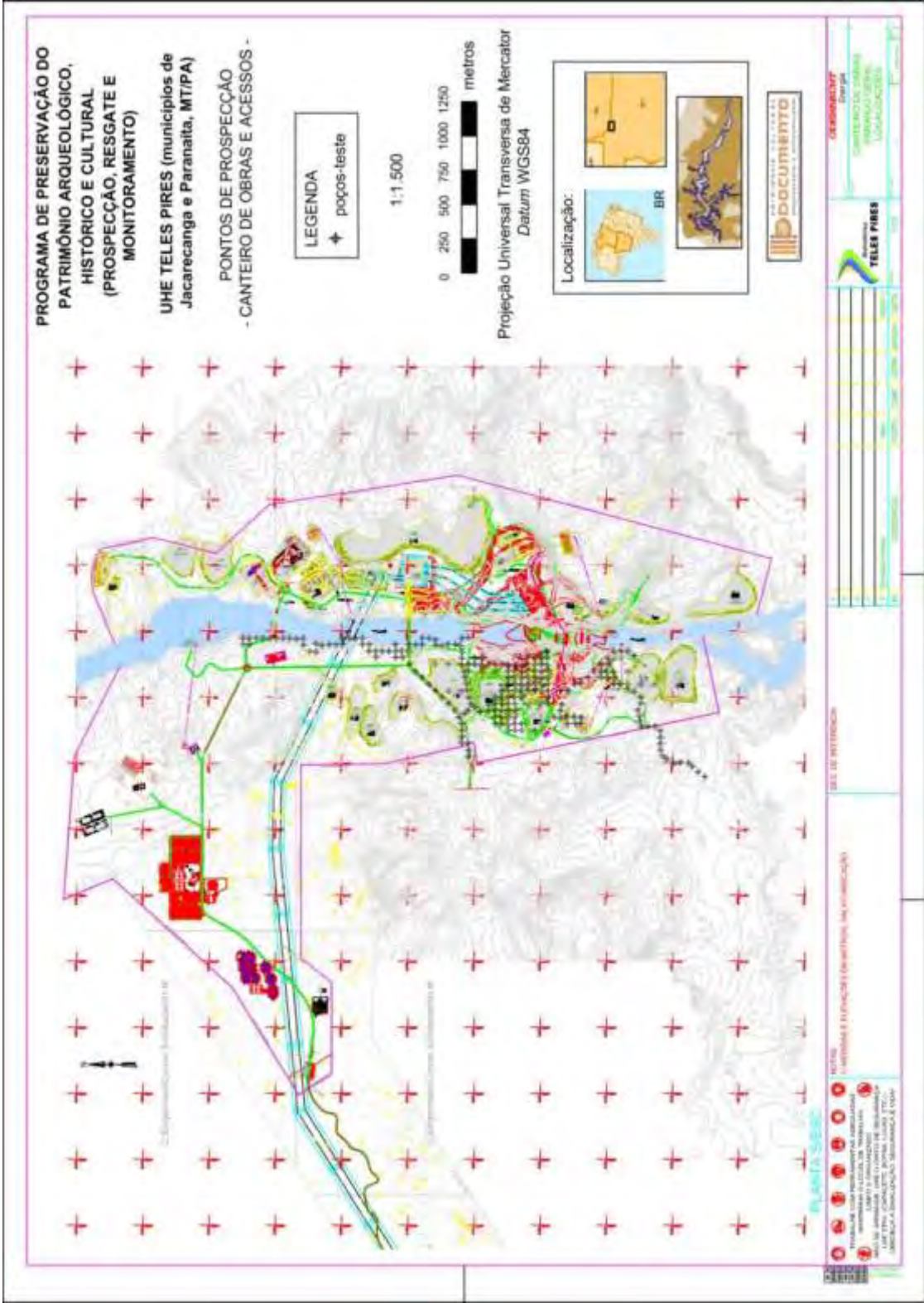


Figura 7 – Mapa de PTs da área Canteiros e Acessos.

Prancha 3 - Caminhamentos em linhas de Prospecção na Área de Canteiro de Obras e Acessos (Parcial).



Caminhamento em linhas sobre pequeno córrego para realização de poço teste.

(Sul- Norte)

Caminhamento na margem esquerda do rio Teles Pires para perfuração de tradagem.
(Sul-Norte).



Verificação de pedrais onde não foi constatada a presença de petrogravuras.
(Leste-Oeste)



Acesso à área em mata fechada para o melhor acesso durante as linhas de prospecção. (Norte- Sul).



Registro de dados de GPS para georreferenciamento da área em estudo.

(Sul-Norte)



Prancha 4 - Perfuração de Poços Teste na Área de Canteiro de Obras e Acessos (Parcial).



Perfuração de poço teste com pesquisador efetuando os devidos registros do sedimento. (Leste-Oeste)

Perfuração de poço teste com verificação de sedimento onde não se constatou presença de vestígio de cultura material. (Oeste-Leste)



Arqueólogo verificando sedimentação retirada do poço teste. (Oeste-Leste)

Poço teste perfurado no detalhe medida com trena tendo 105 cm de profundidade. (Topo).



Pesquisador verificando bloco rochoso e descrevendo a paisagem local.

(Leste-Oeste).

6.1.1.2 A área de pesquisa Estruturas ME

A área da pesquisa Estruturas ME se encontra no polígono geral do canteiro distribuído na margem esquerda do rio Teles Pires, perpassando o trecho entre as cachoeiras terceira e quarta que, somadas às demais, totalizam as Sete Quedas. Quanto ao relevo apresenta-se diversificado, sendo composto por áreas planas, declives e aclives de baixo, médio e alta intensidade, brejos alagadiços e córregos cristalinos. Também apresenta lajedos curtos e extensos, sendo que fora observado na maior parte do terreno a presença de afloramentos rochosos. Também aqui predomina a intersecção de bioma amazônico e cerrado.

A dimensão da área pesquisada refere-se a um polígono delimitado pelos seguintes vértices:

Vértice 1: 521559/8965889

Vértice 2: 524145/8966734

Vértice 3: 523965/8966475

Vértice 4: 524354/8965889

Vértice 5: 524393/8966590

Durante a realização das pesquisas, a área se apresentou coberta por mata nativa ombrófila e parcialmente secundária, notam-se pequenas praias bem como afloramentos rochosos e lajedos em quantidade considerável (**Pranchas 5 e 6**).

As prospecções nesta área seguiram a metodologia geral do Programa, que definiu para o Canteiro de Obras um levantamento sistemático de varredura (*full coverage*). O procedimento de pesquisa é feito através da aplicação de linhas paralelas de caminhamento, com distância de 50 metros entre cada linha, e abertura de poços-teste (PTs) a cada 50 metros caminhados. A orientação destas linhas prospectivas, no terreno dos acessos e canteiro (Parcial), foi aplicada a direção leste / oeste das linhas e orientação norte / sul da grade para ambas as áreas pesquisadas. Foi feita varredura nos pedrais junto ao leito do rio, pois o polígono faz limite com o rio Teles Pires pela margem esquerda, onde se encontra o „cordão“ rochoso.

Prancha 5 - Caracterização geral da Área de Estruturas.



*Vista geral da área prospectada com morros íngremes e cobertura de mata densa com afloramentos rochosos as margens do rio Teles Pires.
(Sul-Norte).*

*Vista interna da mata na área de estudo sendo ela densa mas semi-lenhosa devido os desmates nos planos de manejo.
(Norte-Sul).*



Vista margem esquerda do rio Teles Pires com destaque o grande afloramento rochoso em granito. (Norte-Sul).

Poço teste perfurado com sedimento arenoso marrom e cascalho em granito compacto. (Topo).



Tronco de uma castanheira do Pará, remanescente em área privada na formação de pastagens. (Leste-oeste).

Prancha 6 - Uso Atual da Área de Estruturas.



Marco metálico indicando local pesquisado para estruturação do eixo da barragem. (Topo).

Caracterização da vegetação local. (Norte - Sul).



Perfuração de poço teste para pesquisas arqueológicas. (Sul-Norte).

Mangueiras utilizadas por equipe de geologia para bombeamento de água nas sondagens. (Oeste-Leste).



Picada de acesso. (Oeste-Leste).

Assim, foram aplicadas e percorridas 19 linhas de caminhamento, somando aproximadamente 4.95 km de trajeto linear no polígono proposto para a área. A cada 500 metros caminhados foram abertos poços-teste, num total de 99 par, conforme listagem apresentada na **Tabela 2**. A visualização destas linhas e PTs são apresentadas pela **Figura 8 (Pranchas 7 e 8)**.

A profundidade dos Poços-Teste alcançou entre 0,20 m e 1,10 m, predominando profundidade de 0,50 m, considerando a intensa quantidade de lajedos e solos rochosos. Assim, os poços-teste foram interrompidos quando a escavadeira era limitada pela presença de rochas. Quanto à composição pedológica, o sedimento apresenta uma fina camada orgânica, de modo que o solo se mostra areno-argiloso na maior parte do terreno, arenoso na margem do leito do rio Teles Pires bem como agilo-arenoso, marrom-amarelado nos níveis iniciais e com tonalidades avermelhadas e presença de cascalho nos níveis mais profundos, nas partes altas e planas isto é, acima do barranco do rio Teles Pires. Nesta pesquisa constatou-se a predominância de afloramentos rochosos e lajedos intensos.

Nenhum vestígio arqueológico foi, até o momento, identificado nesta área.

Tabela 2 - Lista de poços-teste abertos na área de Estruturas ME

524.353.138	8.966.393.942	524.349.535	8.965.990.559
524.305.588	8.966.390.543	524.347.272	8.965.977.828
524.251.664	8.966.392.736	524.360.145	8.966.691.196
524.204.999	8.966.389.549	524.353.357	8.966.639.870
524.154.571	8.966.390.980	524.354.172	8.966.589.244
524.105.689	8.966.390.751	524.351.795	8.966.542.549
524.055.343	8.966.389.578	524.402.840	8.966.541.887
524.056.629	8.966.340.081	524.352.812	8.966.490.356
524.101.636	8.966.340.128	524.404.060	8.966.491.455
524.102.368	8.966.289.251	524.364.867	8.966.442.753
524.156.865	8.966.290.802	524.399.880	8.966.445.947
524.147.518	8.966.341.109	524.204.589	8.966.441.445
524.203.412	8.966.339.036	524.149.740	8.966.435.798
524.254.208	8.966.339.319	524.101.486	8.966.440.184
524.304.591	8.966.341.150	524.050.534	8.966.440.660
524.352.673	8.966.341.760	524.006.143	8.966.440.401
524.264.156	8.966.646.000	524.205.122	8.966.292.635
524.352.287	8.966.739.797	524.313.750	8.966.633.000
524.355.217	8.966.789.161	524.255.094	8.966.682.000
524.352.112	8.966.842.624	524.392.271	8.967.549.284
524.389.724	8.966.893.449	524.434.775	8.966.990.771
524.405.711	8.966.935.938	524.412.147	8.966.939.983
524.404.788	8.966.991.318	524.406.979	8.966.946.918
524.351.761	8.966.942.319	524.398.585	8.966.904.017
524.356.257	8.966.891.691	524.378.553	8.966.838.123
524.302.929	8.966.890.658	524.370.218	8.966.800.124
524.301.022	8.966.843.472	524.392.736	8.966.735.222
524.306.478	8.966.797.115	524.391.092	8.966.697.358
524.303.616	8.966.738.262	524.402.377	8.966.639.487
524.252.315	8.966.741.148	524.402.467	8.966.592.781
524.253.000	8.966.292.077	524.407.826	8.966.596.411
524.171.749	8.966.144.337	524.416.215	8.966.530.749
524.204.724	8.966.141.045	524.426.144	8.966.497.094
524.252.777	8.966.140.227	524.415.160	8.966.447.939
524.305.357	8.966.139.073	524.398.041	8.966.390.281
524.353.328	8.966.139.756	524.385.243	8.966.353.119
524.399.697	8.966.140.163	524.376.631	8.966.299.246
524.352.072	8.966.088.279	524.373.484	8.966.241.236
524.302.824	8.966.091.331	524.393.085	8.966.178.190
524.254.199	8.966.089.359	524.395.732	8.966.142.334
524.206.110	8.966.090.780	524.382.326	8.966.105.765
524.294.730	8.966.041.377	524.363.702	8.966.054.058
524.347.103	8.966.046.923	524.360.820	8.967.547.914
524.351.905	8.966.189.790	524.252.777	8.966.140.227

524.303.247	8.966.193.082	524.305.357	8.966.139.073
524.253.967	8.966.189.277	524.353.328	8.966.139.756
524.203.972	8.966.189.957	524.399.697	8.966.140.163
524.153.921	8.966.188.440	524.352.072	8.966.088.279
524.103.176	8.966.241.859	524.302.824	8.966.091.331
524.151.514	8.966.239.966	524.254.199	8.966.089.359
524.202.577	8.966.240.787	524.206.110	8.966.090.780
524.253.346	8.966.241.163	524.294.730	8.966.041.377
524.302.292	8.966.241.920	524.347.103	8.966.046.923
524.352.638	8.966.242.871	524.349.535	8.965.990.559
524.354.941	8.966.290.039	524.347.272	8.965.977.828
524.304.331	8.966.690.304	524.360.145	8.966.691.196
524.353.138	8.966.393.942	524.353.357	8.966.639.870
524.305.588	8.966.390.543	524.354.172	8.966.589.244
524.251.664	8.966.392.736	524.351.795	8.966.542.549
524.204.999	8.966.389.549	524.402.840	8.966.541.887
524.154.571	8.966.390.980	524.352.812	8.966.490.356
524.105.689	8.966.390.751	524.404.060	8.966.491.455
524.055.343	8.966.389.578	524.364.867	8.966.442.753
524.056.629	8.966.340.081	524.399.880	8.966.445.947
524.101.636	8.966.340.128	524.204.589	8.966.441.445
524.102.368	8.966.289.251	524.149.740	8.966.435.798
524.156.865	8.966.290.802	524.101.486	8.966.440.184
524.147.518	8.966.341.109	524.050.534	8.966.440.660
524.203.412	8.966.339.036	524.006.143	8.966.440.401
524.254.208	8.966.339.319	524.205.122	8.966.292.635
524.304.591	8.966.341.150	524.313.750	8.966.633.000
524.352.673	8.966.341.760	524.255.094	8.966.682.000
524.264.156	8.966.646.000	524.392.271	8.967.549.284
524.352.287	8.966.739.797	524.434.775	8.966.990.771
524.355.217	8.966.789.161	524.412.147	8.966.939.983
524.352.112	8.966.842.624	524.406.979	8.966.946.918
524.389.724	8.966.893.449	524.398.585	8.966.904.017
524.405.711	8.966.935.938	524.378.553	8.966.838.123
524.404.788	8.966.991.318	524.370.218	8.966.800.124
524.351.761	8.966.942.319	524.392.736	8.966.735.222
524.356.257	8.966.891.691	524.391.092	8.966.697.358
524.302.929	8.966.890.658	524.402.377	8.966.639.487
524.301.022	8.966.843.472	524.402.467	8.966.592.781
524.306.478	8.966.797.115	524.407.826	8.966.596.411
524.303.616	8.966.738.262	524.416.215	8.966.530.749
524.252.315	8.966.741.148	524.426.144	8.966.497.094
524.253.000	8.966.292.077	524.415.160	8.966.447.939
524.171.749	8.966.144.337	524.398.041	8.966.390.281
524.204.724	8.966.141.045	524.385.243	8.966.353.119
524.376.631	8.966.299.246	524.304.331	8.966.690.304

524.373.484	8.966.241.236	524.353.138	8.966.393.942
524.393.085	8.966.178.190	524.305.588	8.966.390.543
524.395.732	8.966.142.334	524.251.664	8.966.392.736
524.382.326	8.966.105.765	524.204.999	8.966.389.549
524.363.702	8.966.054.058	524.154.571	8.966.390.980
524.360.820	8.967.547.914	524.105.689	8.966.390.751
524.351.905	8.966.189.790	524.055.343	8.966.389.578
524.303.247	8.966.193.082	524.056.629	8.966.340.081
524.253.967	8.966.189.277	524.101.636	8.966.340.128
524.203.972	8.966.189.957	524.102.368	8.966.289.251
524.153.921	8.966.188.440	524.156.865	8.966.290.802
524.103.176	8.966.241.859	524.147.518	8.966.341.109
524.151.514	8.966.239.966	524.203.412	8.966.339.036
524.202.577	8.966.240.787	524.254.208	8.966.339.319
524.253.346	8.966.241.163	524.304.591	8.966.341.150
524.302.292	8.966.241.920	524.352.673	8.966.341.760
524.352.638	8.966.242.871	524.264.156	8.966.646.000
524.354.941	8.966.290.039		

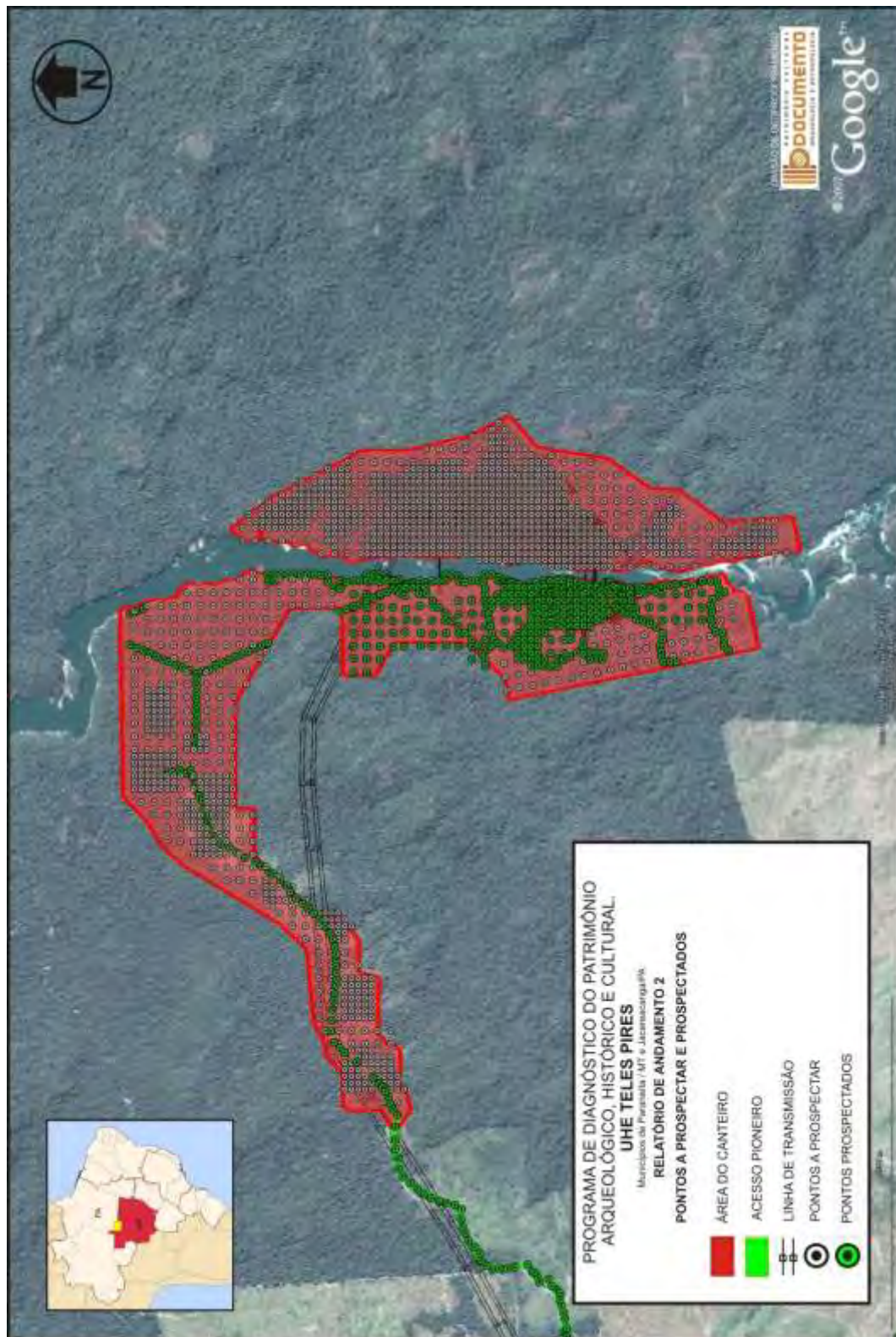


Figura 8 – Mapa de PTs da área Estruturas

Prancha 7 - Caminhamentos em linhas de Prospecção na Área de Estruturas.



*Caminhamento em linhas de prospecção na
meia encosta do morro. (Norte-Sul).*

*Arqueólogo georreferenciando final
da linha de prospecção nos pedrais
as margens do rio Teles Pires.
(Leste-Oeste).*



*Caminhamento em linhas de prospecção
sobre morro íngreme.
(Sul-Norte).*

*Caminhamento
durante as pesquisas.
(Sul-Norte).*



*Arqueólogo georreferenciando
área de pesquisa.
(Sul-Norte).*

Prancha 8 - Perfuração de Poços Teste na Área de Estruturas.



Perfuração de poço teste com pesquisador verificando sedimentação onde não se encontrou vestígio arqueológico. (Sul-Norte).

Poço teste perfurado com 110 cm de profundidade. (Topo).



Realização de tradagem com vistoria de sedimentação. (Sul-Norte).

Pesquisador descrevendo paisagem na área de pesquisa. (Leste-Oeste).



Arqueólogo registrando sedimentação retirada de tradagem. (Leste-Oeste).

6.1.2.3 Área do Acesso Pioneiro, Margem Esquerda

A área da pesquisa aqui denominada ACESSO PIONEIRO ME se encontra na margem esquerda do rio Teles Pires perpassando o trecho desde a MT 206 até as margens do rio Teles Pires, finalizando entre as cachoeiras terceira e quarta das Sete Quedas. Quanto ao relevo apresenta-se bem diversificado, sendo composto por áreas planas, muitos declives e aclives de baixo, médio e alta intensidade, brejos alagadiços e córregos cristalinos com inúmeras pontes de madeira já bem desgastadas, mas que ainda servem para fazer a travessia. Também apresenta, a exemplo das demais áreas trabalhadas, lajedos curtos e extensos, sendo que fora observado na maior parte do terreno a presença de afloramentos rochosos (*Prancha 9*).

A dimensão da área pesquisada refere-se a um polígono na área do ACESSO PIONEIRO sendo delimitado pelos seguintes vértices (*Figura 9*):

Vértice	Fuso	E	N
1	21L	527.956.186	8.946.584.955
2	21L	528.806.553	8.949.887.014
3	21L	528.250.543	8.951.227.454
4	21L	527.531.002	8.952.469.813
5	21L	527.007.700	8.954.660.288
6	21L	526.255.452	8.956.164.196
7	21L	525.546.774	8.956.192.609
8	21L	524.043.496	8.956.252.835
9	21L	523.687.751	8.956.652.892
10	21L	522.931.792	8.957.853.064
11	21L	523.332.005	8.958.564.277
12	21L	523.154.133	8.959.586.647
13	21L	523.065.196	8.960.564.565
14	21L	522.442.642	8.960.520.114
15	21L	522.220.301	8.961.275.778
16	21L	521.731.151	8.961.275.778
17	21L	521.642.215	8.961.764.737
18	21L	520.041.361	8.961.853.638
19	21L	519.641.147	8.962.742.655
20	21L	519.921.040	8.963.011.082
21	21L	519.877.134	8.963.866.917
22	21L	520.118.617	8.964.064.418
23	21L	520.118.617	8.964.569.141
24	21L	520.491.819	8.964.788.586

25	21L	521.150.411	8.964.744.697
26	21L	521.435.801	8.965.117.754
27	21L	522.357.830	8.964.920.253
28	21L	522.599.313	8.965.161.643
29	21L	523.104.233	8.965.315.254
30	21L	523.323.764	8.965.117.754
31	21L	523.653.060	8.965.293.310
32	21L	523.916.497	8.965.205.532
33	21L	524.048.215	8.965.424.977
34	21L	524.443.370	8.965.403.032
35	21L	519.641.147	8.962.742.655
36	21L	519.066.022	8.963.675.262
37	21L	518.498.603	8.964.080.482
38	21L	518.093.304	8.964.242.570
39	21L	517.809.594	8.964.708.572
40	21L	517.748.799	8.966.167.363
41	21L	518.214.893	8.966.471.278
42	21L	519.066.022	8.966.532.061
43	21L	519.653.705	8.967.079.108
44	21L	520.038.740	8.967.767.981
45	21L	520.585.894	8.967.849.025
46	21L	520.991.193	8.968.092.157
47	21L	521.579.627	8.968.210.939
48	21L	522.257.905	8.968.679.348
49	21L	522.698.437	8.969.287.581
50	21L	523.696.939	8.969.285.693
51	21L	524.043.715	8.970.079.766
52	21L	524.323.373	8.969.341.614
53	21L	524.435.236	8.968.883.065
54	21L	524.412.864	8.967.619.258
55	21L	523.696.939	8.969.285.693

Durante a realização das pesquisas, a área se apresentou coberta parcialmente por mata ombrófila densa aluvial que corresponde a proximidade de pequenos córregos e áreas inundadas. Trata-se de uma formação ribeirinha ou mata ciliar que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias. Tal formação é constituída por espécies vegetais com alturas variando de 5 a 50 metros, de rápido crescimento, em geral de casca lisa, tronco cônico e raízes tabulares. Notório também é a extensa área de pastagem outrora floresta amazônica, hoje serve para criação de gado (*Prancha 10*).

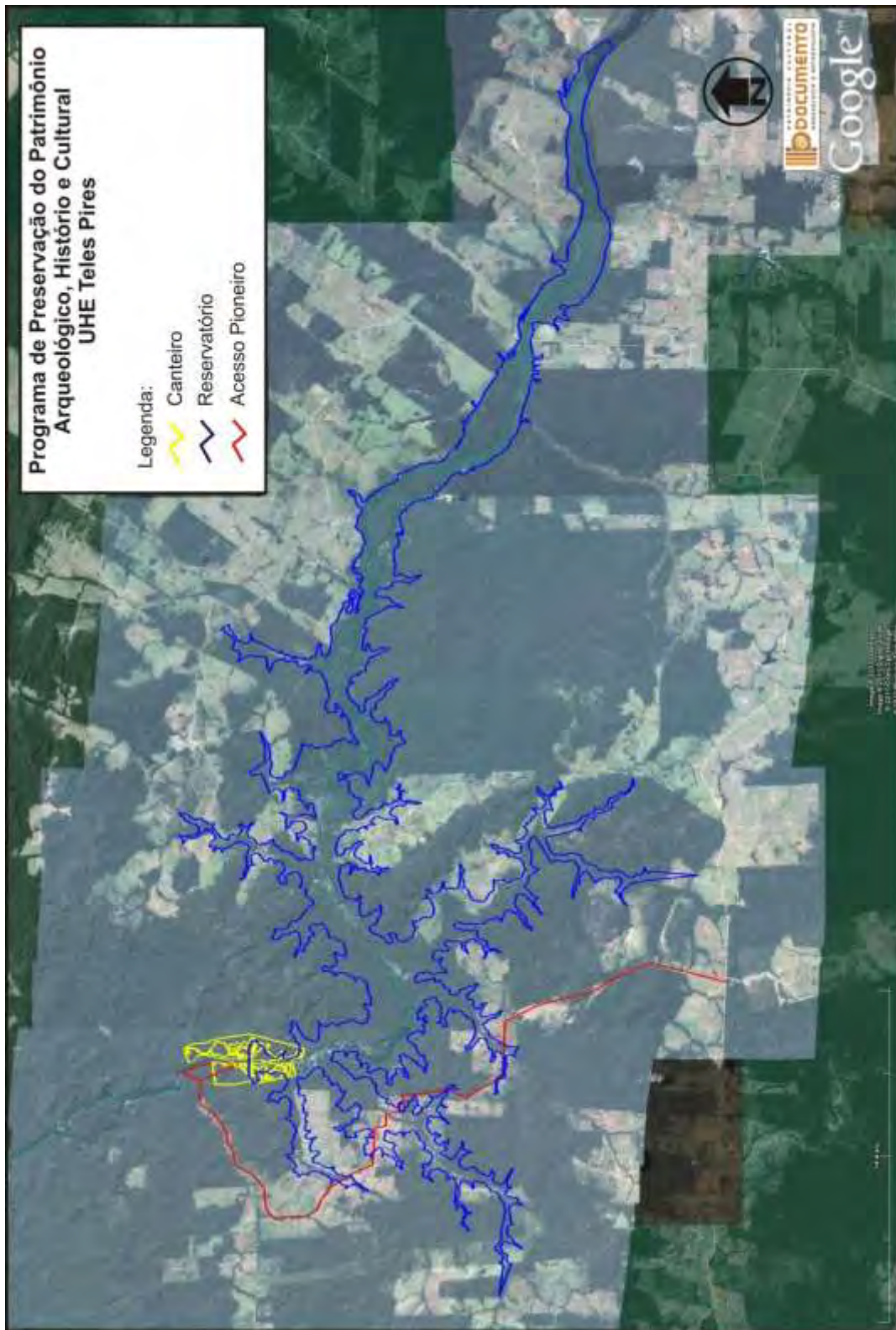


Figura 9 – Mapa da área Acesso Pioneiro

Prancha 9 - Caracterização geral da Área do Acesso Pioneiro.



Vista parcial do traçado da área de estudo, onde se observa pastagem formada em seu entorno e mata ambrófila fechada ao fundo.

(Leste-Oeste).

Floresta ambrófila no traçado do acesso, em parte próximo entrada ao futuro canteiro de obras do empreendimento. (Norte-Sul).



Afloramentos rochosos em granito registrados durante os trabalhos de prospecção.

(Sul-Norte).

Poço teste perfurado com sedimento arenoso marrom, profundidade 115cm. (Topo).



Pequenos córregos registrados durante o trajeto no traçado do acesso provisório (Leste-Oeste).

Prancha 10 - Uso Atual da Área do Acesso Pioneiro.



*Casa de pescador ao lado da estrada de acesso e próximo rio Teles Pires, futura instalações do canteiro de obras.
(Leste-Oeste).*

*Marco topográfico de delimitação das áreas do canteiro de obras ao lado do traçado do acesso provisório.
(Topo).*



*Vista parcial de curral onde o acesso passará.
(Leste-Oeste).*

*Marco para sondagem geológica efetuado pela empresa PROGEO.
(Topo).*



*Vista parcial da área de pesquisa utilizada por turistas para acesso às pousadas existentes nas margens do rio Teles Pires e entorno das futuras instalações da obra.
(Norte-Sul).*

As prospecções nesta área seguiram a metodologia geral do Programa, que definiu para o Canteiro de Obras um levantamento sistemático de varredura (*full coverage*). O procedimento de pesquisa é feito através da aplicação de linhas paralelas de caminhamento e perfurações no solo, com distância de 50 metros entre cada linha, e abertura de poços-teste (PTs) a cada 50 metros caminhados.

Este procedimento foi ajustado conforme características apresentadas pelos terrenos, como áreas de declives acentuados, presença de lajes rochosas ou cascalheiras, entre outros, sendo assim houve remanejamento de alguns poços-teste em porções específicas de terreno, retomando, em seguida, a metodologia geral dos trabalhos em pontos estrategicamente específicos.

A orientação destas linhas prospectivas foi aplicada a direção leste / oeste das linhas e orientação norte / sul da grade para as áreas prospectadas. Assim, foram aplicadas e percorridas 06 linhas de caminhamento, somando aproximadamente 45,5 km de trajeto linear para polígono proposto para a área Chamada ACESSO ME.

Durante os caminhamentos as equipes realizaram prospecção visual da superfície dos terrenos, objetivando identificar a presença de possíveis vestígios arqueológicos ali presentes. Foram, ainda, observados locais com sedimentos estratigráficos expostos (barrancos de acesso ou trilhas, barrancos de rio, também voçorocas, ravinas, afloramentos rochosos, lajedos entre outros).

Os caminhamentos foram acrescidos da abertura de 900 poços-teste, conforme listagem apresentada na **Tabela 3**. A visualização destas linhas e PTs são apresentadas pela **Figura 10 (Pranchas 11 e 12)**.

Os poços-teste alcançaram entre 0,20 e 1,50 m de profundidade, de acordo com a espessura dos solos sendo fotografadas as áreas de lajedo e afloramentos rochosos. Quanto à composição pedológica, o sedimento apresenta uma fina camada orgânica, de modo que o solo se mostra areno-argiloso na maior parte do terreno, arenoso na margem do leito do rio Teles Pires bem como agilo-arenoso, marrom-amarelado nos níveis iniciais e com tonalidades avermelhadas e presença de cascalho nos níveis mais profundos, nas partes altas e planas isto é, acima do barranco do rio Teles Pires nesta área específica.

O conjunto de atividades de prospecção realizado no trecho do Acesso Pioneiro ME revelou a presença sítios arqueológicos totalizando 9 sendo 4 sítios decorrentes do diagnóstico prévio e 5 decorrentes da prospecção recente, a saber:

Sítios novos identificados:

- Estrada
- Portal da Amazônia
- Cadeado
- Denis I
- Denis II

Sítios realocizados, que haviam sido identificados durante a Etapa Diagnóstico:

- Teles Pires 9
- Teles Pires 10
- Teles Pires 11
- Vermelha

As páginas que seguem trazem uma descrição das principais características de cada um destes 9 sítios.

O resultado desta prospecção indicou, portanto, a existência de patrimônio arqueológico positivo na área Acesso Pioneiro ME, que deverá ser objeto de ações de resgate.

Tabela 3 – Lista de poços-teste abertos na área de ACESSO ME.

AP 594	21L	521.698.547	8.961.222.487
AP 595	21L	521.646.629	8.961.227.131
AP 596	21L	521.596.687	8.961.229.958
AP 597	21L	521.552.753	8.961.242.675
AP 598	21L	521.536.891	8.961.293.798
AP 599	21L	519.088.664	8.966.941.618
AP 600	21L	523.872.217	8.956.286.286
AP 601	21L	523.818.097	8.956.319.821
AP 602	21L	523.764.783	8.956.334.746
AP 603	21L	523.704.735	8.956.336.266
AP 604	21L	523.656.542	8.956.358.574
AP 605	21L	523.607.080	8.956.397.637
AP 606	21L	523.558.244	8.956.435.903
AP 607	21L	523.509.619	8.956.474.382
AP 608	21L	523.464.575	8.956.516.390
AP 609	21L	523.421.764	8.956.567.014
AP 610	21L	523.391.449	8.956.634.599
AP 611	21L	523.367.141	8.956.699.419
AP 612	21L	523.352.202	8.956.767.105
AP 613	21L	523.339.509	8.956.835.773
AP 614	21L	523.047.184	8.959.015.131
AP 615	21L	523.052.276	8.959.082.268
AP 616	21L	523.048.506	8.959.147.928
AP 617	21L	523.047.430	8.959.210.416
AP 618	21L	523.048.954	8.959.266.287
AP 619	21L	523.017.172	8.959.315.690
AP 620	21L	522.968.364	8.959.348.348
AP 621	21L	522.938.483	8.959.392.329
AP 622	21L	522.944.948	8.959.446.278
AP 623	21L	522.978.083	8.959.489.767
AP 624	21L	523.016.159	8.959.529.797
AP 625	21L	523.021.639	8.959.583.737
AP 626	21L	522.977.883	8.959.616.578
AP 627	21L	522.943.407	8.959.655.372
AP 628	21L	522.915.220	8.959.702.354
AP 121	21L	522.910.284	8.959.756.876
AP 122	21L	522.931.065	8.959.807.526
AP 123	21L	522.938.106	8.959.854.905
AP 124	21L	522.937.621	8.959.905.818
AP 125	21L	522.934.725	8.959.957.243
AP 126	21L	519.204.719	8.967.092.974
AP 127	21L	521.197.256	8.961.701.519
AP 128	21L	519.146.213	8.967.083.458
AP 129	21L	519.255.545	8.967.132.353
AP 130	21L	519.111.613	8.967.041.375

AP 131	21L	521.146.615	8.961.718.822
AP 132	21L	524.856.372	8.956.043.688
AP 133	21L	524.135.096	8.956.110.114
AP 134	21L	521.098.021	8.961.716.662
AP 135	21L	521.534.730	8.961.352.775
AP 136	21L	521.529.565	8.961.414.288
AP 137	21L	521.522.519	8.961.471.439
AP 138	21L	521.522.463	8.961.533.733
AP 139	21L	521.511.095	8.961.580.277
AP 140	21L	521.494.248	8.961.619.501
AP 191	21L	521.493.461	8.961.665.955
AP 192	21L	521.455.485	8.961.688.927
AP 193	21L	519.077.766	8.966.998.059
AP 194	21L	524.075.449	8.956.112.959
AP 195	21L	521.050.221	8.961.720.458
AP 196	21L	521.000.537	8.961.718.780
AP 197	21L	521.415.486	8.961.693.303
AP 198	21L	524.006.705	8.956.108.098
AP 199	21L	521.369.790	8.961.699.307
AP 200	21L	523.925.502	8.956.159.355
AP 201	21L	521.333.460	8.961.689.459
AP 202	21L	521.296.243	8.961.683.873
AP 203	21L	521.799.247	8.961.213.571
AP 204	21L	521.242.284	8.961.688.208
AP 205	21L	521.748.865	8.961.217.788
AP 206	21L	519.300.392	8.967.180.639
AP 207	21L	519.658.168	8.967.515.833
AP 208	21L	519.358.867	8.967.201.109
AP 209	21L	519.699.577	8.967.567.624
AP 210	21L	519.744.842	8.967.621.544
AP 211	21L	519.411.396	8.967.222.499
AP 212	21L	519.469.794	8.967.237.195
AP 213	21L	519.542.522	8.967.231.524
AP 214	21L	519.574.311	8.967.282.485
AP 215	21L	519.591.038	8.967.342.407
AP 289	21L	519.790.496	8.967.677.280
AP 290	21L	519.852.172	8.967.710.341
AP 291	21L	519.931.596	8.967.713.108
AP 292	21L	520.003.556	8.967.733.774
AP 293	21L	519.605.370	8.967.401.023
AP 294	21L	519.626.837	8.967.461.164
AP 295	21L	520.075.507	8.967.737.119
AP 296	21L	518.957.829	8.963.467.938
AP 297	21L	518.933.590	8.963.511.347
AP 298	21L	518.896.709	8.963.541.603
AP 299	21L	518.856.246	8.963.565.903
AP 300	21L	518.813.288	8.963.591.556
AP 301	21L	520.174.534	8.967.733.630

AP 302	21L	518.771.629	8.963.618.961
AP 303	21L	518.734.652	8.963.640.274
AP 304	21L	518.696.709	8.963.663.896
AP 305	21L	518.654.774	8.963.690.957
AP 306	21L	518.624.090	8.963.727.484
AP 307	21L	518.614.062	8.963.774.343
AP 308	21L	518.604.025	8.963.819.766
AP 309	21L	518.589.406	8.963.868.230
AP 310	21L	518.564.036	8.963.914.448
AP 311	21L	518.516.390	8.963.931.272
AP 312	21L	518.470.687	8.963.953.071
AP 313	21L	518.420.455	8.963.969.952
AP 314	21L	518.369.081	8.963.988.733
AP 315	21L	518.316.670	8.964.010.897
AP 316	21L	518.260.519	8.964.027.808
AP 317	21L	518.206.121	8.964.032.504
AP 318	21L	518.149.992	8.964.038.016
AP 319	21L	518.095.828	8.964.053.221
AP 320	21L	518.039.838	8.964.077.610
AP 380	21L	517.988.376	8.964.104.416
AP 381	21L	517.939.989	8.964.133.565
AP 382	21L	517.902.233	8.964.184.783
AP 383	21L	517.862.078	8.964.242.053
AP 384	21L	517.835.593	8.964.306.731
AP 385	21L	517.781.813	8.964.358.271
AP 386	21L	519.096.650	8.966.824.627
AP 387	21L	519.089.039	8.966.881.429
AP 388	21L	523.914.913	8.956.258.598
AP 389	21L	521.052.219	8.964.652.394
AP 390	21L	521.085.124	8.964.690.594
AP 391	21L	520.966.553	8.964.618.171
AP 392	21L	521.015.043	8.964.629.775
AP 393	21L	521.081.942	8.964.745.484
AP 394	21L	520.034.608	8.964.189.231
AP 442	21L	520.014.368	8.964.238.533
AP 443	21L	520.017.088	8.964.301.751
AP 444	21L	520.010.167	8.964.354.670
AP 445	21L	520.014.151	8.964.405.331
AP 446	21L	520.019.094	8.964.460.949
AP 447	21L	520.047.758	8.964.504.776
AP 448	21L	520.099.476	8.964.530.929
AP 449	21L	520.152.942	8.964.554.708
AP 450	21L	520.215.146	8.964.566.778
AP 451	21L	520.264.945	8.964.599.761
AP 452	21L	520.316.068	8.964.631.530
AP 453	21L	520.375.191	8.964.647.975
AP 454	21L	520.433.742	8.964.663.532
AP 455	21L	520.500.157	8.964.649.976

AP 456	21L	520.550.930	8.964.646.140
AP 457	21L	520.602.376	8.964.643.379
AP 458	21L	520.655.622	8.964.634.065
AP 459	21L	520.708.320	8.964.631.794
AP 460	21L	520.762.569	8.964.639.012
AP 461	21L	520.817.097	8.964.633.913
AP 462	21L	520.864.204	8.964.622.990
AP 463	21L	520.917.039	8.964.618.050
AP 464	21L	521.109.148	8.964.796.160
AP 465	21L	526.440.083	8.955.794.446
AP 466	21L	522.882.366	8.969.320.949
AP 467	21L	524.007.791	8.965.318.734
AP 468	21L	522.897.298	8.969.372.521
AP 469	21L	522.889.424	8.969.428.127
AP 470	21L	522.888.296	8.969.481.997
AP 471	21L	523.652.128	8.965.142.267
AP 472	21L	523.701.934	8.965.122.053
AP 473	21L	523.752.485	8.965.113.765
AP 474	21L	523.787.832	8.965.151.933
AP 533	21L	523.814.623	8.965.196.991
AP 534	21L	523.851.745	8.965.231.386
AP 535	21L	523.902.191	8.965.234.237
AP 536	21L	524.293.121	8.965.741.114
AP 537	21L	523.955.642	8.965.242.683
AP 538	21L	522.795.234	8.969.256.178
AP 539	21L	522.741.883	8.969.238.147
AP 540	21L	524.057.186	8.965.330.898
AP 541	21L	522.850.520	8.969.277.941
AP 542	21L	524.109.780	8.965.324.203
AP 543	21L	524.161.004	8.965.333.289
AP 544	21L	524.289.940	8.965.790.454
AP 545	21L	524.208.707	8.965.318.432
AP 546	21L	524.257.245	8.965.829.044
AP 547	21L	524.250.438	8.965.879.137
AP 548	21L	524.231.272	8.965.270.591
AP 549	21L	524.263.359	8.965.231.130
AP 550	21L	524.313.829	8.965.695.925
AP 551	21L	524.296.581	8.965.271.514
AP 552	21L	524.348.083	8.965.282.491
AP 553	21L	524.346.459	8.965.334.480
AP 554	21L	524.344.855	8.965.403.233
AP 555	21L	524.313.839	8.965.462.478
AP 556	21L	523.960.506	8.965.294.094
AP 557	21L	524.327.161	8.965.527.812
AP 558	21L	524.325.878	8.965.595.379
AP 559	21L	524.311.827	8.965.643.734
AP 560	21L	524.349.122	8.967.945.265
AP 561	21L	524.352.181	8.967.905.081

AP 562	21L	524.368.707	8.967.854.528
AP 563	21L	524.365.277	8.967.800.744
AP 564	21L	524.361.427	8.967.751.984
AP 565	21L	524.361.064	8.967.701.692
AP 575	21L	524.326.931	8.967.638.178
AP 576	21L	524.338.026	8.967.599.908
AP 577	21L	524.328.062	8.967.650.336
AP 578	21L	524.306.049	8.967.700.299
AP 579	21L	524.286.236	8.967.749.362
AP 580	21L	524.336.093	8.967.584.702
AP 581	21L	524.264.702	8.967.800.187
AP 582	21L	524.241.796	8.967.849.196
AP 583	21L	524.220.400	8.967.899.705
AP 584	21L	524.199.197	8.967.950.335
AP 585	21L	524.178.370	8.967.998.907
AP 593	21L	524.157.021	8.968.050.899
AP 61	21L	524.135.836	8.968.100.927
AP 62	21L	524.112.727	8.968.149.779
AP 63	21L	524.093.070	8.968.200.481
AP 64	21L	524.069.925	8.968.250.195
AP 65	21L	524.048.923	8.968.299.342
AP 66	21L	524.026.616	8.968.350.417
AP 67	21L	524.007.575	8.968.399.451
AP 68	21L	523.985.598	8.968.449.349
AP 69	21L	523.962.314	8.968.498.627
AP 70	21L	523.943.449	8.968.550.581
AP 71	21L	523.920.616	8.968.601.072
AP 72	21L	523.898.869	8.968.649.719
AP 73	21L	523.856.120	8.968.749.079
AP 74	21L	523.876.625	8.968.700.516
AP 75	21L	523.833.967	8.968.798.643
AP 76	21L	523.812.552	8.968.849.190
AP 77	21L	523.790.189	8.968.900.153
AP 776	21L	523.770.457	8.968.949.318
AP 777	21L	523.748.471	8.969.000.300
AP 778	21L	523.725.958	8.969.048.836
AP 779	21L	523.705.932	8.969.098.686
AP 78	21L	523.672.795	8.969.147.238
AP 780	21L	523.661.996	8.969.199.779
AP 781	21L	524.187.889	8.956.078.326
AP 782	21L	526.855.770	8.954.437.237
AP 783	21L	526.860.874	8.954.381.057
AP 784	21L	526.867.875	8.954.327.108
AP 785	21L	526.867.109	8.954.272.386
AP 786	21L	526.873.087	8.954.216.130
AP 787	21L	526.874.236	8.954.162.037
AP 788	21L	526.875.847	8.954.110.733
AP 789	21L	526.874.954	8.954.057.114

AP 79	21L	526.861.291	8.954.005.163
AP 790	21L	526.855.070	8.953.952.067
AP 791	21L	526.837.800	8.953.899.442
AP 792	21L	526.834.533	8.953.845.213
AP 793	21L	526.843.292	8.953.792.922
AP 794	21L	526.855.325	8.953.738.321
AP 795	21L	526.863.744	8.953.685.965
AP 796	21L	526.880.013	8.953.636.476
AP 797	21L	526.909.623	8.953.586.144
AP 798	21L	526.924.502	8.953.535.702
AP 799	21L	526.939.021	8.953.482.897
AP 80	21L	526.941.594	8.953.426.570
AP 800	21L	526.914.346	8.953.381.347
AP 801	21L	526.918.164	8.953.327.910
AP 802	21L	526.879.494	8.953.290.868
AP 803	21L	526.851.839	8.953.242.449
AP 804	21L	526.876.640	8.953.195.910
AP 805	21L	526.911.776	8.953.155.129
AP 806	21L	526.947.981	8.953.115.533
AP 807	21L	526.968.934	8.953.067.486
AP 808	21L	526.992.876	8.953.017.723
AP 809	21L	527.019.571	8.952.971.499
AP 810	21L	527.051.916	8.952.924.825
AP 811	21L	527.040.797	8.952.867.256
AP 812	21L	527.063.384	8.952.813.584
AP 813	21L	527.094.855	8.952.769.135
AP 814	21L	527.131.378	8.952.725.034
AP 815	21L	528.594.805	8.949.344.164
AP 816	21L	528.579.374	8.949.291.770
AP 817	21L	528.563.567	8.949.241.072
AP 818	21L	528.546.592	8.949.190.143
AP 874-1	21L	528.529.922	8.949.140.048
AP 875	21L	528.515.522	8.949.088.423
AP 876	21L	528.499.164	8.949.038.401
AP 877	21L	528.478.346	8.948.990.219
AP 878	21L	528.459.651	8.948.939.560
AP 879	21L	528.450.809	8.948.888.931
AP 880	21L	528.431.636	8.948.838.680
AP 881	21L	528.416.650	8.948.790.057
AP 882	21L	528.396.707	8.948.743.671
AP 883	21L	528.386.348	8.948.694.026
AP 884	21L	528.369.974	8.948.646.182
AP 885	21L	528.352.633	8.948.597.746
AP 886	21L	528.336.066	8.948.549.996
AP 887	21L	528.323.986	8.948.500.583
AP 888	21L	528.326.930	8.948.450.177
AP 889	21L	528.298.837	8.948.392.569
AP 890	21L	528.270.082	8.948.336.630

AP 891	21L	528.169.287	8.951.054.474
AP 892	21L	528.215.888	8.951.044.348
AP 893	21L	528.264.107	8.951.032.256
AP 894	21L	528.317.044	8.951.029.557
AP 895	21L	528.368.196	8.951.015.284
AP 896	21L	528.413.415	8.950.991.341
AP 897	21L	528.422.441	8.950.942.265
AP 898	21L	528.420.518	8.950.892.502
AP 899	21L	528.423.579	8.950.839.158
AP 900	21L	528.411.564	8.950.791.061
AP 901	21L	528.405.060	8.950.742.173
AP 902	21L	528.406.109	8.950.692.565
AP 903	21L	528.395.830	8.950.640.139
AP 904	21L	528.407.338	8.950.588.614
AP 905	21L	528.426.973	8.950.542.375
AP 906	21L	528.452.717	8.950.495.103
AP 907	21L	528.480.900	8.950.450.683
AP 908	21L	528.473.480	8.950.395.271
AP-01	21L	528.446.088	8.950.352.755
AP-02	21L	528.432.270	8.950.305.012
AP-03	21L	528.428.000	8.950.254.203
AP-04	21L	528.441.386	8.950.203.845
AP-05	21L	528.458.728	8.950.155.040
AP-06	21L	528.473.574	8.950.102.234
AP-07	21L	528.490.604	8.950.053.615
AP-08	21L	528.513.374	8.950.004.964
AP-09	21L	528.535.374	8.949.958.844
AP-10	21L	528.537.580	8.949.907.548
AP-100	21L	528.531.949	8.949.857.399
AP-101	21L	528.545.546	8.949.807.355
AP-102	21L	528.581.795	8.949.771.464
AP-103	21L	528.616.800	8.949.733.405
AP-104	21L	528.648.443	8.949.690.401
AP-105	21L	528.665.008	8.949.636.750
AP-106	21L	528.660.479	8.949.584.505
AP-107	21L	528.643.725	8.949.521.455
AP-108	21L	526.267.367	8.956.056.119
AP-109	21L	526.293.601	8.956.016.308
AP-11	21L	526.320.761	8.955.972.419
AP-110	21L	526.347.414	8.955.926.844
AP-111	21L	526.380.665	8.955.881.875
AP-112	21L	526.409.645	8.955.836.103
AP-113	21L	526.437.002	8.955.798.736
AP-114	21L	526.472.270	8.955.743.676
AP-115	21L	526.502.822	8.955.694.280
AP-116	21L	526.532.398	8.955.646.154
AP-117	21L	526.558.611	8.955.603.248
AP-118	21L	526.603.139	8.955.580.818

AP-119	21L	526.655.429	8.955.552.545
AP-12	21L	526.693.202	8.955.514.848
AP-120	21L	526.715.687	8.955.471.351
AP-13	21L	526.740.508	8.955.438.185
AP-14	21L	526.763.866	8.955.393.576
AP-141	21L	526.783.146	8.955.345.243
AP-142	21L	526.799.888	8.955.299.230
AP-143	21L	526.801.436	8.955.249.483
AP-144	21L	526.808.950	8.955.192.735
AP-145	21L	526.813.135	8.955.137.222
AP-146	21L	526.809.570	8.955.092.900
AP-147	21L	526.818.864	8.955.040.997
AP-148	21L	526.823.167	8.954.984.307
AP-149	21L	526.822.496	8.954.932.097
AP-15	21L	526.825.330	8.954.879.912
AP-150	21L	526.833.356	8.954.831.171
AP-151	21L	526.834.312	8.954.777.930
AP-152	21L	526.840.651	8.954.723.639
AP-153	21L	526.844.213	8.954.672.630
AP-154	21L	526.844.995	8.954.620.845
AP-155	21L	526.848.483	8.954.569.225
AP-156	21L	526.852.579	8.954.518.883
AP-157	21L	526.854.077	8.954.463.937
AP-158	21L	526.860.877	8.954.412.213
AP-159	21L	524.338.649	8.968.990.389
AP-16	21L	524.374.809	8.968.499.639
AP-160	21L	524.374.787	8.968.450.895
AP-161	21L	524.373.228	8.968.400.789
AP-162	21L	524.373.049	8.968.350.404
AP-163	21L	524.371.941	8.968.300.576
AP-164	21L	524.372.212	8.968.249.060
AP-165	21L	524.366.631	8.968.199.726
AP-166	21L	524.375.356	8.968.549.385
AP-167	21L	524.367.906	8.968.149.489
AP-168	21L	524.362.796	8.968.101.767
AP-169	21L	524.344.513	8.968.053.339
AP-17	21L	524.339.917	8.968.004.218
AP-170	21L	524.376.942	8.968.599.129
AP-171	21L	524.354.510	8.968.948.686
AP-172	21L	524.366.499	8.968.898.887
AP-173	21L	524.380.128	8.968.849.087
AP-174	21L	524.336.303	8.969.051.923
AP-175	21L	524.381.625	8.968.800.517
AP-176	21L	524.379.283	8.968.750.430
AP-177	21L	524.379.722	8.968.702.288
AP-178	21L	524.378.540	8.968.651.793
AP-179	21L	517.600.622	8.964.995.156
AP-18	21L	517.572.796	8.965.049.816

AP-180	21L	517.586.011	8.965.106.413
AP-181	21L	517.587.336	8.965.147.465
AP-182	21L	517.578.389	8.965.225.043
AP-183	21L	517.582.089	8.965.285.796
AP-184	21L	517.595.001	8.965.345.739
AP-185	21L	517.607.789	8.965.375.638
AP-186	21L	517.639.205	8.965.423.432
AP-187	21L	517.654.334	8.965.480.111
AP-188	21L	517.606.336	8.965.519.212
AP-189	21L	517.585.153	8.965.566.817
AP-19	21L	517.569.811	8.965.608.498
AP-190	21L	517.554.866	8.965.654.432
AP-20	21L	517.543.170	8.965.699.679
AP-21	21L	517.505.669	8.965.749.617
AP-216	21L	517.509.850	8.965.795.561
AP-217	21L	517.518.533	8.965.843.561
AP-218	21L	517.526.988	8.965.897.574
AP-219	21L	517.533.397	8.965.946.195
AP-22	21L	517.535.165	8.965.988.211
AP-220	21L	517.544.749	8.966.035.561
AP-221	21L	517.585.649	8.966.093.286
AP-222	21L	517.686.491	8.966.203.777
AP-223	21L	520.403.036	8.967.784.266
AP-224	21L	520.442.904	8.967.808.524
AP-225	21L	520.476.935	8.967.831.498
AP-226	21L	520.504.561	8.967.857.746
AP-227	21L	520.551.343	8.967.903.065
AP-228	21L	519.119.934	8.966.725.820
AP-229	21L	520.668.781	8.968.025.957
AP-23	21L	520.704.268	8.968.068.974
AP-230	21L	520.741.902	8.968.117.393
AP-231	21L	520.776.899	8.968.155.221
AP-232	21L	520.821.038	8.968.196.769
AP-233	21L	520.907.306	8.968.223.541
AP-234	21L	520.990.086	8.968.216.148
AP-235	21L	521.069.730	8.968.215.326
AP-236	21L	521.138.122	8.968.204.233
AP-237	21L	521.191.676	8.968.193.973
AP-238	21L	521.254.022	8.968.185.997
AP-239	21L	521.301.724	8.968.179.827
AP-24	21L	521.353.068	8.968.184.182
AP-240	21L	521.401.916	8.968.184.489
AP-241	21L	521.453.109	8.968.181.829
AP-242	21L	521.496.433	8.968.180.257
AP-243	21L	521.550.920	8.968.193.460
AP-244	21L	521.610.095	8.968.210.108
AP-245	21L	521.655.577	8.968.232.101
AP-246	21L	521.708.062	8.968.268.111

AP-247	21L	521.758.592	8.968.313.862
AP-248	21L	521.803.872	8.968.353.212
AP-249	21L	521.848.067	8.968.395.186
AP-25	21L	520.351.184	8.967.775.063
AP-250	21L	520.308.981	8.967.753.511
AP-251	21L	520.265.786	8.967.719.987
AP-252	21L	521.154.931	8.964.838.587
AP-253	21L	521.210.952	8.964.853.560
AP-254	21L	521.246.820	8.964.890.757
AP-255	21L	521.274.641	8.964.938.531
AP-256	21L	521.297.283	8.964.974.327
AP-257	21L	521.320.187	8.965.001.541
AP-258	21L	521.357.411	8.965.008.980
AP-259	21L	521.402.029	8.964.990.505
AP-26	21L	521.452.023	8.964.974.491
AP-260	21L	521.514.700	8.964.976.088
AP-261	21L	521.561.694	8.964.960.270
AP-262	21L	521.591.827	8.964.944.861
AP-263	21L	521.646.707	8.964.928.455
AP-264	21L	521.698.630	8.964.921.967
AP-265	21L	521.752.371	8.964.940.833
AP-266	21L	521.810.754	8.964.932.265
AP-267	21L	521.852.249	8.964.910.223
AP-268	21L	521.889.013	8.964.886.376
AP-269	21L	521.930.349	8.964.858.478
AP-27	21L	521.984.597	8.964.846.520
AP-270	21L	522.034.983	8.964.840.320
AP-271	21L	522.078.225	8.964.814.978
AP-272	21L	522.119.943	8.964.813.072
AP-273	21L	522.188.677	8.964.816.008
AP-274	21L	522.260.603	8.964.816.828
AP-275	21L	522.306.763	8.964.857.030
AP-276	21L	522.339.733	8.964.892.819
AP-277	21L	522.363.910	8.964.923.766
AP-278	21L	522.379.674	8.964.953.439
AP-279	21L	522.395.683	8.964.975.031
AP-28	21L	522.422.545	8.965.002.039
AP-280	21L	522.451.915	8.965.019.592
AP-281	21L	517.618.026	8.964.934.995
AP-282	21L	520.597.184	8.967.944.631
AP-283	21L	528.220.599	8.948.176.291
AP-284	21L	517.630.321	8.964.872.475
AP-286	21L	519.798.126	8.962.104.399
AP-287	21L	528.235.152	8.948.224.627
AP-288	21L	528.172.987	8.948.032.945
AP-29	21L	520.626.380	8.967.980.942
AP-30	21L	528.146.541	8.947.937.207
AP-31	21L	524.282.570	8.966.453.701

AP-32	21L	524.271.452	8.966.513.898
AP-321	21L	524.265.598	8.966.556.233
AP-322	21L	524.274.743	8.966.609.958
AP-323	21L	524.265.922	8.966.662.378
AP-324	21L	524.247.172	8.966.013.159
AP-325	21L	522.230.399	8.968.878.225
AP-326	21L	524.320.390	8.966.031.212
AP-327	21L	524.312.425	8.966.069.684
AP-328	21L	524.343.571	8.966.113.952
AP-329	21L	524.283.163	8.966.123.331
AP-33	21L	524.283.835	8.966.167.525
AP-330	21L	524.272.771	8.966.224.469
AP-331	21L	524.261.724	8.966.279.448
AP-332	21L	522.709.696	8.969.225.665
AP-333	21L	522.671.447	8.969.202.483
AP-334	21L	522.607.711	8.969.195.996
AP-335	21L	524.269.415	8.966.332.441
AP-336	21L	522.561.510	8.969.176.080
AP-337	21L	522.508.142	8.969.160.153
AP-338	21L	524.277.338	8.966.389.243
AP-339	21L	522.466.676	8.969.144.090
AP-34	21L	522.400.350	8.969.115.521
AP-340	21L	522.340.681	8.969.059.740
AP-341	21L	522.317.534	8.968.998.758
AP-342	21L	522.273.962	8.968.939.168
AP-343	21L	527.136.758	8.952.707.590
AP-344	21L	527.165.572	8.952.665.404
AP-345	21L	527.190.860	8.952.620.607
AP-346	21L	527.205.869	8.952.572.194
AP-347	21L	527.232.804	8.952.528.369
AP-348	21L	527.280.802	8.952.512.071
AP-349	21L	527.324.522	8.952.485.397
AP-35	21L	527.363.814	8.952.454.222
AP-350	21L	527.406.401	8.952.425.157
AP-351	21L	527.438.934	8.952.385.749
AP-352	21L	527.489.814	8.952.374.480
AP-353	21L	527.540.903	8.952.372.016
AP-354	21L	527.590.395	8.952.362.018
AP-355	21L	527.640.691	8.952.369.655
AP-356	21L	527.686.069	8.952.345.944
AP-357	21L	527.728.952	8.952.319.150
AP-358	21L	527.769.551	8.952.288.946
AP-359	21L	527.812.185	8.952.262.365
AP-36	21L	527.824.377	8.952.213.138
AP-360	21L	527.831.268	8.952.162.655
AP-361	21L	527.837.222	8.952.113.507
AP-362	21L	527.838.961	8.952.062.935
AP-363	21L	527.842.439	8.952.012.742

AP-364	21L	527.845.080	8.951.962.809
AP-365	21L	527.844.435	8.951.911.200
AP-366	21L	527.838.096	8.951.861.505
AP-367	21L	527.848.365	8.951.812.882
AP-368	21L	527.866.796	8.951.765.829
AP-369	21L	527.887.731	8.951.720.266
AP-37	21L	527.901.284	8.951.671.993
AP-370	21L	527.909.740	8.951.622.593
AP-371	21L	527.912.739	8.951.571.649
AP-372	21L	527.940.531	8.951.530.001
AP-373	21L	527.974.361	8.951.492.768
AP-374	21L	527.987.077	8.951.444.023
AP-375	21L	527.993.471	8.951.394.346
AP-376	21L	527.999.084	8.951.345.162
AP-377	21L	528.007.319	8.951.295.836
AP-378	21L	528.028.004	8.951.249.920
AP-379	21L	528.054.893	8.951.207.550
AP-38	21L	528.077.511	8.951.162.004
AP-39	21L	528.189.048	8.948.080.677
AP-395	21L	528.087.107	8.951.112.556
AP-396	21L	528.122.373	8.951.075.944
AP-397	21L	528.204.133	8.948.128.429
AP-398	21L	528.161.322	8.947.984.393
AP-399	21L	528.250.229	8.948.272.796
AP-400	21L	528.130.158	8.947.889.928
AP-401	21L	528.019.583	8.947.556.448
AP-402	21L	528.004.120	8.947.508.789
AP-403	21L	527.989.063	8.947.461.232
AP-404	21L	527.973.608	8.947.412.350
AP-405	21L	527.963.470	8.947.361.749
AP-406	21L	527.950.013	8.947.313.635
AP-407	21L	527.934.018	8.947.266.736
AP-408	21L	527.918.546	8.947.219.087
AP-409	21L	527.904.197	8.947.170.936
AP-41	21L	527.882.968	8.947.125.264
AP-410	21L	527.870.458	8.947.076.899
AP-411	21L	527.857.065	8.947.028.645
AP-412	21L	527.841.336	8.946.981.005
AP-413	21L	527.826.684	8.946.932.965
AP-414	21L	527.813.383	8.946.884.610
AP-415	21L	527.798.656	8.946.836.367
AP-416	21L	527.783.755	8.946.788.540
AP-417	21L	527.768.487	8.946.741.511
AP-418	21L	527.753.025	8.946.693.417
AP-419	21L	527.734.776	8.946.645.880
AP-42	21L	528.035.368	8.947.604.357
AP-420	21L	528.053.571	8.947.650.614
AP-421	21L	528.069.217	8.947.698.366

AP-422	21L	528.083.558	8.947.745.877
AP-423	21L	528.098.460	8.947.794.871
AP-424	21L	528.115.137	8.947.842.103
AP-425	21L	524.140.030	8.969.649.862
AP-426	21L	523.100.732	8.969.252.717
AP-427	21L	523.146.759	8.969.244.655
AP-428	21L	523.201.491	8.969.247.411
AP-429	21L	523.248.480	8.969.246.540
AP-43	21L	523.297.374	8.969.244.518
AP-430	21L	523.350.826	8.969.247.090
AP-431	21L	523.398.845	8.969.244.578
AP-432	21L	523.448.174	8.969.247.764
AP-433	21L	523.499.672	8.969.244.267
AP-434	21L	523.551.218	8.969.245.014
AP-435	21L	523.598.318	8.969.245.180
AP-436	21L	523.641.726	8.969.243.402
AP-437	21L	523.666.990	8.969.299.730
AP-438	21L	523.689.323	8.969.349.351
AP-439	21L	523.710.810	8.969.399.398
AP-44	21L	523.733.339	8.969.453.457
AP-440	21L	523.750.838	8.969.501.570
AP-441	21L	523.776.081	8.969.551.412
AP-45	21L	523.798.726	8.969.599.077
AP-46	21L	523.818.692	8.969.646.864
AP-47	21L	523.837.943	8.969.698.460
AP-475	21L	523.865.045	8.969.748.902
AP-476	21L	523.884.735	8.969.795.985
AP-477	21L	523.906.068	8.969.849.174
AP-478	21L	523.929.202	8.969.899.035
AP-479	21L	523.951.123	8.969.950.305
AP-48	21L	523.972.170	8.970.002.823
AP-480	21L	523.978.299	8.970.015.788
AP-481	21L	523.993.609	8.969.989.738
AP-482	21L	524.019.899	8.969.946.843
AP-483	21L	524.043.775	8.969.899.937
AP-484	21L	524.062.218	8.969.850.913
AP-485	21L	524.082.989	8.969.799.579
AP-486	21L	524.100.926	8.969.750.193
AP-487	21L	524.117.169	8.969.700.187
AP-488	21L	523.310.477	8.956.954.068
AP-489	21L	523.262.114	8.957.009.231
AP-49	21L	523.230.801	8.957.051.181
AP-490	21L	523.186.599	8.957.098.781
AP-491	21L	523.181.666	8.957.171.471
AP-492	21L	523.160.818	8.957.233.137
AP-493	21L	523.140.937	8.957.288.617
AP-494	21L	523.131.774	8.957.339.265
AP-495	21L	523.100.876	8.957.380.653

AP-496	21L	523.075.901	8.957.431.954
AP-497	21L	523.039.930	8.957.475.967
AP-498	21L	522.996.904	8.957.525.330
AP-499	21L	522.953.107	8.957.563.752
AP-50	21L	522.917.161	8.957.617.307
AP-500	21L	522.856.934	8.957.661.705
AP-501	21L	522.805.922	8.957.697.932
AP-502	21L	522.800.316	8.957.793.958
AP-503	21L	522.873.118	8.957.859.473
AP-504	21L	522.879.309	8.957.914.046
AP-505	21L	522.888.538	8.957.966.901
AP-506	21L	522.934.305	8.959.994.702
AP-507	21L	522.942.297	8.960.052.579
AP-508	21L	522.927.175	8.960.105.446
AP-509	21L	522.926.753	8.960.159.547
AP-51	21L	522.922.250	8.960.209.226
AP-510	21L	522.910.096	8.960.261.088
AP-511	21L	522.914.954	8.960.309.779
AP-512	21L	522.920.844	8.960.353.475
AP-513	21L	522.912.336	8.960.406.142
AP-514	21L	522.922.454	8.960.450.962
AP-515	21L	522.979.763	8.960.499.729
AP-516	21L	522.948.612	8.960.514.287
AP-517	21L	522.899.173	8.960.508.738
AP-518	21L	522.851.480	8.960.514.475
AP-519	21L	522.797.633	8.960.525.201
AP-52	21L	522.749.991	8.960.521.719
AP-520	21L	522.700.651	8.960.519.092
AP-521	21L	522.648.248	8.960.516.475
AP-522	21L	522.602.037	8.960.526.388
AP-523	21L	522.554.015	8.960.534.277
AP-524	21L	520.947.557	8.961.731.203
AP-525	21L	520.905.444	8.961.732.410
AP-526	21L	520.850.173	8.961.734.960
AP-527	21L	520.799.321	8.961.739.084
AP-529	21L	520.747.383	8.961.743.087
AP-53	21L	520.700.293	8.961.745.337
AP-530	21L	520.652.515	8.961.749.968
AP-531	21L	520.602.064	8.961.760.101
AP-532	21L	520.547.709	8.961.758.568
AP-54	21L	520.496.131	8.961.761.926
AP-55	21L	520.449.619	8.961.758.511
AP-56	21L	520.399.551	8.961.760.415
AP-566	21L	520.348.348	8.961.764.123
AP-567	21L	520.297.032	8.961.766.915
AP-568	21L	520.247.332	8.961.768.335
AP-569	21L	520.203.704	8.961.767.869
AP-57	21L	520.150.034	8.961.769.259

AP-570	21L	520.105.742	8.961.770.422
AP-571	21L	520.055.658	8.961.766.667
AP-572	21L	520.004.731	8.961.767.741
AP-573	21L	519.954.866	8.961.796.625
AP-574	21L	519.913.380	8.961.831.472
AP-58	21L	519.891.180	8.961.897.603
AP-586	21L	519.846.756	8.961.948.549
AP-587	21L	519.805.863	8.962.009.834
AP-588	21L	517.706.142	8.964.416.085
AP-589	21L	517.611.027	8.964.441.002
AP-59	21L	517.574.042	8.964.509.502
AP-590	21L	517.638.328	8.964.651.675
AP-591	21L	517.682.918	8.964.750.117
AP-592	21L	517.676.947	8.964.794.833
AP-60	21L	517.642.534	8.964.833.186
AP-642	21L	521.882.001	8.968.439.454
AP-643	21L	521.926.099	8.968.487.886
AP-644	21L	521.972.054	8.968.531.989
AP-645	21L	522.020.834	8.968.559.364
AP-646	21L	522.063.406	8.968.609.697
AP-647	21L	522.108.961	8.968.662.679
AP-648	21L	522.134.442	8.968.701.002
AP-649	21L	522.169.633	8.968.753.869
AP-650	21L	522.202.573	8.968.796.015
AP-651	21L	517.802.198	8.966.195.884
AP-652	21L	517.843.084	8.966.202.241
AP-653	21L	517.877.068	8.966.190.141
AP-654	21L	517.920.212	8.966.200.277
AP-655	21L	517.959.857	8.966.230.349
AP-656	21L	518.031.155	8.966.239.981
AP-657	21L	518.117.686	8.966.291.290
AP-658	21L	518.186.394	8.966.314.434
AP-659	21L	518.203.370	8.966.323.980
AP-660	21L	518.265.591	8.966.329.854
AP-661	21L	518.302.563	8.966.329.003
AP-662	21L	518.348.780	8.966.337.581
AP-663	21L	518.392.913	8.966.339.265
AP-664	21L	518.444.575	8.966.340.714
AP-665	21L	518.519.428	8.966.413.192
AP-666	21L	518.567.528	8.966.433.131
AP-667	21L	518.592.498	8.966.452.913
AP-668	21L	518.629.478	8.966.430.154
AP-669	21L	518.699.967	8.966.442.074
AP-670	21L	518.752.886	8.966.453.911
AP-671	21L	518.805.918	8.966.471.576
AP-672	21L	518.850.220	8.966.478.671
AP-673	21L	518.900.125	8.966.482.048
AP-674	21L	518.930.457	8.966.511.521

AP-675	21L	518.953.234	8.966.543.675
AP-676	21L	519.010.025	8.966.567.445
AP-677	21L	518.983.598	8.966.637.016
AP-678	21L	519.016.766	8.966.650.104
AP-679	21L	519.059.078	8.966.671.416
AP-680	21L	519.063.184	8.966.692.162
AP-681	21L	517.613.118	8.966.142.926
AP-682	21L	519.257.594	8.962.948.974
AP-683	21L	519.280.246	8.963.010.589
AP-684	21L	519.241.737	8.963.041.282
AP-685	21L	519.198.195	8.963.074.368
AP-686	21L	519.184.596	8.963.118.014
AP-687	21L	519.172.284	8.963.159.138
AP-688	21L	519.148.492	8.963.209.859
AP-689	21L	519.115.104	8.963.266.840
AP-690	21L	519.079.276	8.963.323.673
AP-691	21L	519.058.178	8.963.371.085
AP-692	21L	519.028.273	8.963.399.105
AP-693	21L	519.004.274	8.963.443.737
AP-694	21L	519.135.124	8.963.144.681
AP-695	21L	519.312.903	8.962.873.235
AP-696	21L	519.338.300	8.962.828.527
AP-697	21L	519.363.261	8.962.779.047
AP-698	21L	519.414.108	8.962.743.909
AP-699	21L	519.428.973	8.962.692.506
AP-700	21L	519.689.492	8.962.800.864
AP-701	21L	519.743.052	8.962.850.906
AP-702	21L	519.792.598	8.962.899.143
AP-703	21L	519.827.829	8.962.956.016
AP-704	21L	519.833.521	8.963.054.262
AP-705	21L	519.833.973	8.963.003.312
AP-706	21L	519.831.283	8.963.105.241
AP-707	21L	519.835.238	8.963.153.483
AP-708	21L	519.826.455	8.963.202.446
AP-709	21L	519.827.618	8.963.262.115
AP-710	21L	519.835.279	8.963.305.314
AP-711	21L	519.826.356	8.963.350.375
AP-712	21L	519.815.578	8.963.401.674
AP-713	21L	519.814.777	8.963.453.681
AP-714	21L	519.810.036	8.963.505.625
AP-715	21L	519.814.282	8.963.529.106
AP-716	21L	519.829.600	8.963.556.037
AP-717	21L	519.834.905	8.963.599.302
AP-718	21L	519.826.248	8.963.641.740
AP-719	21L	519.826.540	8.963.707.128
AP-720	21L	519.775.735	8.963.720.851
AP-721	21L	519.825.283	8.963.750.536
AP-722	21L	519.823.854	8.963.799.782

AP-723	21L	519.850.965	8.963.851.190
AP-724	21L	519.891.458	8.963.901.629
AP-725	21L	519.934.885	8.963.947.367
AP-726	21L	519.972.932	8.963.985.046
AP-727	21L	520.007.269	8.964.036.525
AP-728	21L	520.029.451	8.964.075.926
AP-729	21L	520.055.286	8.964.113.926
AP-730	21L	520.050.076	8.964.165.463
AP-731	21L	519.637.680	8.962.748.355
AP-732	21L	519.755.531	8.962.185.925
AP-733	21L	519.753.869	8.962.230.463
AP-734	21L	519.719.147	8.962.266.307
AP-735	21L	519.657.723	8.962.295.205
AP-736	21L	519.602.931	8.962.317.696
AP-737	21L	519.568.588	8.962.357.812
AP-738	21L	519.537.252	8.962.448.173
AP-739	21L	519.532.517	8.962.512.275
AP-740	21L	519.507.250	8.962.575.396
AP-741	21L	519.500.740	8.962.624.302
AP-742	21L	519.497.602	8.962.660.213
AP-743	21L	519.765.418	8.962.139.186
AP-744	21L	522.500.147	8.960.499.966
AP-745	21L	522.448.366	8.960.502.813
AP-746	21L	522.406.413	8.960.503.894
AP-747	21L	522.383.888	8.960.524.054
AP-748	21L	522.361.241	8.960.541.443
AP-749	21L	522.348.881	8.960.586.997
AP-750	21L	522.268.731	8.960.593.772
AP-751	21L	522.306.055	8.960.686.615
AP-752	21L	522.277.616	8.960.745.024
AP-753	21L	522.272.908	8.960.798.182
AP-754	21L	522.265.394	8.960.838.748
AP-755	21L	522.227.749	8.960.939.077
AP-756	21L	522.212.719	8.960.998.524
AP-757	21L	522.199.310	8.961.046.341
AP-758	21L	522.187.275	8.961.096.687
AP-759	21L	522.172.583	8.961.152.835
AP-760	21L	522.169.417	8.961.200.581
AP-761	21L	522.150.095	8.961.223.518
AP-762	21L	522.099.634	8.961.234.547
AP-763	21L	522.051.418	8.961.228.635
AP-764	21L	522.005.425	8.961.215.706
AP-765	21L	521.946.564	8.961.214.173
AP-766	21L	521.895.527	8.961.216.278
AP-767	21L	521.841.094	8.961.218.292
AP-768	21L	522.245.944	8.960.894.371
AP-769	21L	522.630.150	8.965.080.669
AP-770	21L	522.476.029	8.965.036.472

AP-771	21L	522.513.500	8.965.042.937
AP-772	21L	522.536.522	8.965.049.336
AP-773	21L	522.571.918	8.965.063.374
AP-774	21L	522.629.409	8.965.087.212
AP-775	21L	522.671.819	8.965.103.024
AP-81	21L	522.724.518	8.965.133.603
AP-819	21L	522.753.651	8.965.139.072
AP-82	21L	522.790.489	8.965.133.258
AP-820	21L	522.857.545	8.965.130.800
AP-821	21L	522.929.162	8.965.166.991
AP-822	21L	522.950.691	8.965.170.213
AP-823	21L	523.000.816	8.965.174.168
AP-824	21L	523.034.732	8.965.158.746
AP-825	21L	523.071.247	8.965.151.829
AP-826	21L	523.103.742	8.965.130.876
AP-827	21L	523.136.773	8.965.099.255
AP-828	21L	523.166.933	8.965.068.369
AP-829	21L	523.189.322	8.965.046.281
AP-83	21L	523.226.476	8.965.045.703
AP-830	21L	523.256.686	8.965.051.931
AP-831	21L	523.278.446	8.965.056.236
AP-832	21L	523.313.320	8.965.074.749
AP-833	21L	523.365.110	8.965.077.313
AP-834	21L	523.425.818	8.965.109.284
AP-835	21L	523.460.512	8.965.148.769
AP-836	21L	523.508.310	8.965.169.859
AP-837	21L	523.542.067	8.965.150.869
AP-838	21L	523.596.246	8.965.146.647
AP-839	21L	523.648.994	8.965.150.971
AP-84	21L	523.070.298	8.958.981.283
AP-840	21L	522.900.594	8.958.027.719
AP-841	21L	522.928.598	8.958.092.822
AP-842	21L	522.961.962	8.958.150.703
AP-843	21L	522.995.089	8.958.274.760
AP-844	21L	522.974.836	8.958.198.347
AP-845	21L	523.051.214	8.958.340.059
AP-846	21L	523.078.580	8.958.399.584
AP-847	21L	523.108.626	8.958.463.537
AP-848	21L	523.121.369	8.958.506.018
AP-849	21L	523.166.904	8.958.541.780
AP-85	21L	523.205.965	8.958.569.864
AP-850	21L	523.207.910	8.958.621.239
AP-851	21L	523.191.517	8.958.599.462
AP-852	21L	523.067.631	8.958.923.069
AP-853	21L	523.046.933	8.958.856.887
AP-854	21L	523.048.859	8.958.800.523
AP-854-1	21L	523.071.015	8.958.735.928
AP-855	21L	523.156.441	8.958.709.697

AP-856	21L	523.126.021	8.958.637.052
AP-857	21L	524.438.771	8.955.996.416
AP-858	21L	524.369.948	8.956.015.559
AP-859	21L	524.320.897	8.956.034.347
AP-86	21L	524.261.923	8.956.058.878
AP-860	21L	524.238.950	8.956.064.276
AP-861	21L	525.239.297	8.956.095.389
AP-862	21L	524.812.697	8.956.022.068
AP-863	21L	524.740.252	8.955.989.439
AP-864	21L	524.684.995	8.955.986.611
AP-865	21L	524.609.506	8.955.985.613
AP-866	21L	525.325.269	8.956.112.847
AP-867	21L	525.141.766	8.955.989.827
AP-868	21L	525.269.811	8.956.084.823
AP-869	21L	525.208.627	8.956.064.568
AP-87	21L	524.554.186	8.955.984.212
AP-870	21L	524.519.929	8.955.984.299
AP-871	21L	526.200.105	8.956.122.499
AP-872	21L	526.149.076	8.956.125.972
AP-873	21L	526.103.915	8.956.126.364
AP-874	21L	526.047.246	8.956.185.240
AP-88	21L	526.002.091	8.956.193.592
AP-89	21L	525.953.221	8.956.191.272
AP-90	21L	524.949.297	8.956.072.901
AP-91	21L	525.901.008	8.956.187.100
AP-92	21L	525.855.314	8.956.187.288
AP-93	21L	525.806.903	8.956.183.632
AP-94	21L	525.748.819	8.956.178.297
AP-95	21L	525.690.218	8.956.169.050
AP-96	21L	525.644.995	8.956.158.989
AP-97	21L	525.597.471	8.956.147.344
AP-98	21L	525.551.540	8.956.150.914
AP-99	21L	525.498.437	8.956.150.422
Ceram	21L	525.451.296	8.956.147.441
L.machado	21L	525.392.631	8.956.138.778
Sítio	21L	525.344.540	8.956.131.989
Sítio Estr	21L	525.287.936	8.956.123.807
Stio Denis	21L	525.235.780	8.956.134.461
Stiodenis2	21L	525.234.191	8.956.110.507
Sítio	21L	525.191.224	8.956.088.220
Vestigio	21L	525.139.929	8.956.037.674
Vestigio 4	21L	525.080.233	8.956.027.881
Vestigio2	21L	524.990.807	8.956.038.166
Vstgio	21L	524.890.098	8.956.075.795

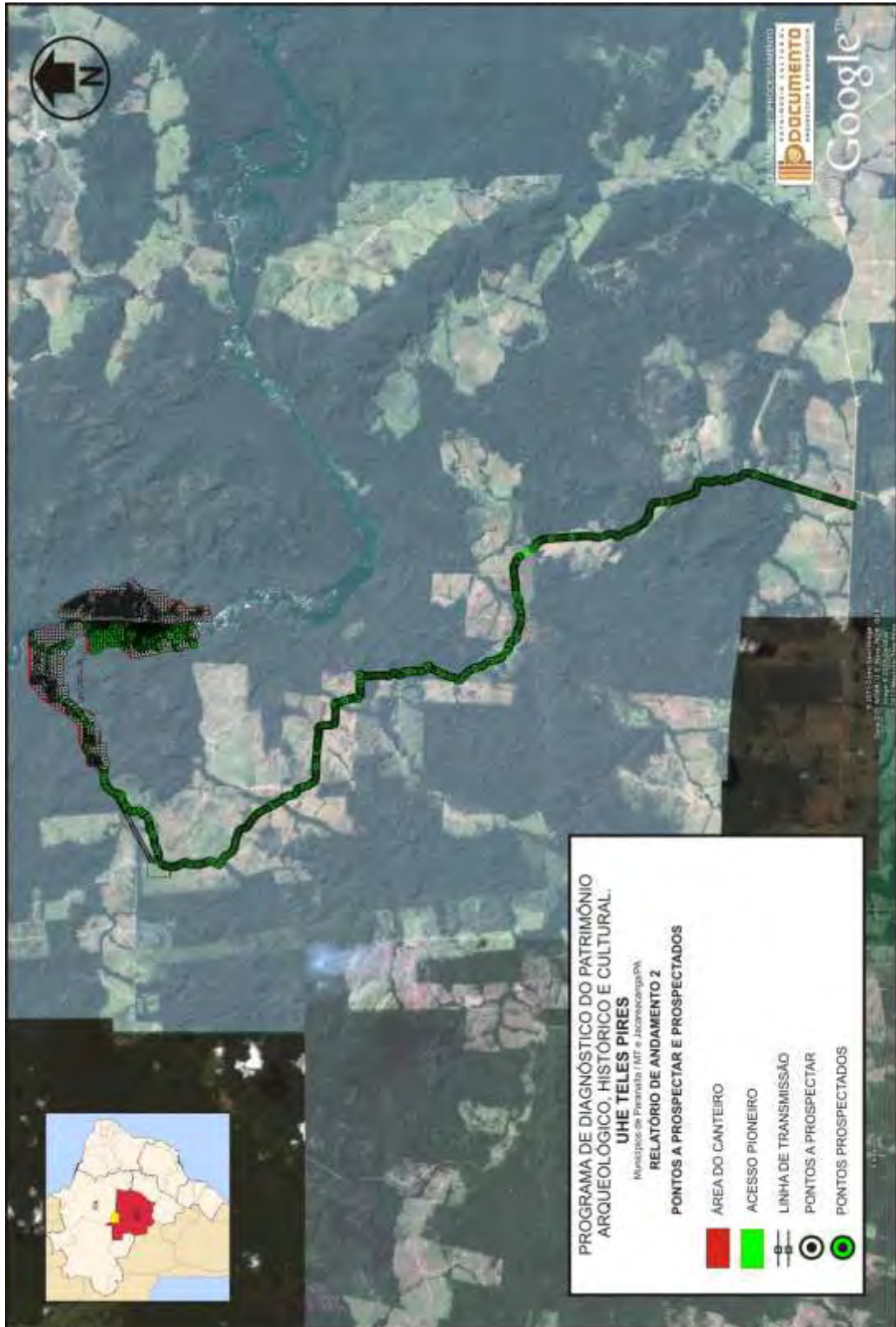


Figura 10 – Prospeções arqueológicas na área de **ACESSO PIONEIRO** Margem Esquerda. (Trecho prospectado em amarelo)

Prancha 11 - Caminhamentos em linhas de Prospecção na Área do Acesso Pioneiro.



Caminhamento em linhas onde se observa a clive e afloramentos de rochas em granito (Sul- Norte).

Caminhamento no traçado do acesso para realização de pesquisas arqueológicas. (Norte-Sul).



Caminhamento em mata secundária com abertura de picada para melhor deslocamento da equipe durante o trabalho de prospecção. (Leste-Oeste).

Pesquisador verificando perfil estratigráfico em barranco erodido. (Leste- Oeste).



Caminhamento em linha de prospecção sobre pequeno córrego. (Norte-Sul).

Prancha 12 - Perfuração de Poços Teste na Área do Acesso Pioneiro.



Arqueólogo descrevendo paisagem durante os trabalhos de pesquisa.

(Sul-Norte).

Poço teste perfurado com medida média de 115 cm de profundidade. (Topo).



Arqueólogo registrando sedimentação retirada da tradagem. (Sul-Norte).

Poço teste sendo perfurado onde arqueólogo verifica a sedimentação se positiva ou não a presença de vestígio de cultura material. (Leste-Oeste).



Perfuração de poço teste com verificação de sedimento.

(Leste-Oeste).

Sítio Arqueológico Vermelho

Durante as atividades de prospecção foi re-localizado o **Sítio Vermelha** onde vestígios arqueológicos foram encontrados em Poço Teste durante (sítio os estudos da Etapa Diagnóstico. Apresentou fragmentos de cerâmica indígena no PT. 54 (Nível 0-20 cm), coordenadas 21L 0523357 / 8956516, além de vestígios em superfície. O nome do sítio se deve ao solo vermelho do entorno.

O sítio Vermelha corresponde a um sítio do tipo cerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área inicialmente delimitada de 150m por 150m metros.

O sítio está implantado sobre terreno plano, com mata secundária e parcialmente nativa no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Localiza-se próximo a um córrego (borda norte do sítio). O material ocorre em subsuperfície até 0,20 m de profundidade e em superfície onde a quantidade é média (**Prancha 13**). Destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados. O estado de conservação do sítio é mediano, pois a área é de uso agropecuário.

Sítio Arqueológico Teles Pires 10

Durante as atividades de prospecção foi re-localizado o sítio **TP10** onde vestígios arqueológicos foram encontrados em superfície durante a Etapa de Diagnóstico, próximo do PT AP405, coordenadas 21L 0519225/8963199.

O sítio TP10 corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 100m por 100m metros aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície, com mata secundária e parcialmente nativa no entorno (+ou – 200m), tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Está dividido pela estrada municipal. O material exposto pode ser observado dentro da área delimitada (**Prancha 06**). Dentre o material encontrado destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, também material lítico. O estado de conservação do sítio é ruim, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante. Também há habitações no perímetro, cerca de 500 metros do sítio, onde a movimentação de automóveis é um agravante (**Prancha 14**).

Prancha 13 - geral do Sítio Arqueológico Vermelha



Vista geral do Sítio Arqueológico Vermelha, observa-se área plana com cobertura de pastagem (Sítio à Céu Aberto)

(Leste-Oeste).

Pequeno córrego na borda Norte do Sítio Arqueológico Vermelha.

(Sul-Norte).



Poço Teste 54, com sedimentação argilo arenoso marrom encontrado vestígio arqueológico cerâmica em sub superfície nível 0-20 cm. Coordenadas. 21L 0523357/8956516

Fragmento retirado de poço teste durante as pesquisas arqueológicas. Poço teste 54.

(Topo).



Fragmento cerâmico registrado durante os caminhamentos na pesquisa arqueológica da área do acesso provisório. (Topo).



Prancha 14 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Teles Pires 10



Vista geral do Sítio Teles Pires 10, observa-se área a céu aberto e cobertura de pastagens. (Norte-Sul).

Poço teste perfurado com 110 cm de profundidade sedimento areno argiloso marrom área Sítio Arqueológico TP 10. (Topo).



Vista sede de fazenda no entorno do Sítio Arqueológico TP 10. (Leste-Oeste).

Vestígio arqueológico encontrado em superfície durante os caminhamentos de pesquisa. (Topo).



Material lítico registrado na área de pesquisa coleta em superfície.

(Topo).

Sítio Arqueológico Teles Pires 11

Durante as atividades de prospecção foi re-localizado o **TP 11** onde vestígios arqueológicos foram encontrados em Poço Teste 139 durante a Etapa de Diagnóstico, coordenadas 21L 0522602/8960526. Corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 100m por 100m metros, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre topo de morro em uma área plana, com mata secundária, tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Também está dividido pela estrada municipal (**Prancha 15**). Dentre o material encontrado destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, também material lítico, destaque para uma enxó. O estado de conservação do sítio é ruim, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

Sítio Arqueológico Portal da Amazônia

Durante as atividades de prospecção foi localizado este sítio, com vestígios arqueológicos em superfície compreendendo fragmentos de cerâmica indígena e material lítico próximo do PT-AP473, coordenadas 21L 0517639/8966134, e coordenada 21L 0517613/8966142. No Poço teste perfurado percebe-se sedimento arenoso marrom até 40 cm e arenoso marrom avermelhado compacto dos 40 cm até 110 cm.

É um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 300m por 300m metros, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície, com mata secundária e parcialmente nativa no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Também está dividida pela estrada municipal. (**Prancha 16**). Dentre o material encontrado destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, detalhe para um fundo de vasilha, também material lítico destacando, percutores, lascas, fragmento de lâmina de machado. O estado de conservação do sítio é ruim, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

Prancha 15 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Teles Pires



Vista geral do Sítio Arqueológico TP 11, área de pastagem com acesso dividindo-o ao meio

(Sul- Norte).

Poço teste perfurado com destaque na sedimentação. Nível 0-40 arenoso marrom e Nível 40-90 arenoso avermelhado compacto. (Topo).



Material arqueológico lítico em arenito (Ferramenta Enxó). (Topo).

Material arqueológico cerâmica registrado próximo a linha de prospecção.

(Topo).



Vista material arqueológico cerâmica (borda) encontrado em superfície. Próximo ao poço teste 139. Coordenadas. 21L 0522602/8960526 (Topo).

Prancha 16 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Portal da Amazônia



Vista geral do Sítio Arqueológico PA
(Sul-Norte).

Perfuração de poço teste com verificação do sedimento onde não se constatou presença de vestígio arqueológico.
(Norte-Sul).



Poço teste perfurado com sedimento arenoso marrom até 40 cm e arenoso marrom avermelhado compacto dos 40 cm até 110 cm. Encontrou-se vestígio arqueológico no se entorno.
(Topo).



Material cerâmico fundo de uma vasilha encontrado em superfície.

(Topo).



Vestígios arqueológicos encontrados durante a pesquisa no traçado do acesso provisório. (Sítio Lito-Cerâmico) Coordenadas: 21L 0517613/8966142.

(Topo).



Sítio Arqueológico Cadeado

Este sítio foi cadastrado no em Poço Teste 541, coordenadas: 21L0520597/8967944. Apresentou fragmentos de cerâmica indígena entre 0-40 cm, em meio a sedimento arenoso marrom, sendo que abaixo disto ocorre sedimento arenoso avermelhado compacto. Também foram encontrados vestígios cerâmicos e material lítico em superfície, com relativa grande quantidade. corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 200m por 200m metros, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície, com floresta ambrófila e parcialmente secundária no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Está dividido pela estrada utilizada pelos fazendeiros locais e turistas das diversas pousadas da região (**Prancha 17**). Dentre o material destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, também material lítico destacando percutores, lascas, fragmento de lâmina de machado. O estado de conservação do sítio é ruim, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

Sítio Arqueológico Denis II

Este sítio foi cadastrado no Poço-teste 318, coordenadas: 21L 522449/ 8965015. Está localizado próximo ao futuro canteiro de obras da UHE, sendo que no momento a área é usada para pecuária. Também foram encontrados vestígios em superfície em relativa grande quantidade. corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios associados compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 300m comprimento por 200m largura, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície aluvial, contornado por morros. Apresenta floresta ambrófila e mata parcialmente secundária no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante. Está dividido por estrada (**Prancha 18**). Dentre o material destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, também material lítico destacando lascas. O estado de conservação do sítio é médio, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

Prancha 17 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Cadeado



Vista geral do Sítio Arqueológico Cadeado, área de pastagem com floresta ambrófila ao seu entorno e acesso dividindo-o na sua porção sudoeste.

*Poço teste 541 perfurado com destaque na sedimentação. Nível 0-40 arenoso marrom com vestígio arqueológico e Nível 40-90 arenoso avermelhado compacto.
Coordenadas: 21L0520597/8967944.*



*Material arqueológico lítico em arenito.
(Topo).*

Material arqueológico cerâmico coletado em superfície nos caminhamentos de prospecção.

(Topo).



*Material arqueológico coletado em sub superfície nível 0-20 poço teste 541. Detalhe antiplástico na cerâmica fragmentada.
(Topo).*

Prancha 18 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Denis II



Imagem de visualização geral do sítio Denis II, contendo uma pastagem e uma mata secundária ao fundo, visualiza-se acesso que liga ao futuro canteiro obras

(Oeste-Leste).

Tradagem sendo perfurada, com técnico arqueólogo verificando sedimentação onde se constatou presença positiva de vestígio arqueológico. Poço teste 318.



Poço teste 318, coordenada 21L 0522395/8964975 sedimentação areno argiloso marrom escuro até 40 cm e areno argiloso marrom amarelado de 40 cm até 110 cm.

(Topo).



Material cerâmico encontrado no poço teste 318 nível 0-20 cm.

(Topo).



Material coletado em superfície durante os caminhamentos de prospecção sobre o sítio arqueológico Denis II.

(Topo).



Sítio Arqueológico Estrada

Durante as atividades de prospecção foram encontrados vestígios arqueológicos, compreendendo fragmentos de cerâmica indígena e artefatos líticos em superfície, nos locais dos PTs AP-707; AP-708; AP-709; AP-710; AP-711; AP-712; AP-713 E AP-715. corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios compreendem fragmentos de cerâmica pré-colonial dispersos por uma área de 500m de comprimento por 300m de largura, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície aluvial, contornado por morros. Apresenta floresta ambrófila e mata parcialmente secundária no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante na sua extensão. Está dividido pela estrada utilizada pelos fazendeiros locais e turistas (pesca) (**Prancha 19**). Dentre o material destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, além de material lítico incluindo lascas, 04 lâminas de machado, núcleos e percutores. O estado de conservação do sítio é ruim, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

Sítio Arqueológico Estrada

Durante as atividades de prospecção foi localizado este sítio nos Poços Teste AP 247 (Coordenada 21L 519879/8963682) e AP 248 (Coordenadas 21L 519880/ 8963747). Os PTs apresentaram sedimento areno argiloso marrom escuro até 40 cm (nível 20-40 vestígio cerâmico) e areno argiloso marrom amarelado de 40 cm até 110 cm. Também foram encontrados vestígios em superfície em relativa grande quantidade. Corresponde a um sítio litocerâmico a céu aberto. Os vestígios estão dispersos por uma área de 500m de comprimento por 400m de largura, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície aluvial contornado por morros. Apresenta floresta ambrófila e mata parcialmente secundária no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante. Está dividido por estrada (**Prancha 20**). Dentre o material encontrado destacam-se fragmentos de cerâmica com formas e tamanhos variados, além de material lítico incluindo lascas, lâmina de machado, nucleos e percutores. O estado de conservação do sítio é ruim, pois á área é de uso agropecuário e a estrada é impactante.

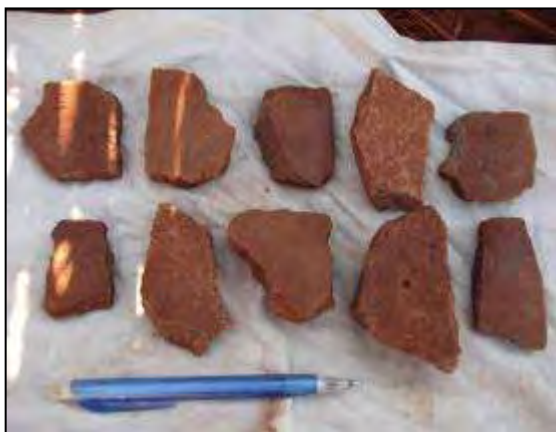
Prancha 19 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Estrada.



Vista de material lítico coletado em superfície próximo ao poço teste 710

(Topo).

Poço teste 711 com profundidade de 90 cm.
Coordenada. 21L 0526488/8955836
(Topo).



Material arqueológico cerâmico registrado durante os caminhamentos de prospecção.
(Topo).

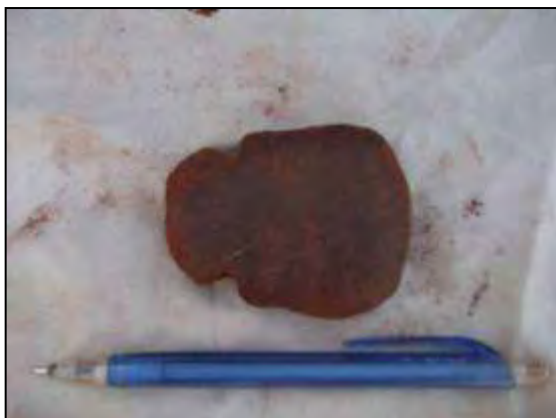
Material arqueológico lâmina de machado coletado próximo ao poço teste 711.

(Topo).



Material arqueológico lâmina de machado coletado próximo ao poço teste 709.

Coordenadas. 21L 0526428/8955924
(Topo).



Prancha 20 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Denis I



Vista geral do Sítio Arqueológico Denis I, área plana e cobertura de pastagem.

(Leste- Oeste).

Material arqueológico cerâmico registrado durante os caminhamentos de prospecção. (Topo).



Poço teste perfurado com ocorrência de vestígio arqueológico cerâmica em sub superfície nível 20-40 cm. (Topo).

Material arqueológico lítico registrado próximo a linha de prospecção.

(Topo).



Realização de tradagem sobre sítio arqueológico Denis I. (Leste-Oeste).

Sítio Arqueológico Teles Pires 9

Durante atividades de prospecção foi re-localizado este onde, em poço teste aberto durante as Etapa de Diagnóstico, foram encontrados vestígios arqueológicos (cerâmica indígena) nos PTs 021 (UTM 21L 525287 / 8956151, 2 fragmentos), PT022 (UTM 21L 525244/ 8956128, 4 Fragmentos), PT023 (UTM 21L 525193/ 8956078, 3 Fragmentos). Também foram encontrados vestígios em superfície em relativa grande quantidade, nas Coordenadas 21L 525378/ 8956153, 21 L 525292/ 8956136, 21L 525262/ 8956105 e 21L 525195/ 8956030.

Corresponde a um sítio do tipo litocerâmico a céu aberto. Os vestígios compreendem fragmentos de cerâmica e material lítico como lâmina de machado polido, lascas, percutores e núcleos dispersos por uma área de 400 por 400 metros, aproximadamente.

O sítio está implantado sobre planície aluvial com mata secundária e parcialmente nativa no entorno, tendo pastagem como vegetação predominante e abrangente na sua extensão. Está próximo a um rio. O sítio é dividido pela estrada municipal que dá acesso ao canteiro, sendo que o material exposto pode ser observado também nesta mesma estrada.

O material ocorre em subsuperfície até 0,60 m de profundidade e em superfície, onde a quantidade é relativamente alta (**Prancha 21**). O estado de conservação do sítio é mediano, pois a área é de uso agropecuário e a estrada é um fator impactante.

Prancha 21 - Caracterização geral do Sítio Arqueológico Teles Pires 9



Tradagem na borda do traçado do acesso ao canterio de obras.

(Leste- Oeste).

Poço teste perfurado com destaque na sedimentação sendo ela arenosa marrom homogênea (Topo).



Material arqueológico coletado em superfície durante as perfurações de poços teste. (Topo).

Poço teste perfurado com 110 cm sem presença de vestígio de cultura material.

(Topo).



Pesquisador registrando paisagem local em sitio arqueológico. (Leste-Oeste).

5.1.3 Estado atual das prospecções no Canteiro de Obras e o patrimônio arqueológico identificado

Até o momento foram realizadas prospecções na margem esquerda do rio, abrangendo a estrada de acesso (concluída) e parcialmente a área do Canteiro (**Figura 11**). Já na margem direita não foram ainda iniciados os trabalhos, uma vez que as construções serão iniciadas pela ME tornando-se esta, assim, prioritária nas pesquisas.

Os trabalhos somaram 1.214 poços-teste abertos, havendo ainda 1.120 que deverão ser abertos até conclusão da malha de PTs prevista para a área (vide **Figuras 12 e 13**).

Como resultado dos trabalhos foi identificado 5 novos sítios e algumas áreas de ocorrência arqueológica, listados na **Tabela 4**. Sua distribuição pela área pode ser visualizada pela **Figura 14**.

Somados aos sítios arqueológicos que haviam sido identificados durante os estudos Diagnósticos por nós efetuados, bem como aos sítios registrados por outros pesquisadores na área, contamos até o momento com 48 locais de vestígios na UHE Teles Pires, localizados em toda sua extensão (Canteiro, futuro reservatório), bem como em sua AID.

Esta quantidade de vestígios já era esperada, considerando o contexto arqueológico regional como indicador de alta ocupação humana na região, em período pré-colonial. O Zoneamento Arqueológico elaborado como resultado dos Estudos Diagnósticos já indicava, para a área do Canteiro e acesso, muito lato, alto a médio potencial arqueológico (vide **Figura 15**).

Os vestígios identificados pelas prospecções agora em curso constituem, em sua totalidade, sítios cerâmicos, em alguns casos apresentando material lítico lascado e/ou polido associado. Nenhum contexto diverso do quadro arqueológico inicialmente definido foi identificado.

A todos estes locais deverão ser realizadas pesquisas de resgate, na sequência dos trabalhos de campo.



Figura 11 – Delimitação das áreas já prospectadas e a prospectar.

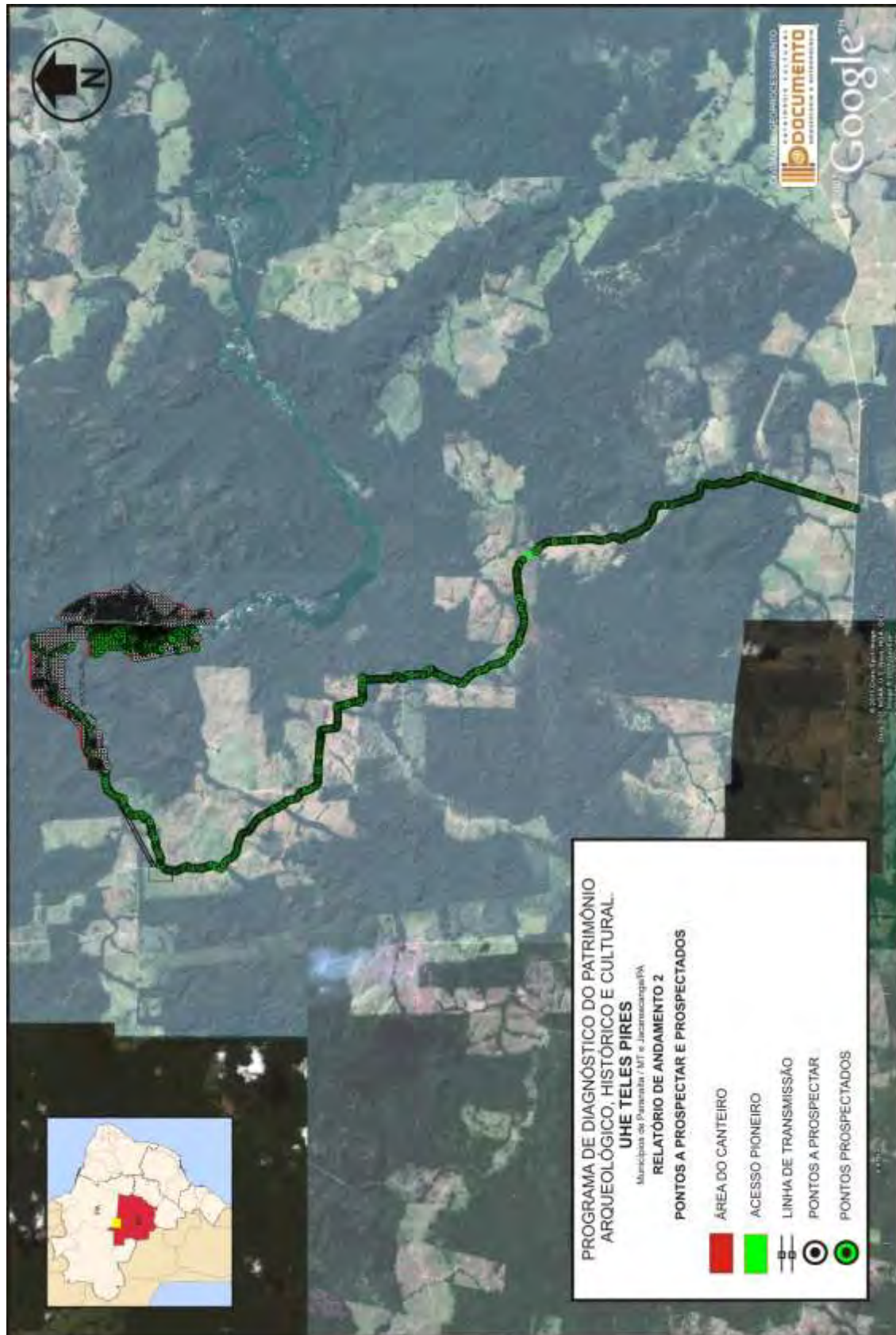


Figura 12 – Distribuição dos PTs abertos e a serem pesquisados.

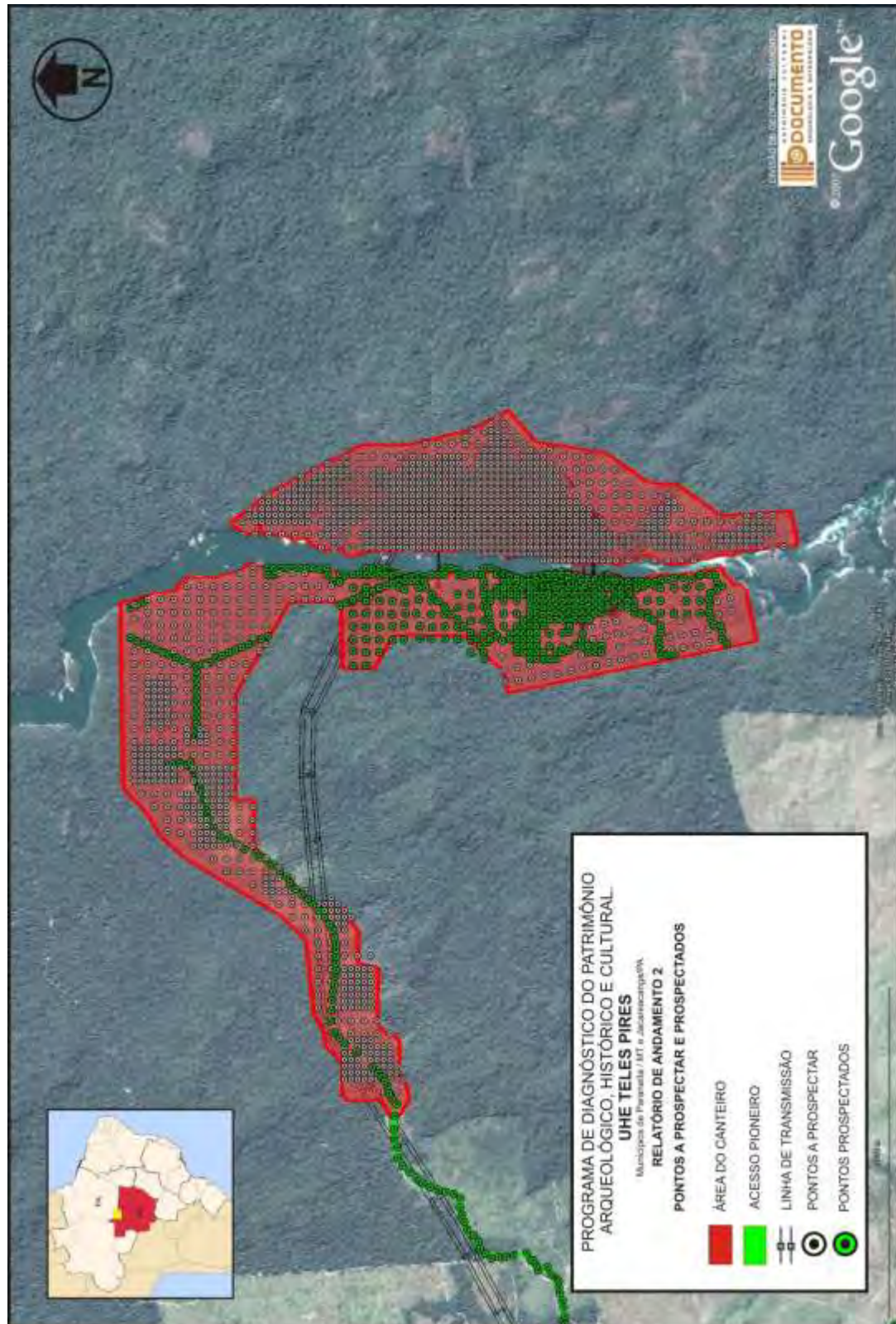


Figura 13 – Detalhe dos PTs abertos e a pesquisar, área do Canteiro.

Tabela 4 – Listagens dos pontos com vestígios arqueológicos do Projeto.

Pontos de Ocorrências				
Ponto	Nome	Fuso	E	N
1	23	21L	525.139.930	8.956.037.674
2	22	21L	525.191.224	8.956.088.220
3	AP 544	21L	520.704.268	8.968.068.974
4	AP 318	21L	522.395.683	8.964.975.032
5	AP 541	21L	520.597.184	8.967.944.631
6	AP- 53	21L	523.558.244	8.956.435.903
7	AP- 54	21L	523.509.619	8.956.474.382
8	AP-247	21L	519.826.249	8.963.641.741
9	AP-248	21L	519.826.540	8.963.707.129
10	Stio DENIS	21L	519.855.282	8.963.707.000
11	21	21L	525.234.191	8.956.110.507
12	AP 193	21L	520.850.174	8.961.734.961
Sítios - Etapa Prospecção				
Sítio	Nome	Fuso	E	N
1	PTC1102		526.440.083	8.955.794.446
Sítios Etapa Anterior				
Sítio	Nome	Fuso	E	N
1	Ceram	21L	525.239.297	8.956.095.389
2	L.machado	21L	519.814.282	8.963.529.106
3	Sitio Estr	21L	525.164.554	8.956.039.511
4	Tp 10	21L	519.205.352	8.963.030.235
5	Vestigio	21L	525.325.269	8.956.112.847
6	Vestigio 4	21L	525.141.766	8.955.989.827
7	Vestigio2	21L	525.255.503	8.955.999.844
8	Vestio1	21L	525.269.812	8.956.084.823
9	Vestigio2	21L	525.208.627	8.956.064.568
10	Vstgio	21L	519.135.125	8.963.144.681
11	Stio Denis	21L	519.775.736	8.963.720.851
12	AP 542	21L	520.626.381	8.967.980.942
13	Sitio Estr	21L	526.437.989	8.955.793.393
14	Tp 8	21L	531.253.634	8.946.608.235
15	Sitio	21L	517.613.118	8.966.142.926
16	Sitio Pedr	21L	540.026.376	8.942.508.202

Sítios Cadastrados IPHAN				
Sítio	Nome	Fuso	E	N
w,utm,	Cajueiro	21L	555.763.611	8.948.175.594
w,utm,	Teles Pire	21L	555.912.612	8.955.503.631
w,utm,	Vermelha	21L	523.449.443	8.956.399.637
w,utm,	Vermelha 2	21L	507.773.361	8.956.113.635
w,utm,	TP 1	21L	570.252.433	8.947.108.215
w,utm,	TP 2	21L	560.950.418	8.951.306.222
w,utm,	TP 3	21L	561.923.419	8.949.393.219
w,utm,	TP 4	21L	555.332.409	8.951.694.223
w,utm,	TP 5	21L	555.802.410	8.953.814.226
w,utm,	TP 6	21L	555.726.410	8.954.853.228
w,utm,	TP 7	21L	534.390.376	8.963.968.244
w,utm,	TP 8	21L	531.247.370	8.946.621.216
w,utm,	TP 10	21L	519.205.351	8.963.030.243
w,utm,	TP 11	21L	522.542.357	8.960.527.239
w,utm,	TP 12	21L	555.999.410	8.955.703.229
w,utm,	TP 13	21L	547.181.397	8.962.652.241
w,utm,	TP 14	21L	553.415.406	8.957.044.232
w,utm,	sítio Pedro	21L	540.026.384	8.942.508.209
w,utm,	TP 9	21L	525.268.233	8.956.135.256

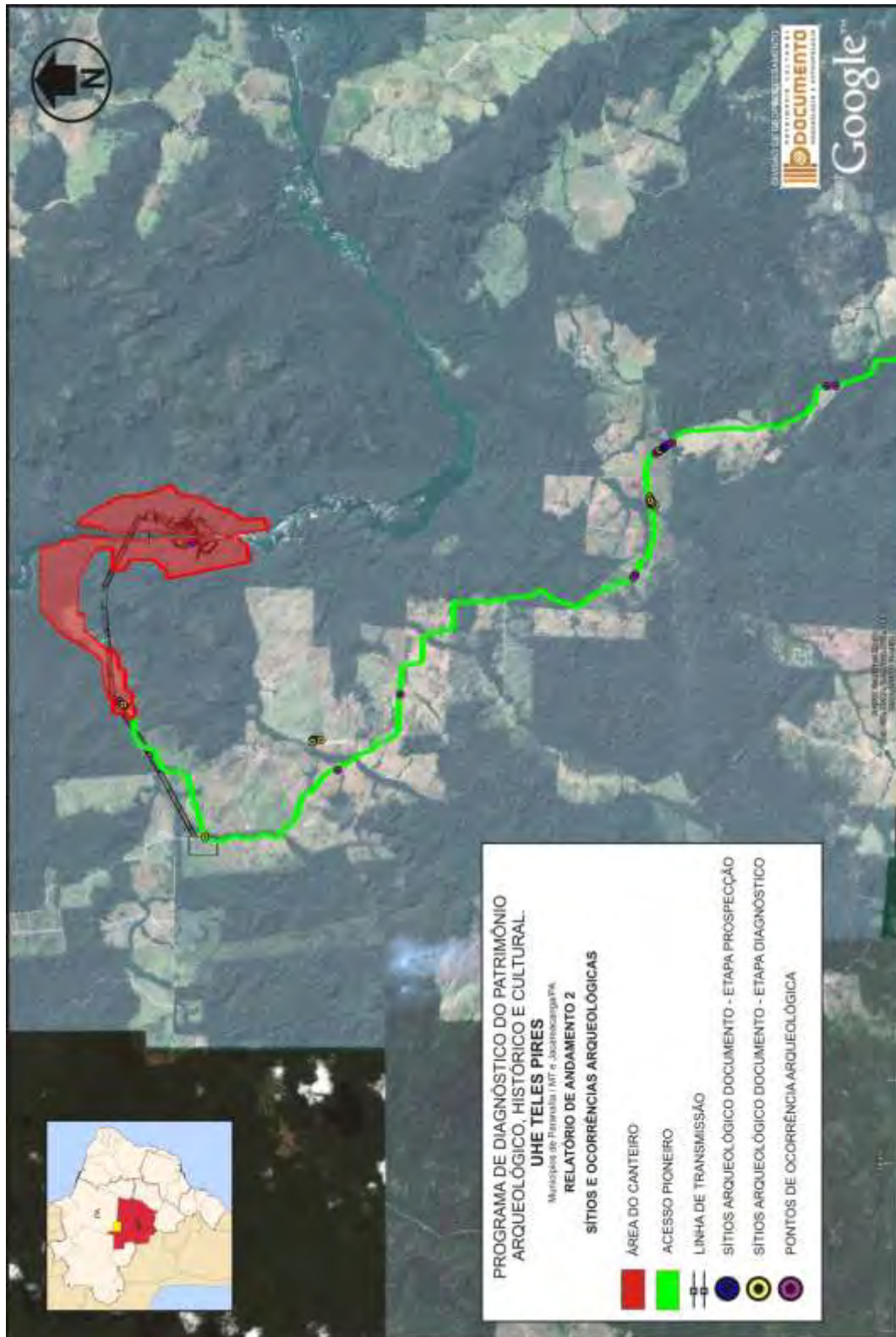


Figura 14 – Localização dos vestígios e sítios arqueológicos

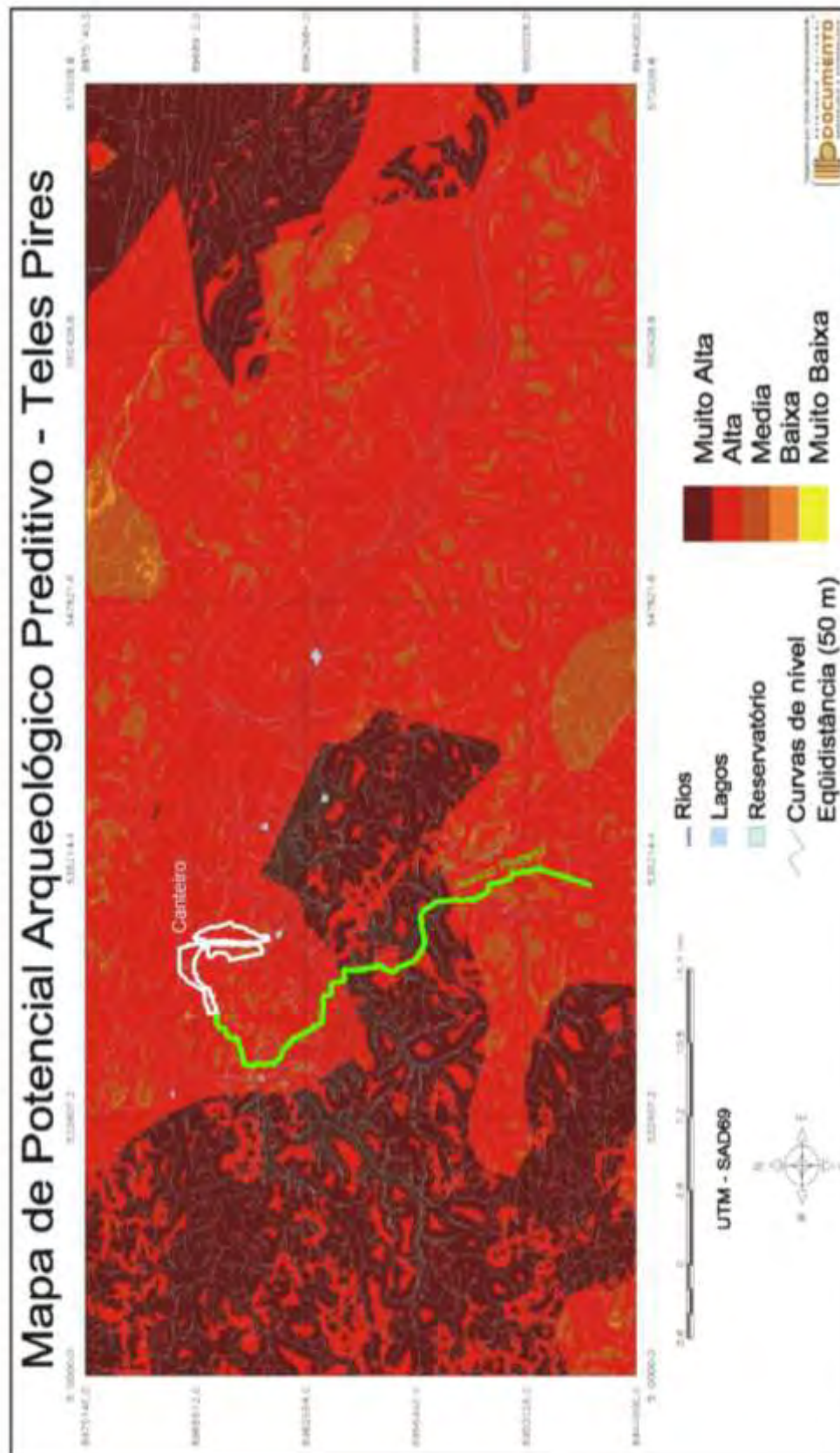


Figura 15 – Localização da área do Canteiro e acesso em mapa de Zoneamento Arqueológico.

5.1.4 O sítio rupestre Pedra Preta

A partir do Project Design apresentado no Capítulo 2, estão sendo desenvolvidos estudos para integração científica do sítio rupestre Pedra Preta (localizado na AID da Usina) ao patrimônio arqueológico da UHE Teles Pires.

Este sítio está localizado às margens do rio Paranaíta em sua porção direita, a cerca de 3,5 km a nordeste e distante do rio Teles Pires cerca de 20 km, seguindo-se pela drenagem desse a noroeste. A área está a 2,3 km da estrada MT-206, que liga Paranaíta, distante dali cerca de 35 km, à cidade de Apiacás (**Figura 16, Pranchas 22 a 24**). Foi identificado pelo naturalista e pintor Heinz Budweg entre 1998 e 1999 no âmbito do “Projeto Tapajós – 5.000 anos antes da chegada de Cabral”. Com a publicação deste e de outros sítios similares na revista Galileu, o assunto ganhou proporções nacionais e despertou grande interesse.

O sítio se localiza onde o relevo regional é marcado por porções colinosas e um tanto acidentadas em sentido ao rio Paranaíta, com forte presença de matacões de grandes blocos graníticos e vales encaixados com drenagens de pouca água, deixando extensas planícies escorridas dessas elevações em sentido norte, rumo ao Teles Pires. Localmente, trata-se de um afloramento de grande e extenso bloco granítico a formar um maciço, com depressões erosivas na parte central mais ou menos aplainadas, com destaque para pequenas cacimbas totalmente planas, apresentando algumas delas estreitos canais de vazão da água que é acumulada em épocas de chuvas. O entorno imediato apresenta seqüências de blocos sobrepostos e parcialmente alinhados, de modo que podem ser compreendidos como desestruturação do bloco central, característica padrão de rochas graníticas.

Apresenta ampla visibilidade para todas as direções sendo possível avistar os vales dos rios Paranaíta e Teles Pires, a sudoeste e norte, respectivamente.

Dotado de abrigos e grandes painéis gravados, o sítio apresenta três tipos básicos de vestígios, o majoritário ligado a pictogravuras por alisamento, um tipo imediatamente relacionado a este com lascas líticas, e um outro, minoritário a princípio, ligado a material cerâmico encontrado sob abrigo em blocos sobrepostos ao maciço.

Os motivos das pictogravuras estão localizados principalmente em dois grandes painéis com suas faces mais utilizadas voltadas a leste, embora seja possível identificar outras pequenas concentrações em direções variadas. Foi registrado um total prévio de 77 desenhos, podendo este número ser aumentado, posto que artificialmente alguns motivos foram considerados como unidade para fins de registro. O mais extenso painel é o que está na borda leste do maciço e apresenta 30 pontos com motivos variados. O segundo maior painel também orientado a leste, apresenta 27 pontos, pelo que pode haver mais motivos se considerados isoladamente. Esses painéis estão separados por um grande “salão” com quase 100 metros de largura por 120 de comprimento aproximadamente. Essa porção praticamente plana abriga inúmeras pequenas e rasas depressões de fundo plano, confluindo finalmente para uma maior, que apresenta vazante orientada a norte. Os motivos foram preferencialmente gravados em superfícies planas e ligeiramente inclinadas, porém foram observadas também em porções mais niveladas. São em sua maioria motivos biomorfos e em menor conta aqueles classificados como geométricos. Os desenhos foram conseguidos por polimento em forma de sulcos suaves em linha e depressões côncavas do tipo cupuliforme. Esses sulcos apresentam larguras de 2 a 4 cm e profundidades

A vegetação original é de floresta alta nas porções de sopé e se estendem colina abaixo, tendo lugar também tipos arbustivos próprios de ambientes cársticos ou sobre formações rochosas, como cactáceas e arbustos de súber mais espesso. Nas porções que conservaram camadas mais espessas de sedimentos são encontrados exemplares arbóreos de até 15 metros de altura, porém de caules mais finos. Em algumas depressões mais acentuadas que seguraram finas camadas de sedimento, vingaram arbustos de caule leitoso e folhas grossas, sendo muito comum também uma espécie de gramínea que atualmente se apresenta com feições ressequidas e que ocupa cacimbas sem vazantes.

O solo do sopé é composição areno-argilosa com forte presença de grãos cristalinos de quartzo e feldspato, com coloração marrom, umidade mediana e forte presença de matéria orgânica.

O rio Paranaíta é o principal curso d'água a que está ligada essa área, conquanto seja servida também por pequenas drenagens que a contornam, entre

0,3 e 1,5 cm, aproximadamente. Já os cupuliformes variam de profundidade entre 0,5 e 2 cm, chegando em alguns casos isolados a 3,5 cm. Boa parte dos motivos combina os dois tipos de polimento, porém é mais comum o emprego de sulcos. Para melhor observação dos motivos foi empregado giz escolar sobre os sulcos, de modo a evidenciá-los artificialmente. Esse procedimento foi tomado após o entendimento de que tal ação não agiria diretamente sobre o granito, senão sobre uma camada significativa de uma espécie de musgo ressecado nessa época e que se acumula sobre a rocha, dando-lhe essa tonalidade escura.

Os vestígios líticos lascados e polidos encontrados estão em dois pontos principais, sendo ambos em depressões que acumulam águas pluviais. Estão relativamente próximos dos pontos com gravuras e sua maior expressão se revelou na depressão que está entre os dois painéis principais. São lascas de arenito silicificado, sílex e quartzo. Já os polidos são arenitos firmes, nesse caso, podendo indicar seu uso nos alisamentos, e um fragmento de hematita vermelha com sinais de polimento em uma de suas faces. Contudo, há que registrar nessas depressões centrais uma grande quantidade de aglomerados de hematita vermelha e amarela com grãos de quartzo incrustados, porém não apresentam sinais de uso.

Na porção sudoeste dos painéis foi encontrado um abrigo que apresentou dois fragmentos cerâmicos, sendo um de borda e o outro de parede. O abrigo oferece uma condição de acúmulo de sedimento que possibilitaria um eventual enterramento; faz-se necessário o registro da informação de que esse sedimento apresentava-se na ocasião remexido.

A área de entorno imediato está relativamente preservada. A porção leste é utilizada para atividades de pecuária.

Já no que se refere à área de influência indireta, é possível inclusive contar-se com a presença regional de outros sítios semelhantes à Pedra Preta de Paranaíta em áreas que apresentam características ambientais comparáveis, conforme mapeamentos apresentados.

Este sítio integra roteiros turísticos da cidade, constituindo uma referência patrimonial importante para a comunidade.

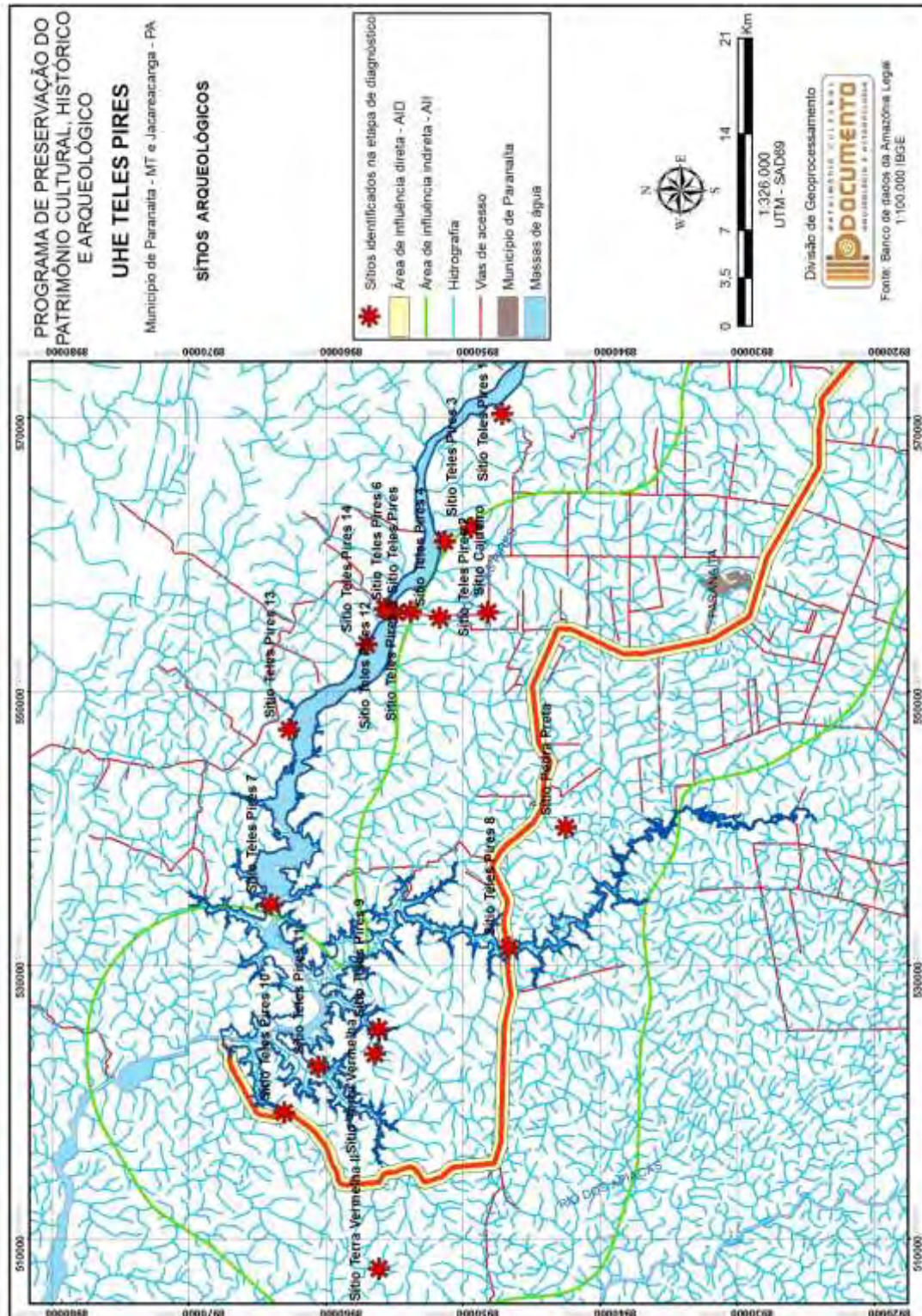


Figura 16 – Localização do sítio rupestre Pedra Preta.

Prancha 22 - Sítio Pedra Preta de Paranaita – Implantação na paisagem.



TP 15
Localização
georreferenciada do
sítio sobre imagem
de satélite.

Distribuição dos
motivos sobre a
superfície do maciço
granítico – pontos
georreferenciados
sobre imagem de
satélite.

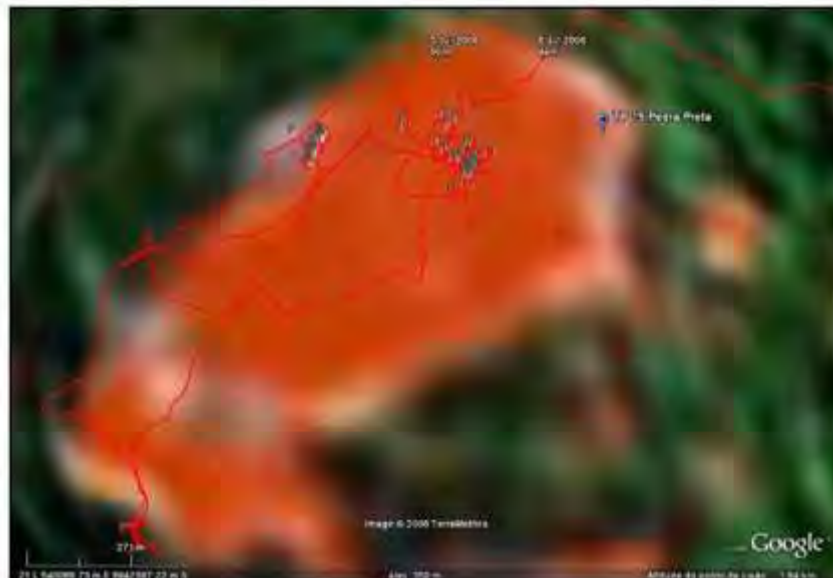


Imagem de satélite
com simulação do
relevo contextual do
sítio em 3D.

Prancha 23 -Sítio Pedra Preta de Paranaita.



Sítio Pedra Preta.



Grafismos rupestres.



Grafismos rupestres.

Grafismos rupestres.



Grafismos rupestres.

Grafismos rupestres.



Prancha 20 - Sítio Pedra Preta de Paranaita.



Grafismos rupestres.



Grafismos rupestres.



Em um trabalho desenvolvido em 2007, Maria Clara Migliacio realizou uma avaliação estratégica deste sítio no âmbito do “Projeto de Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão e Estratégia de uso Público do Sítio Arqueológico de Pedra Preta em Paranaíta, Mato Grosso”, desenvolvido pela PASCON com subsídios do Ministério de Meio Ambiente por meio do PROECOTUR.

Este trabalho, além de pesquisas científicas no sítio Pedra Preta (incluindo detalhada caracterização dos grafismos rupestres e estudos locais de estratégia de ocupação da área), apresenta as primeiras hipóteses de relacionamento estilístico regional com grafismos do Mato Grosso do Sul (região de Corumbá) e a tradição Geométrica (PROUS 2007).

O Plano de Gestão contextualiza aspectos do meio físico e sócio-econômico apresentando, em sua parte final, uma proposta de uso público para o sítio incluindo um projeto museológico, Educação Patrimonial e um modelo de gestão.

Dentro do escopo definido pelo presente Programa, serão abordadas algumas questões científicas de conhecimento e interpretação do sítio, em especial:

- Na contextualização local e regional dos grafismos, no que se refere ao sistema de ocupação humana a(s) qual(is) o sítio estaria relacionado;
- Na análise comparativa dos sítios rupestres identificados na ADA da UHE Teles Pires.

Desta forma, o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas sistemáticas objeto deste Programa, no vale de rio em que o sítio Pedra Preta se localiza, trarão detalhamentos científicos para a própria compreensão e conhecimento científico do sítio, definindo uma contribuição para sua valorização.

6.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

6.2.1 O quadro histórico regional

Tendo parte de seus territórios situada nas bordas do rio Teles Pires, os municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA, por serem fronteiriços, aparentemente compartilham de um mesmo processo de ocupação, que por sua vez estaria inscrito no recente movimento de povoamento das terras hoje designadas como microrregiões de Alta Floresta-MT – formada pelas cidades de Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta – e Itaituba-PA, composta pelos municípios de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Movimento esse cuja origem remontaria às iniciativas dos governos militares postas em prática a partir dos anos 60 com o intuito de ocupar, controlar e modernizar parcelas ainda parcamente povoadas do território nacional, notadamente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Há, contudo, dois equívocos em torno desse raciocínio. O primeiro deles diz respeito à aparente história de fôlego curto dessas localidades. Na realidade, a recente estruturação político-administrativa desses municípios esconde por trás uma história de ocupação e exploração colonial muito mais distante, em termos temporais. Já no século XVI exploradores castelhanos e portugueses partem em expedições pelos grandes rios que cruzam o centro da América do Sul, como o Prata, o Paraguai, o Paraná e, embora resida uma margem de dúvida sobre as localidades às quais efetivamente chegaram, não há dúvida no fato de o interior da América ter-se tornado alvo de constantes visitas dos colonizadores muito prontamente. Tanto no caso português quanto no espanhol, as expedições tinham o claro objetivo de encontrar reservas de metais e pedras preciosas. Há que se reconhecer que também o universo mental europeu, povoado por espaços hoje tido como míticos, mas no contexto da expansão do mundo europeu existentes no campo das idéias, ajudou a mover essa interiorização da colonização (HOLANDA, 1992). Não é pouco sintomático que, justamente no Mato Grosso, haja se disseminado de forma particularmente forte a história das Minas dos Martírios, fabulosas jazidas de ouro encontradas nas

margens de um rio incerto pela bandeira dos Anhangueras, pai e filho, e que recebera este nome graças ou a forma da serra perto da qual ficavam, ou das próprias pepitas de ouro, ambas nos moldes de objetos relacionadas ao martírio de Cristo. No caso do Pará, ameaças de holandeses, franceses e ingleses – sobretudo no século XVII – fizeram com que a Coroa portuguesa impusesse uma ocupação mais rigorosa das terras paraenses, o que se traduziu na fortificação de seu litoral e no incentivo metropolitano às expedições colonizadoras para áreas interioranas, utilizando o curso dos rios. Na segunda década do século XVII, por exemplo, os portugueses já tinham atingido o rio Tapajós, eixo fluvial que abriu a possibilidade para o conhecimento de áreas ainda mais inóspitas para a época.

Em segundo lugar, o fato de Paranaíta e Jacareacanga serem municípios limítrofes e terem uma história administrativa recente não significa que ambos estiveram inseridos, passo a passo, num mesmo processo de ocupação. Houve, sim, uma imbricação de movimentos, uma zona de interseção espaço-temporal que nos alerta sobre o perigo das generalizações regionais e, em outro sentido, sobre a necessidade de relativizarmos a racionalidade das iniciativas colonizadoras, especialmente aquelas oriundas do poder público. Analisar os dois municípios como frentes de expansão agrícola responde a questões objetivas da conjuntura econômica brasileira dos últimos decênios, mas não sobre como desde nos seus primeiros tempos na América os portugueses já transitavam por tais terras, e com intuítos distintos.

- *O extremo norte do Mato Grosso: primeiras iniciativas colonizadoras, desbravamento da Amazônia e frentes agrícolas*

Foi no início do século XVIII que bandeirantes paulistas chegaram ao que hoje é o estado do Mato Grosso. Embora a região fosse cruzada por exploradores espanhóis e portugueses há muito, foi apenas com a necessidade dos paulistas de buscarem alternativa para seus infortúnios na Guerra dos Emboabas (que marcou a saída em grande medida dos paulistas da região das Minas Gerais) que a área do Mato Grosso passou a ser colonizada.

O processo colonizador português, na América, iniciou sua interiorização no final do século XVI. As bandeiras paulistas de André Leão e Nicolau Barreto, explorando o vale do Paraíba do Sul e as terras além da Serra de Mantiqueira inauguraram, na última década desse século, o fenômeno Bandeirante. Entre 1600 e 1620 diversas bandeiras partiram do planalto de Piratininga em direção ao ocidente colonial, buscando duas mercadorias muito valorizadas no comércio mercantilista: os metais preciosos e os cativos indígenas. Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros contatos inter-étnicos entre colonos europeus e as etnias orientais do Mato Grosso. Foi, portanto, nas correrias pelos sertões, prendendo índios, atacando reduções jesuíticas ou buscando riquezas minerais, que bandeirantes, provenientes em sua grande maioria da vila de São Paulo na capitania de São Vicente, chegam à região do Mato Grosso.

Como atividade econômica, porém, o bandeirismo de apresamento mostrou forte tendência ao declínio a partir de 1670. A reorganização do tráfico negreiro após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, o esgotamento dos “estoques” de índios “domesticados” pelas missões, a resistência e a retirada dos sobreviventes para regiões mais ermas, progressivamente inviabilizaram a ação bandeirante de apresamento nos padrões da economia colonial.

Com a transição do bandeirantismo de apresamento para o de mineração (os quais, por vezes, são distinguidos em “entradas” e “bandeiras”, mas que, na documentação, não apresentam distinção sistemática) os paulistas chegam à região que se tornaria Minas Gerais em finais do século XVII. Entretanto, em face dos conflitos estabelecidos pela posse das lavras entre paulistas e “emboabas” (os “galinhas de botas”, nome pelo qual os paulistas se referiam aos colonos de origem reinol por usarem, diferentemente dos piratininganos, calçados) os primeiros são obrigados a, majoritariamente, se deslocarem para outras regiões. Ainda que o governo colonial não tenha determinado a expulsão absoluta dos bandeirantes paulistas o resultado prático da Guerra dos Emboabas é o da perda da hegemonia na região por parte dos paulistas e, simultaneamente, uma ausência de possibilidade para todos os que se deslocaram para a região. Justamente por esta circunstância é que, pouco tempo depois e já no início do século seguinte, os bandeirantes paulistas chegam às margens do rio Cuiabá

e lá estabelecem outro núcleo minerador, o qual, diga-se de passagem, será a cabeça de ponte dos colonizadores para a ocupação e para as expedições subseqüentes no território mato-grossense.

Então, na seqüência desse processo, de um lado, na face oeste do território temos uma vertente de exploração. Em 1734 um grupo de sertanistas, provavelmente dentre os quais os irmãos Fernando e Artur Pais de Barros, cruzam a serra dos Parecis e descobrem nesta região, nas cabeceiras de rios da bacia amazônica, minas de ouro. Estes rios certamente são os que compõem o conjunto de afluentes do Tapajós, podendo ser, portanto, o Sacre ou o Papagaio. Visto a precariedade dos levantamentos geográficos nesta região – que somente teve um acréscimo sistemático de conhecimento com as incursões e mapeamentos do exército brasileiro a partir do final do século XIX – é possível também que as cabeceiras de rios nas quais foram encontradas as minas sejam de rios da bacia platina e não da amazônica, uma vez que é no complexo chapada – serra dos Parecis que ocorre a divisão das duas bacias hidrográficas. Desta forma um dos rios referidos poderia ser o Sepotuba que nasce relativamente próximo às cabeceiras dos rios da bacia amazônica e dentro do território tradicional dos parecis.

Pouco tempo depois, em 1736, uma expedição partindo da vila de Cuiabá penetrou no território dos Pareci e Nambikwara, e notou enfaticamente a transição da vegetação na região (justamente na passagem do domínio do cerrado para o da floresta amazônica) graças à elevação da estatura da flora, ao aumento da densidade da vegetação e da umidade, o que lhe valeu o batismo de “Mato Grosso” (BRUNO, 1967: 30). Neste tempo parte significativa dos moradores de Cuiabá, grande parte deles já deslocados para o assentamento em função da descoberta de ouro nas margens do rio, moveu-se para o norte a fim de tentar melhor sorte na mineração nestas novas lavras. É compreensível que tal deslocamento tenha provocado certa apreensão, visto que a própria Cuiabá (criada há pouco mais de 20 anos, em 1716, e elevada à vila somente em 1727 com o título de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá) não apresentava população numericamente significativa. Aproximadamente dez anos depois, em 1746, a bandeira de João de Souza Azevedo desceu pelo rio Paraguai e seguiu depois pelo Sepotuba, o que, provavelmente, deve ter ocorrido nas bordas da

Chapada dos Parecis. Do Sepotuba entraram pelo Sumidouro e dali para o Tapajós.

Esta especificidade de penetração no território inexplorado pelo europeu gerou o que Laura de Mello e Souza (MELLO E SOUZA, 2001: 41-82) definiu como “formas provisórias de existência”, uma verdadeira civilização em trânsito, calcada na melhor adaptação à mobilidade constante. Fato este que, igualmente, já havia sido notado por Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995), definisse este como um mundo de “caminhos e fronteiras”.

De qualquer forma, se a penetração do europeu na região da chapada e da serra dos Parecis remonta o século XVIII, pelo menos, e na região cortada pelo rio Paraguai desde o século XVI (com os exploradores espanhóis); o contato entre as etnias indígenas da região (Pareci e Nambikwara mais especificamente) e exploradores europeus se deu simultaneamente, como o comprova os relatos de 1736, que insistem inclusive na densidade desta ocupação tradicional. Nas palavras dos exploradores em um único dia de jornada passava-se por até doze aldeias, cada qual com até trinta casas “redondas, do feitio de um forno, mui altas” (BRUNO, 1967: 31).

No século XIX exploradores de passagem pela região novamente notam a presença destes grupos, como o marinheiro francês Bartolomé Bossi (BOSSI, 1863), que em suas anotações de caçador de riquezas salientou a “escuridão da geografia da região” e a “presença única dos índios parecis”. Neste mesmo século, patrocinado pelo Banco Rio Mato Grosso, o missionário salesiano Nicolau Badariotti penetrou na região da chapada dos parecis (BADARIOTTI, 1898) a fim de estabelecer missões religiosas de sua ordem. A associação entre o capital privado e os salesianos tinha como objetivo unir a capacidade pacificadora dos missionários com o capital necessário para as expedições e, a um só tempo, desbravar regiões passíveis de serem exploradas economicamente pela empresa (OLIVEIRA, 2004).

Ao mesmo tempo, correndo em sentido inverso, ou seja, em direção oeste rumo ao que hoje é Goiás abre-se uma segunda vertente exploratória do território mato-grossense. Alguns elementos nos levam a crer que a região do rio Vermelho, para além da Serra de São Vicente, já fosse bem conhecida dos colonizadores desde meados do século XVIII: em primeiro lugar a profusa descrição na documentação colonial dos chamados “índios coroados”, os

bororos, etnia que ocupa a região ainda hoje e que são ocupantes imemoriais da mesma.

Em segundo lugar a existência de bandeiras que passaram ao menos próximo da área do Rio Vermelho e das cabeceiras do São Lourenço, como a dos Anhangueras (pai e filho) e as que produziram os chamados “Roteiros vários às Minas dos Martírios” (referido na documentação indicado, no final deste texto), reunidos pelo padre José Manuel da Siqueira. No caso destes “roteiros”, embora sejam, em grande parte, centrados em relatos de natureza mítica, fazem referências a marcos geográficos auferíveis na região do Rio Vermelho. Em terceiro lugar a existência de um documento nomeado “Informações sobre o sertão que medeia as Minas de Goiás para o Cuiabá no ano de 1791” no qual João Godoi Pinto da Silveira faz uma descrição bastante detalhada, e no mais precisa, da região referida, e com diversas indicações da área onde hoje se localiza Rondonópolis.

Da mesma forma, já no século XIX a região dos rios Culuene, Xingu, Teles Pires, Tenente Lira (muitos com nomes recebidos entre o final do século XIX e primeira metade do XX) e outros do noroeste mato-grossense passam a ser destino de exploradores de origem européia, como Henri Anatole Coudreau (COUDREAU, 1977). Karl Von den Steinen (STEINEN, 1942) e o príncipe Adalbert da Prússia (ADALBERT, 1977). Em verdade as explorações na região do Xingu não cessaram desde meados do século XIX, culminando com a exploração colonizadora da expedição Roncador – Xingu de 1943, financiada pelo governo de Getúlio Vargas e braço ativo da Fundação Brasil Central (VILLAS BOAS, 1994).

Assim, embora a documentação referente à ocupação do centro norte mato-grossense anterior aos anos de 1960 seja bastante escassa e, de modo geral, esteja aguardando alguma organização mínima nos arquivos públicos cuiabanos, é de se supor com bastante precisão de que a região estivesse se não ocupada ao menos reconhecida e explorada há muito. A área compreendida entre as grandes correntes exploratórias descritas acima, a qual inclui as áreas hoje pertencentes ao atual município de Paranaíta não devem ter passado despercebidas aos exploradores dos séculos XVIII em diante.

A região ocupada por tais municípios agrupou até recentemente (décadas de 1940 e 1950) grupos indígenas Kayabi, que ora foram pressionados pela expansão da fronteira agrícola mato-grossense ora dizimados no confronto direto com os colonizadores ou se refugiaram nas terras xinguanas, deixando para trás quase que tão somente uma memória difusa de sua existência na região (FERREIRA, 2001: 427). Em verdade, a expansão da fronteira agrícola na região norte do Mato Grosso, a partir da década de 1960, foi apenas o golpe de misericórdia em diversos grupos indígenas que vinham sendo impactados e empurrados para regiões cada vez mais distantes dos grandes cursos de rios desde o século XIX. A expansão da exploração da borracha e o estabelecimento da chamada “Carreira do Pará” (a rota de navegação fluvial a vapor que ligava Diamantino no Mato Grosso à Belém do Pará, empregando também o rio Juruena) foram os primeiros indícios, ainda no século XIX, do quanto as populações indígenas da região norte do Mato Grosso sofreriam com a expansão colonizadora.

A política para o interior do Brasil, e nisso inclusos os sertões amazônicos, passou a sofrer modificações com a instauração da República no Brasil em 1889. O grupo líder do processo republicano no Brasil transitava há muito pelo pensamento positivista, o que explica o fato de Cândido Rondon (ele próprio um positivista ferrenho) ter sido figura chave no processo de penetração do Estado nos sertões. Para esses republicanos e positivistas a sociedade, como manifestação humana do processo evolutivo, devia progredir sistematicamente através da educação, da ordem, da organização oficial e rígida (CARVALHO, 2002: 17-34). Não era admissível para este grupo que parcelas gigantescas do território nacional estivessem “abandonadas” aos povos “selvagens”. Por outro lado, viam como missão fundamental do Estado “civilizar” esses povos e trazê-los para a ordem nacional, capaz de promover o progresso de todos.

Rondon, neto de uma mistura de etnias indígenas que envolvia grupos Guató, Bororo e Terena, em 1913 já era uma celebridade da República Velha. Em 1900 assumira a chefia da Comissão Telegráfica, cujo objetivo era ligar o extremo norte do país a capital – Rio de Janeiro - através de uma linha telegráfica, cruzando os sertões do centro oeste e do norte do Brasil.

Nessas condições mapeou uma área gigantesca do território nacional – até então parca e precariamente documentadas - e estabeleceu contato com um número muito grande de etnias indígenas, um feito inédito tratando-se de um só indivíduo. Obviamente que a filiação de Rondon, intimamente associada aos indígenas do Mato Grosso, lhe facilitou o acesso aos grupos indígenas e lhe deu o arcabouço necessário para consolidar o contato.

É também mérito de Rondon o estabelecimento das bases do Serviço de Proteção ao Índio – SPI – órgão federal que durante décadas determinou a política indígena nacional e que foi a base da atual FUNAI, a Fundação Nacional do Índio (LIMA, 2002: 155-174).

As ações governamentais, parte delas lideradas pessoalmente por Rondon – a linha telegráfica, a expedição Rondon-Roosevelt, o contato com grupos indígenas diversos, muitos deles arredios ao contato com os brancos, a organização do SPI -, buscaram na primeira metade do século XX dar uma feição mais coesa para a nação, o que implicava na erradicação de “áreas desconhecidas” e de “grupos isolados ou excessivamente autônomos” (COSTA, 1988: 50 e seguintes).

De todas as regiões brasileiras certamente a Amazônia surgia como a mais enigmática e a mais distante dos braços do poder do Estado. Diferentemente do que possamos pensar não é a distância física que determinou o isolamento de certas áreas em relação aos poderes da colonização branca, mas sim a acessibilidade.

Simultaneamente a esse processo de “reconhecimento e formalização da presença do Estado Nacional” a extração da borracha amazônica atingia seu ápice nos primeiros anos do século XX. Em verdade inúmeras circunstâncias confluíam e se entrelaçavam nas primeiras décadas da República no Brasil: o pensamento positivista, a presença significativa e organizada das forças armadas (finalmente organizadas e senhoras de uma ideologia de grupo após o final da Guerra do Paraguai no final do século XIX), a necessidade de conhecer, mapear e integrar regiões distantes, o crescimento da indústria europeia e o avanço neocolonial sobre o continente africano e asiático (o que gerava temores e a necessidade premente de ocupar efetivamente os territórios nacionais) (HERNANDEZ, 2002: 119-158, HOBBSAWM, 2001).

Unindo as diversas demandas – ocupar o espaço, conhecer o território, estabelecer comunicações, “civilizar” os indígenas e trazê-los para a sociedade nacional – o governo federal passou a tomar diversas providências para a região amazônica e Cândido Mariano Rondon se tornou não só em ponta de flecha desse processo como símbolo e herói nacional do mesmo.

Em 1900 começaram os trabalhos de estabelecimento da linha telegráfica que tinha como objetivo cortar o interior do Brasil e ligar as comunicações entre Rio de Janeiro e as capitais da região norte. Rondon foi encarregado de cuidar pessoalmente do processo implantando a linha telegráfica e “pacificando” os indígenas que encontrasse ao longo do trajeto. A linha cortaria os sertões mato-grossenses (o que, hoje, significaria os territórios tanto do Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul) e entraria pelo Pará, atravessando a região do rio Madeira.

Na medida em que as obras da linha telegráfica avançaram e contatos com os povos indígenas foram estabelecidos ampliou-se significativamente a área “colonizável” dos sertões amazônicos. Podemos dizer que foi a primeira movimentação significativa para a ocupação colonial dessas terras desde a ação dos missionários no século XVIII. Vilas e depois cidades, entrepostos comerciais, estradas foram surgindo ao longo da linha telegráfica, ao passo que os próprios povos indígenas eram convocados a ajudar em sua implantação e manutenção, seguindo o princípio de agregar e “civilizar” os povos tradicionais dentro dos quadros do Estado Nacional Brasileiro. Também data desse momento a primeira cartografia sistemática da região.

A partir dos anos de 1950 o processo de ocupação da Amazônia se intensificou com a criação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. (a partir do antigo Banco de Crédito da Borracha) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cujo objetivo era dar suporte para ações de modernização da infra-estrutura e implantação de empreendimentos na região (VIDIGAL, 1992: 67). Embora os resultados dos órgãos de gestão dos assuntos amazônicos tenham ficado aquém dos esperados, foram fundamentais em ações como a modernização do Porto do Pará, na construção da rodovia Belém-Brasília e na implantação de uma série de indústrias na região.

Apesar das ocupações anteriores, a atual ocupação da região centronorte do Mato Grosso se deve, majoritariamente, à construção da BR-163, a Cuiabá-Santarém, a partir da década de 1970.

A construção das grandes estradas federais durante o período do regime militar marcou o surgimento de inúmeras cidades no norte do país. A BR-163, neste sentido, assemelha-se profundamente com a famosa, e tão malograda, rodovia Transamazônica, construída e devorada pela floresta ao mesmo passo. A opção pelas rodovias como artérias de desenvolvimento para a região, bem como para o país em geral, demonstra a lógica estabelecida tanto no plano econômico quanto no social pelos governos militares da ditadura estabelecida em 1964. Não é acidental que tenha sido um batalhão de construção a abrir estas estradas.

A monumentalidade destas obras implica em uma verdadeira compulsão pela demonstração de força e pelo dirigismo estatal na economia e na ocupação do território nacional. No limite, a ocupação do centro norte do país implicava em um conjunto de procedimentos, práticas, movimentos, que associavam vários planos da vida nacional. Este corpo de procedimentos envolvia a forma e a destinação da ocupação, a produção, a comunicação e seus modos, a seleção de quem ocuparia, enfim, uma “civilização dirigida pelo estado” (COSTA, 1988: 65). Certamente se reproduziram na região dois elementos na mentalidade de suas populações: um autoritarismo advindo da idéia de apadrinhamento e proteção pelo estado de feição militar não democrático e, em conseqüência, a fidelidade para com este. É comum na memória das populações da região do entorno da rodovia, e em suas inúmeras diversidades classistas, de gênero ou nível de escolaridade, a simpatia para com os militares, sobretudo para com os membros do 9º. BEC.

No final dos anos de 1970, simultâneo à construção da BR-163, do outro lado do país uma situação fundiária muito diversa da do Centro-Oeste se configurava. Enquanto no centro-oeste e centro-norte do país o governo militar criava uma verdadeira campanha de ocupação e de construção da noção de “vazio demográfico” (uma vez que os povos indígenas eram tidos, ao menos de fato se não na letra da lei, como improdutivos e um funil, um obstáculo, ao progresso, palavra e conceito caros ao regime militar) na região sul do território

nacional a fronteira agrícola se fechava sob a pressão do crescimento demográfico, da divisão das terras produtivas e da desertificação de grandes regiões. Obviamente a tensão social no campo crescia mediante a estes fatores.

Os governos militares concluíram que os problemas, o vazio demográfico e a necessidade de ocupação de um lado e a pressão demográfica e a tensão social do outro, mais do que se acumularem, poderiam se solucionar por complementaridade. É neste mesmo fim de década de 1970 que se organiza no Rio Grande do Sul a célula original do que hoje é o MST, o Movimento dos trabalhadores Sem Terra. Ao mesmo tempo, distante das duas regiões, mas completando o quadro de tensões desta agonia do regime militar, o movimento operário voltava a dar mostras de força e de organização, com o que se passou a chamar de “novo sindicalismo” na região do Grande ABC, Campinas e Osasco (todos em São Paulo). Portanto, se durante os primeiros governos do regime militar implantado em 1964, a lógica tenha sido a da desorganização dos movimentos sociais pelo embate e repressão diretos no final dos anos de 1970 e início dos de 1980, essa solução parecia não mais ser possível. Há que se lembrar que, desde 1977/78, uma ativa campanha pela anistia e um vazamento cada vez maior de informações sobre as atrocidades do governo militar colocavam a opinião pública contra medidas extremas do estado de exceção.

Paranaíta nasceu de outro procedimento bastante comum durante o período militar em sua política de ocupação do centro oeste e centro norte do país: a criação da empresas “colonizadoras”. Incentivados não somente pelas ações governamentais, criando incentivos, órgão fomentadores, linhas de crédito, etc, bem como a execução de uma propaganda maciça que seduzia pequenos proprietários rurais, ou mesmo os grandes, com a promessa de terras infinitas, baratas (chegando a custas, por vezes, até mil vezes a menos do que a mesma proporção em regiões de agricultura antiga como em São Paulo e Paraná) e férteis, milhares de colonos foram atraídos pelo estado e pela iniciativa privada para a região.

Parte da tarefa de comercializar as terras devolutas no centro-oeste foi repassada para as chamadas “colonizadoras”: empresas geralmente do sul do país que compravam lotes imensos de terras do governo para depois loteá-las. Na maioria dos casos o loteamento era oferecido a compradores de uma mesma

região de origem, quando não de uma mesma colônia de imigrantes. Este foi o caso de cidades como Colíder, Nova Canaã do Norte e Itaúba, Alta Floresta e, posteriormente, Paranaíta, que constituiu um desdobramento das primeiras iniciativas de povoamento promovidas pelas empresas colonizadoras.

A origem do município de Paranaíta está intimamente ligada às iniciativas colonizadoras na região de Alta Floresta, no extremo norte matogrossense, entre os rios Juruena e Teles Pires, em princípios da década de 1970. Tendo como idealizador Ariosto de Riva – empreendedor que já havia obtido sucesso na colonização de Naviraí, Caarapó, Glória de Dourados e Suiá Missucu –, Alta Floresta nasceu da iniciativa da empresa colonizadora INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), criada com os ativos da família Riva. Beneficiando-se dos incentivos fiscais que o governo concedia na época para projetos de colonização na Amazônia, a INDECO recebeu empréstimos vultosos que a ajudaram na organização da iniciativa colonizadora. Vale notar, nesse sentido, que a partir dos anos de 1950 o processo de ocupação da Amazônia se intensificou com a criação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. (a partir do antigo Banco de Crédito da Borracha) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cujo objetivo era dar suporte para ações de modernização da infra-estrutura e implantação de empreendimentos na região (VIDIGAL, 1992: 67). Embora os resultados dos órgãos de gestão dos assuntos amazônicos tenham ficado aquém dos esperados, foram fundamentais em ações como a modernização do Porto do Pará, na construção da rodovia Belém-Brasília e na implantação de uma série de indústrias na região.

No que tange à colonização da região de Alta Floresta, de fundamental importância foi o início da construção da BR-163, a Cuiabá-Santarém, com cerca de 1.700 km, no começo dos anos setenta. Sua feitura ficou a cargo do 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro), que edificou seu acampamento nas margens do rio Verde. Em 1973, o 9º BEC já havia atingido o Km 642, o que possibilitou à INDECO a construção de uma estrada vicinal no sentido oeste, cruzando o rio Teles Pires e com 147 km de extensão, em busca da futura sede de Alta Floresta. Esta foi simbolicamente definida em 19 de maio de 1976 (data em que se comemora o aniversário do município),

após uma travessia de colonos pelo rio Teles Pires para a fixação de um teodolito marcando o início de Alta Floresta.

A facilitação no acesso à Alta Floresta permitiu que a chegada de famílias de colonos agricultores se fizesse com mais regularidade e em maior quantidade. Todavia, foi com a descoberta de ouro nas margens do Rio Teles Pires que a povoação das terras de Alta Floresta se consolidou, de forma que em 1978 mais de 15 mil pessoas já habitavam a região. Neste ano, mais de mil garimpeiros se instalaram nas bordas do Teles Pires em busca de ouro, ocasionando certa tensão entre a faiscagem e as iniciativas agrícolas dos primeiros colonos. Dois anos depois, por volta de 10 mil garimpeiros chegaram até Alta Floresta, trazendo consigo outros segmentos interessados na efemeridade da exploração aurífera, tais como donos de bar, mercearias e hotéis. Parte dos colonos originais converteu-se em garimpeiros. Ainda que desigual, o crescimento econômico de Alta Floresta alterou seu estatuto jurídico administrativo em pouco tempo. Em 1977, foi elevada a distrito de Aripuanã, e, dois anos depois, a município.

Diversos fatores – vastidão territorial, diversificação econômica para outros setores, interesses políticos, entre outros – contribuíram para que o município de Alta Floresta fosse dividido em distritos e, posteriormente, desmembrado em novos municípios, seguindo uma tendência geral das frentes de expansão brasileiras, que se iniciam como grandes blocos pra depois se pulverizarem em unidades político-administrativas municipais. De Alta Floresta originaram-se Apicás, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta.

É interessante notar que até o início do processo de desmembramento de municípios no estado do Mato Grosso (e também de estados, visto que, além do território do Guaporé separado em 1943, em 1978 criou-se também o estado do Mato Grosso do Sul sobre antigo território mato-grossense), o qual se acelerou durante a segunda metade do século XX, parte significativa do estado pertencia a poucos municípios como Chapada dos Guimarães, Diamantino e Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante décadas esses municípios disputaram entre si o título de maior território municipal do planeta, alterando-se de acordo com a evolução dos desmembramentos. Aripuanã, por exemplo, dentro dos limites do estado do Mato Grosso, foi o município gerador de parte significativa das demais cidades de seu entorno, foi o núcleo colonizador de toda uma região do Estado.

Dele se emanciparam Alta Floresta, Apicás, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Bandeirante, Nova Monte Verde, Paranaíta, Colniza, Rondolândia, entre outras (FERREIRA, 2001).

No caso de Paranaíta, povoado criado em 29 de julho de 1979, um dos motivos centrais que culminaram na formação de uma unidade autônoma foi o da exploração mineral desenvolvida nas bordas do rio Teles Pires, que margeia todo perímetro norte do atual município, na fronteira com a cidade de Jacareacanga, já no Estado do Pará. Com a chegada de garimpeiros e empresas mineradoras na região, o *lobby* para a criação de um novo município venceu a resistência de alguns segmentos de Alta Floresta. Em 1º de outubro de 1981 criou-se o distrito de Paranaíta, jurisdicionado à Alta Floresta, ao passo que cinco anos depois, mais especificamente a 4 de maio de 1986, estabeleceu-se o município de Paranaíta. Esta denominação advém do Rio Paranaíta que, juntando-se com o Teles Pires, faz divisa do município com o Estado do Pará.

A despeito da importância da mineração, hoje esta se encontra arrefecida, cedendo espaço para outras atividades econômicas como a agricultura (milho, arroz, feijão e café), o extrativismo vegetal (castanha-dopará) e a pecuária bovina (recria e corte). Nesse âmbito, outra atividade econômica singularizou o processo de ocupação de Paranaíta: a extração de madeiras. Os descendentes de alemães Olavo Genz e Ailton Eger foram um dos pioneiros no ramo madeireiro na região, formando uma serraria que, mais tarde, seria conhecida como a “Serraria dos Alemães”, alavancando a chegada de novas madeiras.

- *O extremo sul do Pará: das antigas expedições coloniais à fronteira agrícola de Jacareacanga*

É sabido que, durante o período colonial, tanto a região amazônica como aquelas que lhe ofereciam acesso foram palco de constantes expedições por parte de espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, de modo que esse contato relativamente fácil ao estuário do rio Amazonas se impôs como um dos

motivos centrais para a ação colonizadora portuguesa nas terras hoje abarcadas pelo estado do Pará, sem mencionar, obviamente, do Amazonas e outros. O Maranhão, por exemplo, começou a ser ocupado pelos franceses antes mesmo do que pelos portugueses, que expulsaram aqueles num conflito que se estendeu entre 1613 e 1616, tornando-se assim num marco das investidas de Portugal na região.

Foi justamente nesse contexto de consolidação da presença portuguesa na bacia amazônica, ao longo do século XVII, que se deu o início da ocupação do atual Estado do Pará e, um pouco depois, que foram lançaram expedições para áreas mais longínquas do território paraense, via rios Tapajós e Crapori, já na fronteira com o Mato Grosso, onde atualmente está situado o município de Jacareacanga. A cidade de Belém, hoje capital paraense, nasceu como forte do Presépio, situado na baía de Guarajá, e que fora criado por Francisco Castelo Branco, em 1616, após a expulsão dos franceses do Maranhão. Anos mais tarde, em 1621, fundava-se o Estado do Maranhão, com sede em São Luis, que passaria a abranger as Capitanias do Pará, Maranhão e Ceará.

Com a fundação do Estado do Maranhão, que em termos jurídico-administrativos não estava atrelado ao Estado do Brasil, mas sim diretamente a Lisboa, diversas expedições foram planejadas pela administração metropolitana com o objetivo de fixar a presença portuguesa na bacia amazônica, estabelecer focos de colonização e extirpar de vez o perigo estrangeiro. Digna de nota foi a expedição do capitão Pedro Teixeira, iniciada dez anos após a fundação de Belém, em 1626, que consiste num dos primeiros registros sobre a chegada de portugueses ao rio Tapajós. Desse contato, que também se deu em relação aos nativos da região, nasceu um pequeno povoado, local atualmente conhecido como a Baía de Alter-do-Chão. Cerca de dez anos mais tarde, em 1639, o capitão Pedro Teixeira voltou novamente ao rio Tapajós, dessa vez em companhia dos jesuítas que aos poucos se assentavam na região para catequizar os índios Tapaiuçus, e que criou na foz do mesmo rio uma aldeia de nome Tapajós.

A interferência dos jesuítas nas imediações da aldeia de Tapajós ganhou força com o passar dos anos. Em 1659, o padre Antonio Vieira por ali passou, e foi um dos responsáveis pela organização da missão posterior do padre João Felipe Bettendorf. Com o desdobramento dessa investida, criou-se uma fortaleza

em uma colina nas proximidades do rio Tapajós, mais especificamente em sua embocadura com o Amazonas. Iniciada por Francisco da Mota Falcão, a fortaleza foi terminada por seu filho, Manoel da Mota e Siqueira, em 1697. Concomitantemente, os jesuítas alastraram sua empresa catequizadora na região, fundando as aldeias de São José (ou Matupus), em 1772, Santo Inácio (ou Tupinambaranas), em 1737, Borani e Arapiuns, ambas em 1738.

O sucesso atingido pela colonização jesuítica transformou a região num tipo de entreposto comercial (sobretudo de cacau e cravo) do rio Tapajós e até mesmo do Baixo Amazonas, muito embora a expansão catequizadora na bacia amazônica não fosse apenas produto das ações da Companhia de Jesus. Entre 1687 e 1714 foram expedidas cartas régias fixando o campo de atuação de cada ordem: franciscanos de Santo Antônio, as missões do Cabo do Norte, Marajó e norte do Rio Amazonas; Companhia de Jesus, as dos Rios Tocantins, Xingu Tapajós e Madeira; do Carmo, as dos rios Negro, Branco e Solimões; franciscanos da Piedade, as do Baixo Amazonas; e mercedários, as do Urubu, Anibá, Uatumã e partes do Baixo Amazonas (CRUZ, 1963).

Em meados do século XVIII, todavia, a política para administração dos indígenas na América Portuguesa sofreu um influxo significativo. Com a chegada do Marquês de Pombal à administração portuguesa medidas de cunho ilustrado e com viés modernizador foram implantados na administração do Reino de Portugal e de suas possessões ultramar. Uma das pedras de toque da política pombalina foi justamente a diminuição do poder e da autonomia que as ordens religiosas possuíam na América Portuguesa (MAXWELL, 1997). Em determinadas regiões, em geral naquelas onde o poder da administração colonial era mais frágil, ou seja, nos sertões, as ordens religiosas e suas missões e aldeamentos cresciam de forma assustadora e em vias de rivalizar em poder com o próprio Reino. O caso de “Sete Povos das Missões” no sul e de São Paulo no sudeste mostrava que a relação entre colonos e missionários mantinha-se permanentemente tensa, descambando de tempos em tempos para conflitos abertos. Diante disso, e do privilégio que as ordens religiosas possuíam na administração dos índios, o governo português restringiu o poder das mesmas sobre os índios, confiscou terras e outros bens das ordens, proibiu a abertura de novas missões, restringiu a entrada de noviços e, finalmente, exigiu de Roma a

formal da Ordem Jesuítica a maior rival dos governos português e espanhol (MAXWELL, 1997).

O resultado dessa política desencadeada pelo governo português após a subida de Pombal ao poder, e que somente foi atenuada após sua queda política em 1777, foi a limitação da ação missionária em áreas de disputa pelos braços indígenas, mas, também, nos sertões onde quase que somente as ordens religiosas representavam a ação colonial. Regiões inteiras viram desaparecer ou enfraquecer significativamente a ação colonial, o que representou, em certos aspectos, um influxo no avanço colonizador português (LEONARDI, 1999: 43-64).

No que se refere ao Grão-Pará, medidas de outra natureza foram estabelecidas pelo governo pombalino. Por ato régio de 5 de junho de 1751 criou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, extinguindo-se assim o antigo Estado do Maranhão e Grão Pará, que tinha seu centro decisório em São Luis. Houve, também, uma intensa introdução de capitais nas Capitanias do Maranhão e Pará, especialmente por meio da fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que fomentou a produção e exportação das chamadas “drogas do sertão”. Introduzindo braços africanos, sementes de arroz da Carolina, máquinas de descasque de arroz, melhores processos de cultura do algodão, a administração metropolitana ampliou o leque de áreas de colonização no interior do Grão-Pará, que se notabilizaram pela produção de Cacau, arroz e algodão. Em Belém e arrabaldes, as drogas do sertão serviam como meio circulante.

No início do século XIX, a região amazônica dividia-se, no plano político-administrativo, em duas Capitanias: a do Grão-Pará, com sede em Belém, e a do Rio Negro, subordinada àquela e sediada em Barcelos, embora Lugar da Barra (hoje Manaus) já figurasse como centro decisório rio-negrense. Isso porque a carta régia de 20 de agosto de 1772 havia criado o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, suprimindo o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por essa época, as comunicações com Mato Grosso e Goiás – pelo Madeira, Tapajós e Tocantins – tornaram-se mais efetivas, e com isso as relações mercantis se diversificaram. Cacau, arroz, algodão, açúcar, aguardente, couros secos, canela, anil, óleo de copaíba, cravo fino e grosso, castanha, madeiras

transitavam pelo território grão-paraense, que em 1800 já contava com uma população de aproximadamente 65 mil habitantes (REIS, 1978).

Pelo que indicam os registros de época, a região de Itaituba, que nos anos 1990 cedeu território para a formação do município de Jacareacanga, já apresentava traços de ocupação no início do século XIX. É de conhecimento, por exemplo, que Miguel João de Castro citou a localidade em sua viagem pelo rio Tapajós, em 1812, assinalando-a como um núcleo de comércio de especiarias do Alto Tapajós. Em 1836, Itaituba funcionava como aldeamento de índios vinculado à Província do Grão-Pará, período em que o governo regencial enviou um pequeno destacamento militar com o objetivo de desbravar a região. Nessas andanças pelos sertões paraenses, destacou-se o do tenente-coronel Joaquim Caetano Corrêa, um dos pioneiros do desbravamento das áreas tapajônicas e considerado, inclusive, o fundador do município de Itaituba (PENNA, 1869).

Itaituba esteve subjugada juridicamente à freguesia de Pinhel até 1853, e a de Boim até 1856, ano em que foi elevada à categoria de vila, mas se tornaria cidade apenas em 1900, no início do regime republicano passando, da Lei nº 684, de 23 de março, sendo instalada em 15 de novembro do mesmo ano. A Lei nº 1.152, de 4 de abril de 1883, desmembra parte do município de Itaituba, incluindo em seu território o distrito de Brasília Legal para constituir o de Aveiro, que havia sido criado com a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aveiro à condição de Município.

A despeito de remontar a iniciativas colonizadoras centenárias, Itaituba, e mais precisamente suas faixas de terras meridionais, cedidas para a formação do atual município de Jacareacanga, demoraram a sofrer uma ocupação mais sistemática, o que de fato só ocorreu na segunda metade do século XX, em meio aos governos militares. Tanto a “Marcha para o Oeste” promovida pelo governo de Getúlio Vargas, nos anos 40 e 50, como a implementação de um sistema rodoviário durante os anos JK não alteraram o quadro de ocupação da área atualmente sob jurisdição de Jacareacanga.

Ao longo dos governos militares, o Estado procurou desenvolver programas que visassem um alcance mais integrado entre os setores, ao tentar unificar de forma mais sistemática o mercado nacional, implantando novas redes de estradas – como o arrojado projeto da Transamazônica –, de telefonia e de

comunicação de massas. Nesse sentido, as políticas territoriais se aprofundaram ainda mais. Em 1964, criou-se o Plano de Ação Econômica do Governo; em 1968 o Plano Econômico de Desenvolvimento. O PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), concebido pela primeira vez em 1970 e reformulado em duas versões posteriores, foi o exemplo máximo dessa intenção de implementar um funcionamento intersetorial, ao focar suas ações para a criação de infra-estruturas, recursos humanos e para questões do ordenamento territorial (MORAES, 2002).

Se a modernização dos governos Vargas e JK não foi abandonada, a mesma passou a conter um sentido claramente geopolítico: concentrou-se na esfera federal grande parte da receita; as forças militares estaduais ficaram vinculadas ao Exército; a indústria bélica recebeu incentivos vultosos; desenvolveram-se mecanismos de repressão à cidadania e diminuiu-se consideravelmente o poder político-administrativo dos estados. No regime militar, a modernização do espaço – e não da sociedade – voltou a ser a principal meta do Estado. O próprio Ministério do Interior passou a agrupar todas as políticas territoriais em uma pasta só: a FUNAI, a Secretaria do Meio Ambiente, a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO, o BNH e o INCRA. Os PNDs, por exemplo, possuíam forte base espacial e seus objetivos, já que explicitamente objetivavam a integração territorial.

Inserido nesse contexto, regiões como o Centro-Oeste e Norte surgiam para o Estado brasileiro como um espaço a ser ocupado e modernizado, isto é, como *fronteira* no sentido de uma disposição sobre o território atrelada às demandas da política econômica implementada pelo governo federal. Este acreditava que tais regiões ofereciam condições favoráveis para a aplicação de medidas que, adjacente à ocupação e modernização do espaço, tinham como objetivo o aumento da produtividade do setor agropecuário, a partir de modelos vinculados à racionalidade empresarial de produção. Assim sendo, a colonização dessa região não foi planejada pelos órgãos governamentais com o intuito de promover uma ocupação que beneficiasse a sociedade civil como um todo, mas sim com o objetivo retificar e ampliar a concentração fundiária no país, além de servir como uma válvula de escape para aqueles contingentes populacionais egressos de suas terras em decorrência da modernização da agricultura nas regiões Sul e Sudeste do país.

A queda do regime militar tornou evidente a difícil situação em que o Brasil se encontrava após tantos anos de ditadura. A redemocratização do país derrubou não apenas as instituições ditatoriais como também minimizou drasticamente o alcance do poder estatal. A Constituição de 1988 consolidou a diminuição de poder do Estado ao exacerbar a descentralização política, o municipalismo e a setorização das políticas públicas. Fragmentado, o Estado viu ruírem as políticas territoriais intersetoriais e a concepção de integração territorial. A própria idéia de planejamento passou a ser refutada, ganhando relevo a noção de plano econômico. Conseqüentemente, o Ministério do Planejamento perde espaço para o Ministério da Fazenda, que passou a promover políticas estatais essencialmente econômicas, como por exemplo, o Plano Collor, o Plano Cruzado e o Plano Real.

O caráter descentralizado do aparelho estatal brasileiro após a constituição de 1988 desencadeou uma onda de municipalização em todo o país. Se por um lado a ênfase na autonomia política permitiu que determinadas localidades se emancipassem enquanto municípios e conseguissem articular politicamente de forma mais eficaz, por outro localidades como a Itaituba não conseguiram se estabilizar em decorrência de sua insipiência econômica e da falta de apoio do governo estadual e federal.

Desmembrada de Itaituba, Jacareacanga foi elevada à condição de município em 13 de dezembro de 1991, por decreto do então governador do Pará Jader Fontenelle Barbalho, que na ocasião também tornou município as localidades de Trairão e Novo Progresso. Sua instalação se deu, todavia, apenas em 1º de janeiro de 1993, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos para o pleito municipal de 3 de outubro de 1992.

A economia atual de Jacareacanga gira em torno da agricultura (abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, abacate, mamão e limão), do extrativismo vegetal (copaíba, buriti, carnaúba, açaí, castanha-dopará e diversos tipo de madeira), do extrativismo mineral (Diamantina e Turmalina) e da pecuária (sobretudo bovina, de corte e leiteira), sem mencionar os empreendimentos dos setores secundário e terciário que, no entanto, representam parcela pouco significativa nas atividades desenvolvidas no município.

Em termos gerais, Jacareacanga não se diferencia das demais localidades situadas no sudoeste do Pará, uma das regiões menos povoadas e desenvolvidas desse Estado. Atualmente, todavia, a região vem sofrendo um relativo crescimento econômico por conta do escoamento de produtos agrícolas – sobretudo a soja – produzidos no Mato Grosso por meio da hidrovía Tapajós-Teles Pires e da rodovia Santarém-Cuiabá. Tais carregamentos são transportados até o porto de Santarém, de onde seguem diretamente para o mercado internacional por via marítima.

Embora o surgimento de municípios na fronteira agrícola da Amazônia brasileira prossiga é inegável que ação dos governos militares inaugurou o processo e lhe deu o tom, inclusive coordenando várias ações na região, desde a abertura de rodovias, projetos de mineração e estabelecimento de núcleos de colonização, sobretudo com famílias vindas do sul do país. Hoje o processo de surgimento de novos municípios parece ocorrer como efeito colateral das práticas dos anos de 1970 e 1980, com a permanência dos deslocamentos demográficos do sul para o centro-oeste e norte do Brasil.

- *Patrimônio cultural: terras, culturas e línguas*

A parcela central do estado do Mato Grosso caracteriza-se pela muito recente ocupação colonial de seu território. Apesar das incursões de exploradores europeus, ou mesmo brasileiros, nos séculos passados foi apenas a partir do final do século XIX – com o surgimento da demanda pela exploração do látex de seringueira – que se configurou um processo efetivo de colonização.

Mesmo assim, após o início da exploração do látex de seringueira, o chamado “ciclo da borracha”, demandou-se ainda várias décadas para que se estabelecesse um movimento de colonização mais consistente e amplo. Com a decadência da exploração da borracha, por conta de sua substituição por outras matérias primas ou o surgimento de regiões concorrentes mundo a fora, os núcleos coloniais das regiões amazônicas produtoras de látex tenderam a se dissipar ou entrar em processo de atrofia ou assimilação às comunidades indígenas locais.

Somente com a chamada “marcha para o oeste”, já no período de Marechal Rondon – com a expedição Rondon-Roosevelt e a missão para implantação da linha telegráfica -, é que começaram a surgir novos núcleos coloniais, principalmente no trajeto da linha telegráfica. Isso quase 30 anos após o apogeu da borracha amazônica.

Depois desse momento de criação de núcleos colonizadores, durante a expedição Rondon, um novo impulso foi dado durante o governo Vargas com a Expedição Roncador-Xingu, liderada pelos irmãos Vilas-Boas. Efetivamente, a Roncador-Xingu abriu um caminho para a colonização maciça da região central do Mato Grosso, o qual foi seguido pelo governo militar, estabelecido com o golpe de 1964. Por conta dessa peculiaridade o patrimônio cultural e ambiental no Mato Grosso tomou formas bastante peculiares que, em verdade, se manifesta muitas das vezes de modo violento e conflitante.

O surgimento das áreas de preservação ambiental e cultural (tomando as terras indígenas sob estes dois aspectos, ou seja, como áreas de direito a terra, mas, também, áreas de preservação e resistência cultural) se deu quase que simultaneamente ao avanço da ocupação colonial, sobretudo com fins agro-pecuários. Portanto, a constituição das Terras Indígenas se deu justamente no embate entre a ocupação tradicional e o avanço da sociedade nacional e das estruturas pertencentes a nossa cultura – cidades, estradas, usinas, etc.

Ao mesmo tempo, as cidades surgidas desse processo de avanço da sociedade nacional, como as da região centro-norte do estado do Mato Grosso – Nova Canaã do Norte, Colider, Itaúba, Paranaíta, Jacareacanga, este último já no sul do estado do Pará – se constituíram demograficamente a partir de movimentos migratórios provenientes de diversas regiões do país, mas, sobretudo, da região sul.

Estes colonos, deslocados em famílias e, muitas vezes, agrupados em torno de uma empresa colonizadora, como nos casos de Colider, Colniza, Sinop, Sorriso, trouxeram um forte sentimento de pertencimento a suas regiões de origem. Com isso, e diante de um ambiente razoavelmente hostil e sem uma sociedade branca já constituída onde se dissolvessem, acabaram por reafirmar seus laços de conjunto e suas identidades em torno de práticas regionalistas que se remetem aos seus estados natais. Os marcos de memória e as práticas

culturais em torno das quais as identidades dessas novas cidades da fronteira agrícola se aglomeram se remetem a um passado e a uma região deixados para trás, mas presentes na sua capacidade de se relacionar com o mundo e na sua forma de entendimento do mundo. Por isso a presença e o apreço às casas coloniais de madeira, aos Centros de Tradição Gaúcha, às festas coloniais, aos rodeios a moda criolla (ou crioulo), a culinária sulista mais rústica, e, ainda, a própria criação de uma mitologia em torno das epopéias migratórias dessas populações, com ênfase nas dificuldades e no desafio para “desbravar os sertões”.

De qualquer modo a existência recente de núcleos coloniais duradouros na região central do Mato Grosso, ou mesmo na parcela sul do Pará (com raras exceções) ainda não legou um patrimônio tangível significativo, mesmo porque as próprias comunidades locais – brancas – não se desvincilharam por completo das culturas de suas regiões e de seus marcos de memória.

6.2.2 Comunidades locais

Na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, que compreende os terrenos que serão alagados pelo futuro reservatório da Usina e seu Canteiro de Obras, conta-se com uma ocupação humana bem delimitada, compreendendo as comunidades com as quais estarão sendo realizadas as ações mais intensivas de envolvimento e Educação Patrimonial.

Este texto vem fornecer um perfil destas comunidades, obtido através dos estudos sócio-ambientais realizados pelo EIA, complementado pelas observações e análise feitas pelas equipes de campo.

Na ADA conta-se, assim, com:

- ✚ 86 estabelecimentos agro-pecuários (32 no rio Paranaíta e 54 no Teles Pires)
- ✚ 8 ilhas com ocupação antrópica¹ (entre as 99 existentes no trecho)
- ✚ 23 lotes do Assentamento São Pedro (INCRA)

As atividades desenvolvidas por esta população abrangem, via de regra, a agropecuária, a pesca comercial e esportiva, a exploração de madeira, o garimpo fluvial de ouro, pousadas flutuantes e balsa.

Os estudos do EIA apontaram, para a época (ano 2009), 1.111 pessoas, distribuídas em 303 famílias.

É interessante ressaltar que a ocupação humana se expressa de forma distinta entre a margem direita e a esquerda dos rios Paranaíta e Teles Pires: a margem direita se caracteriza por propriedades de grande e médio porte (de 200 a 2.000 hectares), enquanto que na margem esquerda predominam as médias e pequenas propriedades (abaixo de 200 hectares). As diferenças estão associadas aos diferentes processos de expansão nos cenários históricos de ocupação humana da área pelas frentes nacionais.

Os estabelecimentos agro-pecuários que se distribuem na área são, em sua grande maioria, pastoris. O cultivo é, essencialmente, voltado à produção de alimento para os animais, e em baixa escala culturas de subsistência.

¹ Ilhas Fest Praia, Dinorá, Dinorá II, dos Amigos, Cachimbo, Cheiro do Amazonas, Jacutinga e do Leopoldo.

No que se refere à presença de Associações na ADA, tem-se indicação no EIA de duas delas, voltadas a problemas fundiários.

Já quanto à presença de escolas, tem-se referência a uma única unidade na ADA, a Escola Municipal Getúlio Vargas 1, na área rural do município de Paranaíta, ao lado do Bar do Pipoca. Existe ainda a Escola Municipal Getúlio Vargas 2, já fora dos limites da ADA, na margem direita do rio Teles Pires. Finalmente, tem-se a Escola Municipal Castelo Branco, também fora da ADA, na margem esquerda do rio Teles Pires, na estrada vicinal Quinta Oeste e já no município de Alta Floresta. Trata-se da escola de maior porte, com cerca de 120 alunos em 2009, contendo ainda equipamentos, quadras e computadores.

Conforme analisado no item anterior (Quadro Histórico Regional), a maioria dos ocupantes chegou à área na década de 1980, podendo ser considerados pioneiros no processo de ocupação do norte do Mato Grosso. A maioria (32%) veio do Paraná, estado seguido por Minas Gerais (14%), definindo hábitos culturais e modos de vida trazidos de lá.

Dentre as atividades de lazer identificadas pelo EIA destaca-se a religiosidade (frequência nas igrejas católica e luterana), a visita a parentes e amigos e atividades no rio.

Este é um perfil geral das populações presentes na ADA do empreendimento. Para elas está sendo planejado o conjunto de ações de envolvimento e Educação Patrimonial, a ser desenvolvido pelo Programa, bem como, os levantamentos previstos de Patrimônio Histórico e Cultural.

6.2.3 O Patrimônio Cultural das Comunidades Indígenas

A partir do Project Design apresentado no Capítulo 2, estão sendo desenvolvidos estudos para integração científica do patrimônio cultural das comunidades indígenas presentes na AID e All do empreendimento, voltado à sistematização da documentação disponível (fontes documentais, bibliográficas, cartográficas e iconográficas).

Vale salientar que, atualmente, existem no município de Jacareacanga três Terras Indígenas: (TI) Munduruku, Sai-Cinza e Kayabi sendo que nenhuma delas será diretamente afetada pela Usina Hidrelétrica Teles Pires (**Figuras 16 e 17**). A situação destas TIs compreendem, conforme demonstra o quadro abaixo:

TERRA INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO/ESTADO	SITUAÇÃO JURÍDICA
Terra Indígena Kayabi	Kayabi, Apiaká e Munduruku*	Apiacás - MT; Jacareacanga - PA	Demarcada**
Terra Indígena Munduruku	Munduruku	Jacareacanga - PA	Registrada***

Especial atenção é dada para a significância simbólica das Sete Quedas, sequencia de cachoeiras que se localizam a montante do eixo da barragem, e que estarão sendo alagadas com o futuro reservatório. Efetivamente, a bibliografia reúne diferentes estudos etnográficos e etnoarqueológicos que apontam as Sete Quedas como integrante do território de peregrinação do grupo Munduruku, e também marco territorial do grupo Kayabi. Existem inclusive referências de locais de permanência dos grupos Kayabi na área, o que possivelmente se expressa na forma de sítios

arqueológicos ou outros tipos de vestígios reconhecíveis pelas pesquisas em andamento. Por outro lado, o salto de Sete Quedas integra elementos da cosmologia Kayabi, havendo elementos de cultura imaterial e material que deverão ser integrados.

Considerando, assim, a possibilidade de contar-se, especialmente nas adjacências do Salto de Sete Quedas, com vestígios de ocupações indígenas de grupos habitantes das TIs mencionadas, deverá ser desenvolvido um procedimento de pesquisa que considere as diretrizes técnicas e éticas estabelecidas pelo IPHAN para situações análogas (Arqueologia Étnica, Encontro IPHAN de Ouro Preto, 2010).

Assim, no desenvolvimento do trabalho estarão sendo considerados os seguintes procedimentos e aspectos:

- 1) Prospecções sistemáticas mais intensivas e especiais nas adjacências do Salto de Sete Quedas;
- 2) Pesquisas documentais (bibliográficas, iconográficas e cartográficas) buscando elementos para elaboração de prospecções adicionais direcionadas para pontos-alvo indicados pela documentação;
- 3) Cadastro não interventivo destes locais/vestígios, considerando as diretrizes de Arqueologia Étnica definidos pelo IPHAN;
- 4) Análise junto ao IPHAN do encaminhamento das pesquisas.

Finalmente, vale salientar que se encontra em andamento um Programa Antropológico da UHE Teles Pires, devidamente avaliado, autorizado e acompanhado pela FUNAI. Este Programa pressupõe atividades presenciais com as comunidades indígenas, e serão buscados os pontos de integração e sinergia visando o fortalecimento das informações e ampliação de seus resultados.

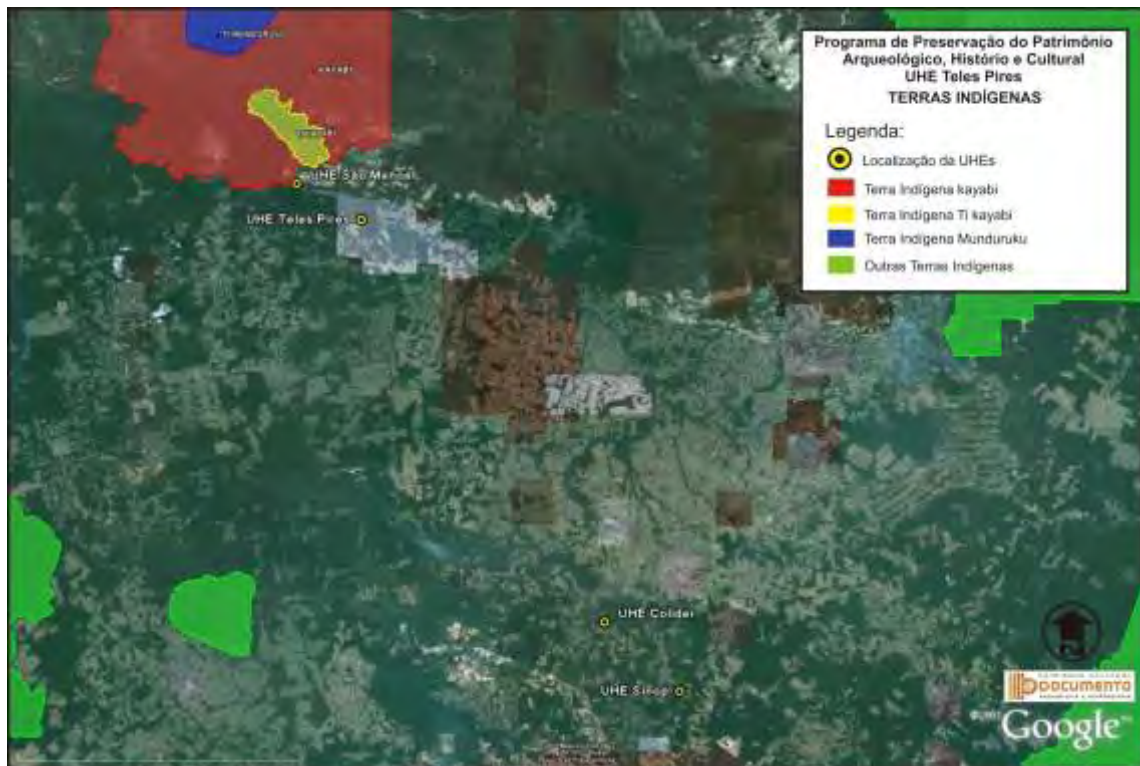


Figura 16 – Localização regional das TIs frente à área da UHE Teles Pires.

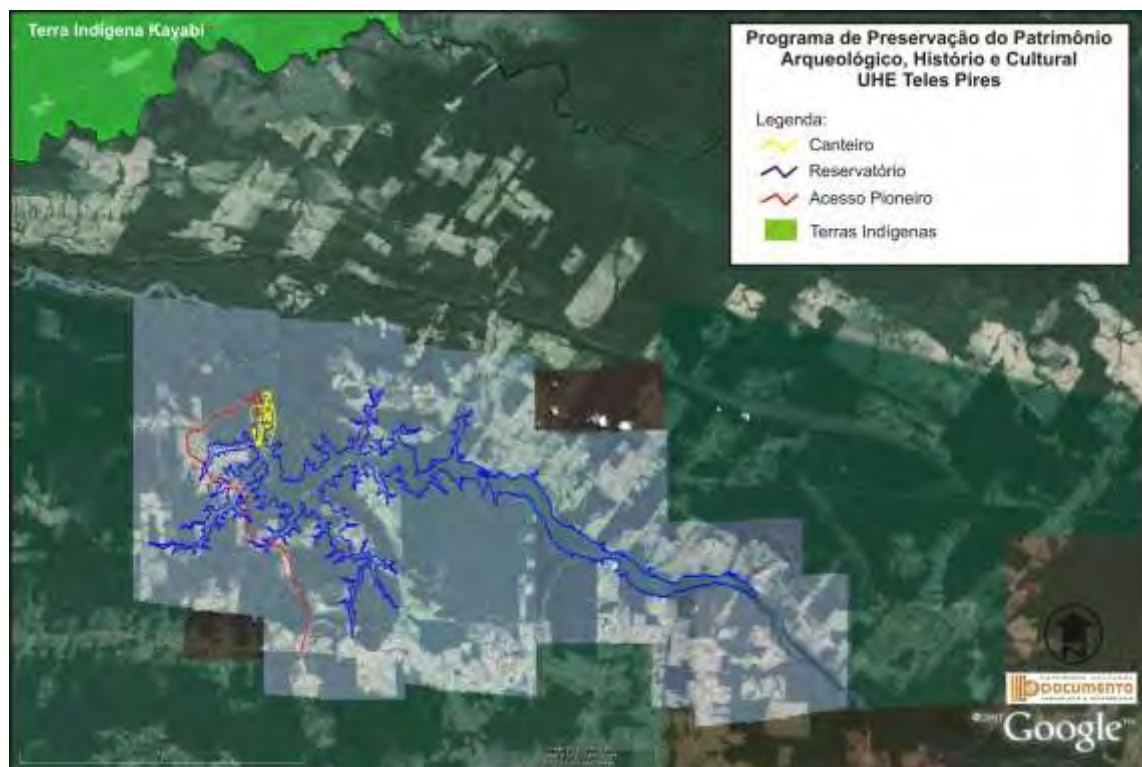


Figura 17 – Detalhe da localização das TIs frente à área da UHE Teles Pires.

7. CONTROLE DE GERENCIAMENTO

O gerenciamento de ações e controle de qualidade do Programa estará sendo feitos através do uso de duas ferramentas, a saber, o GP3 e o *Adaptive Management*.

O GP3 constitui uma plataforma que permite acompanhamento *on line* do Programa através de senha personalizada, fornecendo uma visão das macro-ações e seu posicionamento cronológico.

O *Adaptive Management* corresponde uma ferramenta de maior detalhe, incluindo organogramas complexos, controles diários de ações e equipes, gráficos de atingimento, entre outros.

Assim, cada ferramenta visa atender demandas e contextos distintos, conforme detalhado abaixo.

7.1 Plataforma eletrônica GP3

- Objetivo: Otimizar tarefas de gestão de qualidade, de projetos e de atividades em equipes de trabalho.
- Ação:
 - Consulta via Internet através de senha personalizada (acesso restrito ao Cliente) incluindo: portarias e processo IPHAN, ofícios e documentação geral do Programa, cronograma com indicação detalhada dos estágios da pesquisa, equipes locadas, relatórios parciais e finais, equipes alocadas, contatos.
 - Gestão da segurança de informação através do desenvolvimento das fases do Programa com Controles e Trilhas de Auditoria.
 - Compatibilização dos controles e resultados do projeto aos Programas de Qualidade da empresa, eliminando riscos de não conformidade.
- Resultado: Transparência e Valorização dos Produtos

7.2 Adaptive Management

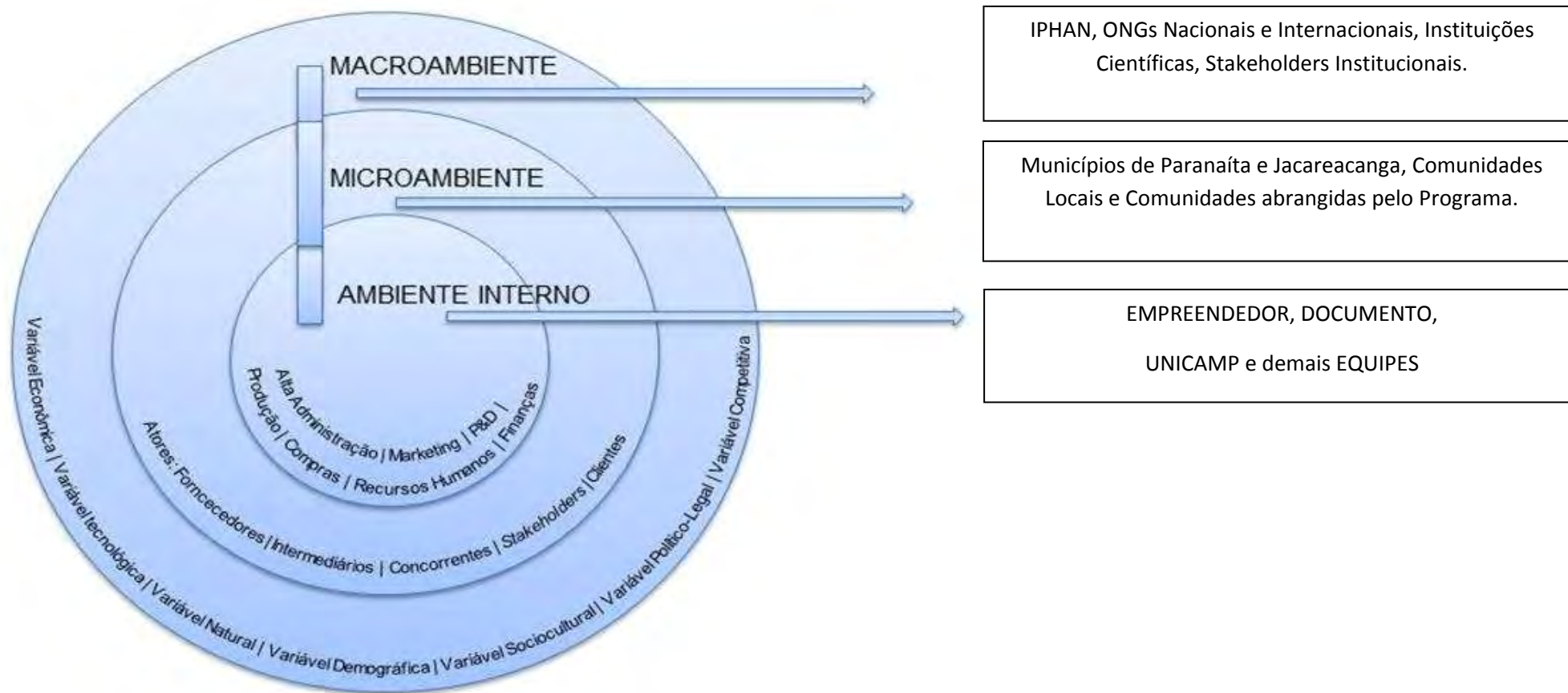
As ações envolvidas no desenvolvimento deste Programa estarão sendo organizadas e estruturadas em um Plano de Trabalho. Para tanto, serão utilizadas as diretrizes do modelo de gestão denominado “Adaptive Management” (para uma síntese vide Salafsky, Margoluis & Redford 2001), dentro de um modelo desenvolvido para exceção e monitoramento de projetos científicos, aqui voltados ao Patrimônio Cultural.

Esta metodologia visa não apenas organizar as diversas tarefas abrangidas para atingimento dos objetivos propostos, mas, especialmente, descrever as prioridades de cada atividade, seus riscos e efeitos operacionais e científicos, dentro de um processo dinâmico de melhoria continuada.

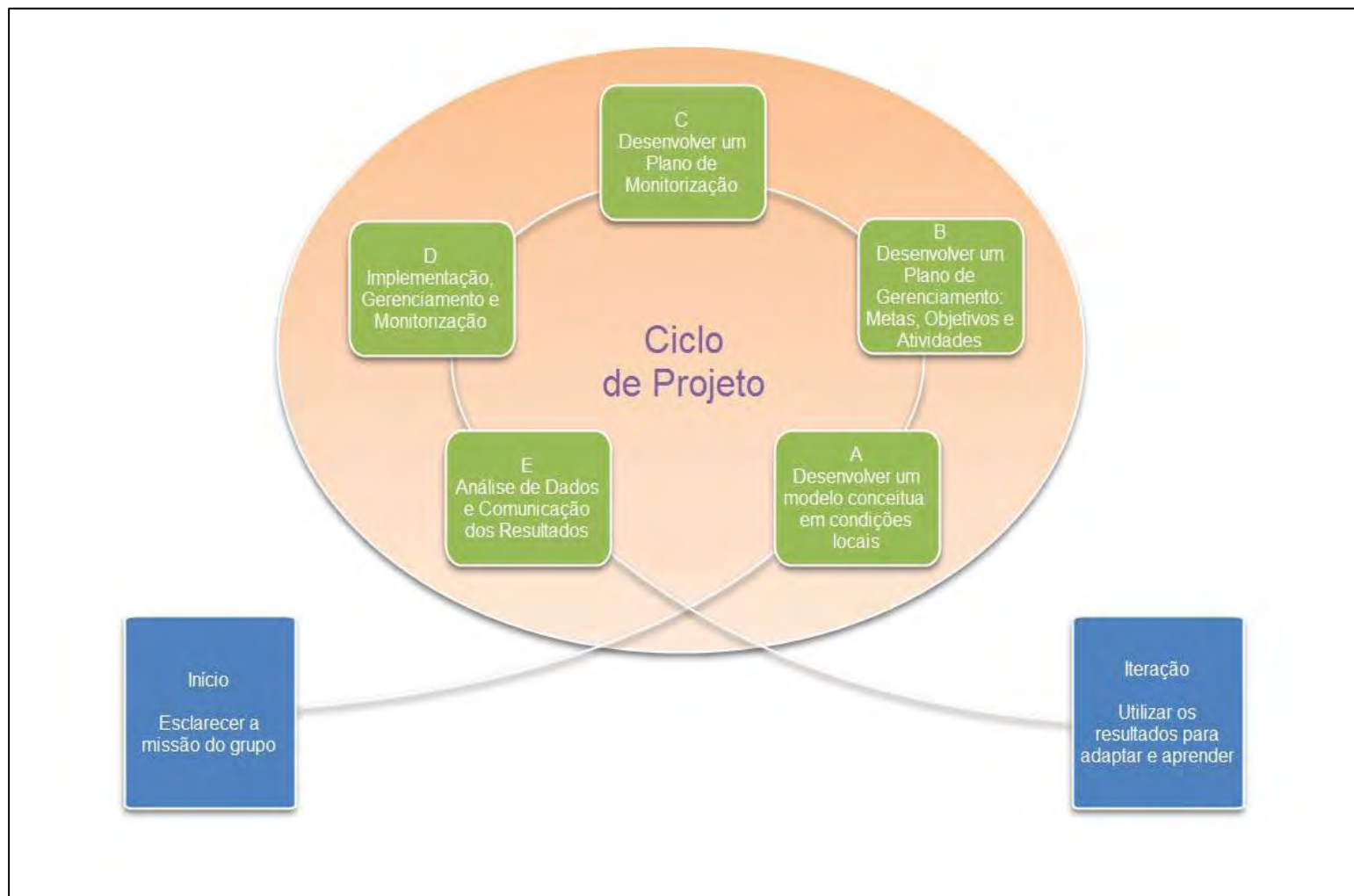
A ferramenta de “*Adaptive Management*” visa, por outro lado, inserir variáveis de controle e avaliação para usos futuros dos conhecimentos obtidos, dentro de uma perspectiva de conservação dos recursos culturais envolvidos e disponibilização tangível de seus resultados. Vale salientar que esta ferramenta tem como origem o desenvolvimento de métodos científicos formais, especialmente aqueles relacionados com contextos complexos e que envolvam diferentes grupos de interesse (*stakeholders*). Nestes casos, não raro o andamento dos trabalhos resulta em grande diversidade e quantidade de variáveis, potencializando o desvio de objetivos e perda de foco. Este risco busca ser controlado pelo *Adaptive Management* através da avaliação continuada do ciclo do projeto e dos gatilhos de avaliação.

Assim, *Adaptive Management* constitui uma via que incorpora reflexão em ação, visando promover a prática da conservação e do aprendizado. Os **Quadros 4 a 6** trazem o esquema conceitual geral desta ferramenta.

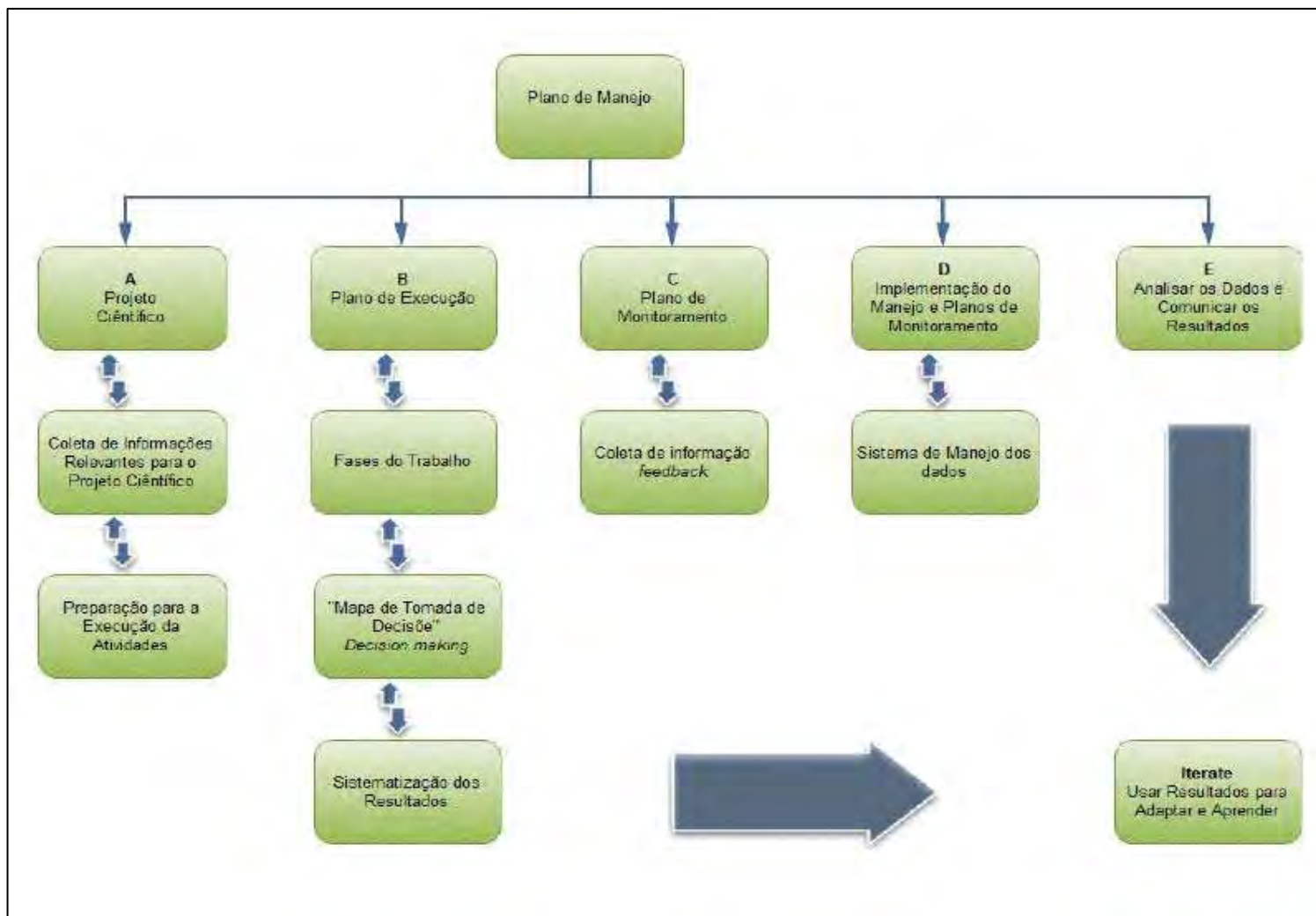
Quadro 4 - Comunidades envolvidas



Fonte: NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Livro Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Quadro 5 - Modelo geral de Adaptive Management

Quadro 6 – Estrutura de planejamento e monitoria de atividades



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

De acordo com o planejamento e cronograma do projeto (**Quadro 7**), no próximo semestre estará sendo dada continuidade simultânea em todas as macro-ações previstas pelo Programa, lembrando que nos encontramos, agora, no mês 6 de desenvolvimento.

Destaque é dado para complementação e conclusão das pesquisas arqueológicas na área do Canteiro, e início das prospecções na área do futuro reservatório.

Em paralelo, serão já iniciadas as ações de educação patrimonial, com abertura em mídia das ferramentas e produtos de apoio e ampliação de acesso.

Prevê-se a entrega de Relatórios Trimestrais de andamento ao IPHAN, para acompanhamento, análise e parecer.

Finalmente, o desenvolvimento do Programa pode ser acompanhado pela plataforma Arqueo@Parque, incluindo alimentação semanal das atividades arqueológicas de campo, constituindo uma forma de transparência do Programa e divulgação de suas ações e resultados.

Quadro 7 – Cronograma mensal de atividades

ATIVIDADE	MESES																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Legalização pesquisa																															
Avaliações estratégicas																															
Estudos documentais																															
Estudos cartográficos																															
Levantamento Stakeholders																															
Trab. Campo Canteiro, Acessos																															
Monitoramento Canteiro																															
Campo Lago, APP, AID																															
Laboratório																															
Análise dados																															
Ed.Patrim.																															
Produtos																															

9. BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abre/Livraria Briguiet, 1930.

AB'SABER, Aziz Nacib, *Domínios morfoclimáticos atuais e quaternários na região dos cerrados*, in *Paleoclimas São Paulo*, n. 10, p. 1-31, 1982.

ADALBERT príncipe da Prússia, *Brasil, Amazonas, Xingu*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1977.

ALBERTI, Verena, *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004 a.

_____, *Ouvir Contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004b

ANDRADE LIMA, T. - Cerâmica indígena brasileira. IN: Ribeiro, D. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira* vol 2:173-230, FINEP-Vozes, Petrópolis, 1986

AUGÉ, M., *Hacia una Antropología de los Mundos Contemporáneos*, Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.

AYLWIN José, *Ralco: ¿Modernidad o etnocidio en territorio mapuche?* Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas de la Universidad de La Frontera, 1998.

BADARIOTTI, Nicolau, *Exploração no norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*, São Paulo: Salesianas, 1898.

BARRERA, "Identidades, lenguas, ideologías. Una interpretación desde la antropología". In: **LISON** et al *Antropología: Horizontes Interpretativos*. Universidad de Granada, 2000.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras*, Cidade do México: F.C.E., 1976.

BECKER, E. & **JAHN**, T., *Sustainability and the Social Sciences. A Cross-Disciplinary Approach To Integrating Environmental Considerations Into Theoretical Reorientation*. Londres: UNESCO, 1999.

BECQUELIN, P. "Arqueologia xinguana". In: **COELHO**, Vera (Ed.) *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, 1993.

BECQUELIN, P, *Relatório de pesquisas arqueológicas no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso*. Museu Paraense Emilio Goeldi, Depto. de Arqueologia, Belém, 1973

BEGON, M., HARPER, J. L. e TOWNSEND. C. R., *Ecology. Third edition.* Blackwell Science, Oxford: s/d, 1996.

BERQUE, Augustin, “Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultura”, *in, CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.), Paisagem, tempo e cultura,* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pg. 84 a 91.

BERKES, F. (ed). *Common Property Resources.* London: Belhaven Press, 1989.

BLACK, F.L. et alii. - Evidências baseadas em HLA e IgG sobre as relações intra e intercontinentais das populações nativas da Amazônia. W.Neves (ed.) - *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia.* MPEG, Belém, 1991

BOCCARA, G. “*Antropología diacrónica. Dinámicas culturales, procesos históricos y poder político*”. En **BOCCARA, G. & GALINDO, S. (Eds.)** *Lógica Mestiza em América.* Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas / Universidad de La Frontera, 1999 A.

_____, “Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro sur de Chile (siglos XVI-XVIII)”. In: *Hispanic American Historical Review*; N° 79 (3) s/d: s/d, 1999B. pp. 425-61.

BONFIL BATALLA, G. 1981 *Utopía y Revolución. El Pensamiento político contemporáneos de los indios en América,* Cidade do México: Edit. Nueva Imagen, 1981.

_____, *Identidad y Pluralismo Cultural en América Latina.* Porto Rico: Fondo Editorial del CEHASS & Ed. De la Universidad de Puerto Rico, 1992.

BO, João Batista L., *Proteção do patrimônio na Unesco, ações e significados,* Brasília, DF: Unesco, 2003.

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização,* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSSI, Bartolomé,] *Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cyuaba y el tributario del grande Amazonas, com la description de la Provincia de Matto Grosso, bajo su aspecto fisico, geografico, mineralogico y sus producciones naturales,* Paris: Libreria Parisiense - Dupray de la Mahérie, 1863.

BOXER, Charles, *O Império marítimo português, 1415-1825*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BROCHADO, J.J. - *An ecological model of the sprad of pottery and agriculture into eastern South America*. Ph.D. Thesis, Univ. of Illinois, 1984

_____ Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *Anais do I Simpósio de pré-história do nordeste brasileiro*, Univ. Federal de Pernambuco, Recife, 1991

BROCHADO, J.J. & LATHRAP, D.W., *Amazonia*. Dep. of Anthropology, Univ. of Illinois, 1982.

BRUNO, Ernani Silva, *História do Brasil, Geral e Regional: o grande oeste*, São Paulo: Cultrix, 1967.

BURKE, Peter, *O que é história cultural?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CÂMARA, F., “Los conceptos de identidad y etnicidad”. *Revista América Indígena* Vol. Vol. XLVI, Nro 4. América Indígena, s/d: s/d, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique e **FALETTO**, Enzo, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. Rio De Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R., “Etnicidad, Eticidad Y Globalización”, in: *Autonomías Étnicas Y Estados Nacionales*. Oaxaca, México: Conaculta-Inah, V. 01, 1998. pp. 31-47.

CARDOSO, Miguel P., “Um mito na sociedade indígena”. *Uapê: Revista de Cultura*, v.2, n.2, março, Rio de Janeiro: s/d, 2000. pp. 88-95.

CARNEIRO, Robert L. “Slash-and-burn Agriculture: a Closer Look at its Implication for settlement Patterns”. In: **WALLACE**, A. F. C. (ed.), *Men and Culture: Selected Papers of the V International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*. Philadelphia: s/d, 1960.

CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas : o imaginário da República no Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara, *História da alimentação no Brasil*. Pesquisa e notas. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 2 ed., 1983, 2 vols. (1 ed. 1967-8)

_____, *Dicionário de folclore brasileiro*, São Paulo: Global, 2002.

_____, *Cultura e civilização*, São Paulo: Global, 2004.

CASTRO E. V. de e **CUNHA**, C. da (orgs.), *Amazônia. Etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1987.

FURTADO, Celso, *O Mito Do Desenvolvimento Econômico*. 4. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 1974.

CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 1, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 2, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Cultura no Plural*, Campinas: Papyrus, 1995.

CHMYZ, I. - Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e alto Paraná. PRONAPA, *Publicações Avulsas* n. 26, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1974

CHOAY, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

COELHO, Vera P., *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, 1993.

COLCHESTER, M, “Dams, Indigenous Peoples and Ethnic Minorities. World Commission on Dams” (www.dams.org), 2000.

COLDING, J., and **FOLKE**, C., “The Taboo System: Lessons About Informal Institutions for Nature Management”. *Georgetown Int’L. Envtl. Law Review* 12, s/d: s/d, 2000. pp. 413-445.

COSTA, Wanderlei Messias da, *O Estado e as políticas territoriais no Brasil: a política e a geopolítica e as geopolíticas territoriais até 64*, São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

COUDREAU, Henry. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia, 1978

CRAIG, J. F. “Large dams and freshwater fish biodiversity”. World Commission on Dams (www.dams.org), s/d.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade*. S. Paulo: Brasiliense / EDUSP, 1986.

_____, *Os direitos do índio. Ensaio e documentos*. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DAWKINS, Richard, *O relojoeiro cego: a teoria da evolução contra o desígnio divino*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005^a.

_____, *O capelão do Diabo, Ensaios escolhidos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE BLASIS, P. A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. - Dam contract archaeology in Brazil: some prospects and a case study at the amazonian border. BID, 2002

DIAS, Eurípedes da Cunha, *Fronteira desmistificada: uma interpretação do processo de colonização particular em Mato Grosso*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DÍAZ-POLANCO, H., "Formación nacional y cuestión étnica". In: *Autonomía regional. La autonomía de los pueblos indios* (Capítulo 1). Cidade do México: Editorial Siglo XXI, 1991.

DIEGUES, A. C., *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

DILLEHAY, T., *Araucanía: presente y pasado*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1993.

DUBUISSON, D., *Mythologies du xxe siècle (Dumézil, Lévi-Strauss, Eliade)*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993.

DURHAN, Eunice (org.), *Malinowski*. "Col. Grandes Cientistas Sociais". São Paulo: Ática, 1986.

DURKHEIM, E. & **MAUSS**, M., "De quelques formes primitives de classification". *L'Année Sociologique* (1901-1902). Paris: s/d, 1903.

ELLIS, Myriam, "As bandeiras na expansão geográfica do Brasil", in: **HOLANDA**, Sérgio Buarque (org), *História geral da civilização brasileira, tomo 1, A época colonial, vol. 1 do descobrimento à expansão territorial, 4^o.ed*, São Paulo: DIFEL, 1972,

ESTEVA FABREGAT, C., *Estado, etnicidad y biculturalismo*. Barcelona: Ediciones Península, 1984.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2002.

FEARNSIDE, Philip M, "Biodiversidade nas Florestas Amazônicas Brasileiras: Riscos, Valores e Conservação". In: *A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais*. INPA, Manaus: INPA, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente, *Mato Grosso e seus municípios*, Cuiabá: Secretaria de estado da educação, 2001.

FEBVRE, Lucien P. V., *Combates pela História*, Lisboa: Presença, 1977.

FENSTERSEIFER, E. & SCHMITZ, P.I.- Fase Iporá. Uma fase Tupiguarani no sudoeste de Goiás. *Anuário de Divulgação Científica* II (2):19-79. UCG, Goiânia, 1975

FONSECA, José Gonçalves da, “Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por ordem do governo”, in: **MENDES DE ALMEIDA**, Cândido, *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, Rio de Janeiro: Typ. Do Commercio de Brito e Braga, 1860. pp. 267-416.

FREYRE, Gilberto, *Açúcar*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (1 ed. 1939)

FRIEDMAN, J., *Identidad cultural y proceso global*. Buenos Aires: Amorroutu editores, 2001.

FUNARI, P.P.A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. – Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil. IN: Hamilakis & Duke (eds.) *Archaeology and capitalism: from Ethics to Politics*, 2005

GARCÍA, R. *Et Al* (Eds.), *Culture, Enviromental Action And Sustentability*. Alemanha: Hogrefe & Huber, 2003.

GARCÍA CANCLINI, Nestor, *La globalización imaginada*, Buenos Aires: Paidos editorial, 2000.

GARRETA, M., “Introducción al tema de la identidad”; in: **GARRETA**, M. & **BELLELLI**, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001 A.

_____, “Una mirada actual sobre el problema de las identidades”; in: **GARRETA**, M. & **BELLELLI**, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001B.

GEERTZ, Cliford, *A Interpretação das culturas*, São Paulo: LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van (1978) *Ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

GIMENO, J.C. “¿Etnicidad contra globalización? Una mirada antropológica”, *Eutopía, Revista de estudios sobre Desarrollo*; N°2, Año 2, Noviembre, s/d: s/d, 2000..

- GOLDSMITH, E. e N HILDYARD**, *The Social and Environmental Effects of Large Dams*, San Francisco, CA, USA: A Sierra Club Book, 1994.
- GOUDIE, A.**, *The human impact*. Cambridge, Massachusetts, USA: MIT Press, 1986.
- GROSS, D.**, “Village movement in relation to resources”, In: R.B. **HAMES** and W.T. **VICKERS** (ed.), *Adaptive Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press, 1983. pp. 429-449.
- GUIMARÃES NETO**, Regina Beatriz, *A lenda do ouro verde*, dissertação de mestrado, Campinas: IFICH/Unicamp, 1986.
- HALL, S.** “Old and New Identities, Old and New Ethnicities”, in: *Culture, Globalization and the World-System*, EUA: The Macmillan Press, 1991.
- HAMES, R. B. & W. T. VICKERS**, “Optimal diet breadth theory as a model to explain variability in Amazonian hunting”. *American Ethnologist* 9, 1982, pp. 358-379.
- HARDMANN**, Francisco Foot, *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HARRIS, M.**, *Cultural Materialism: The Struggle for a science of culture*, Nova Iorque: Random House, 1979.
- _____, *El desarrollo de la teoría antropológica. Historia de las teorías de la cultura*, Cidade do México: Siglo XXI editores, 1981.
- HECKENBERGER, Michael.** *War and piece in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia. A.D. 1250-2000*. PhD. Thesis. Univ. of Pittsburg, 1996.
- HECKENBERGER, M. e FRANCHETTO, B.**, *Os povos do alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro Ed. Uferj, 2001.
- HECKENBERGER, Michael, PETERSEN, J. e NEVES, E. G.**, “Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archeological Examples from Brazil”. *Latin American Antiquity*, 10 (4): 1999. pp. 353-376.
- HILL, Jonathan D.** “Introduction. Myth and history”. In: *Rethinking history and myth: indigenous south-american perspectives on the past*. Illinois, EUA: Univ. of Illinois Press, 1988. pp. 1 – 17.
- HOBSBAWM, Eric J.**, *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*, 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 5ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOOPES, J.W. - Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World 6000-1500 BC. *Journal of World Prehistory* 8(1): 1-49, 1994

HOWARD, Catherine V., "Exchange and the Construction of Identity: Symbolic Dimensions of Brazilian Tribal Exchange Systems and the Construction of Person, Tribal, and Regional Identity". Chicago: Department of Anthropology. University of Chicago, 1982.

HUNT, Lynn (org.), *A nova história cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ISA, Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. <http://www.socioambiental.org/pib/epi/xingu/xingu.shtm> (acessado em 04/01/2006). 2002.

KING, A., "The local and the Global: Globalization and Ethnicity". In: *Culture, Globalization and the World-System*. EUA: The Macmillan Preess, 1991.

KOSELLECK, Reinhard, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Puc Rio, 2006.

LANGDON, E.J. & **GARNELO**, L. (orgs.), *Saúde dos povos indígenas. Reflexões sobre antropologia participativa*, s/d: Contra Capa Livraria / Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

LARRAÍN, J., *Modernidad razón e identidad en América Latina*, Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.

_____, *Identidad Chilena*, Santiago de Chile: Ed. Lom, 2001.

LE GOFF, Jacques, *História e Memória. Trad: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges*, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____, *Pensar la historia. Modernidad, presente, progreso*, Barcelona: Paidós, 1991.

LE GOFF, Jacques, **LADURIE**, Emmanuel Le Roy, *et alli*, *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LE GOFF, Jacques e **NORA**, Pierre (Dir.), *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos problemas*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos métodos*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEONARDI, Victor, *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, Brasília, DF: Editora UnB/Paralelo 15, 1999.

LEVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____, *La pensée sauvage*. Paris: Plon/Pocket, 1962.

LIMA, Antonio Carlos de Souza, “O governo dos índios sob gestão do SPI”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 155-174.

LIMA, Tânia Stolze, “O dois e seu múltiplo”. *Mana*, v.2, n.2, outubro, Rio de Janeiro: s/d, 1996. pp. 21-47.

_____, “O pássaro do fogo”. *Revista de Antropologia*. v. 42, n.1/2, São Paulo: s/d, 1999 A . pp. 113-132.

_____, “Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna”. *Revista Brasileira de C. Sociais*, v. 14, n.40, junho, São Paulo: s/d, 1999B. pp. 1-14.

LINARES, O., “Garden hunting in the American tropics”, *Human Ecology* 4(4): 1976. pp. 331-349.

LÖSCHNER, R, “As ilustrações nos livros de viagem de Karl von den Stainen”. In: **COELHO**, Vera, *Karl von den Stainen: Um século de Antropologia no Xingu*, São Paulo: Edusp, 1993.

LUMMIS, T. “Oral History”. In: **BAUMAN**, Richard (ed). *Folklore, cultural performances and popular entertainments. A communications-centered handbook*, Oxford: Oxford Univ. Press. 1992. pp. 02-97.

MALDI, Denise *et alli.* (org.), *Direitos indígenas e antropologia. Laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: Ed UFMT, 1994.

MARTINS, Edílson, *Nossos índios, nossos mortos*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MARTINS, José de Souza, *Expropriação e violência: a questão política no campo*, São Paulo: HUCITEC, 1982.

MAUES, R.H. e **VILLACORTA**, G.M., “Pajelança e encantaria amazônica”. Comunicação apresentada nas *VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. (mimeo), s/d: s/d, 1998.

MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo e Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992

MCLUHAN, Herbert Marshall, *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Edusp, 1972.

MEGGERS, B., *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

MEIHY, José Carlos S. B., *Manual de História Oral*, 2 ed., São Paulo: Loyola, 1998.

MELATTI, Júlio C. “O mito e o xamã”. *Mito e linguagem social. Ensaios de Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1970. pp.65-76.

_____, *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MENESES, Ulpiano T. B. de, *O objeto material como documento*, aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas”, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980, *mimeo*. _____, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

_____, “A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 33-76.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MILLER, T.E., - *História da cultura indígena do alto-médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso)*. Dissertação de Mestrado na PUC/RS. Porto Alegre, 1983

_____, Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental. *Estudos Atacamenos* 8:37-61, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987

_____, Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte. *Arqueologia, Ambiente e Desenvolvimento*, Eletronorte, Brasília, 1992

MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORI, Victor Hugo, “Arqueologia e restauração: anotações para debate”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 117-138.

ORAN, E., “The Adaptive System of the Amazonian *Caboclo*”. In **WAGLEY**, C. (ed.), *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974.

_____, *A ecologia humana das populações da Amazônia*, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

NAHMAD, S. *La perspectiva de etnias y naciones: Los Pueblos indias de América Latina*, Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996.

NORONHA, Ramiro, “Exploração e levantamento do rio Culuene, principal formador do rio Xingu”. *Publicação n. 75 da Comissão Rondon*. Rio de Janeiro: Depto. De Imprensa Nacional, 1952.

NOVAIS, Fernando Antônio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)*, São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e **MELLO E SOUZA**, Laura de (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1, São Paulo: Cia das Letras, 2001.

OBBERG, Kalervo, “Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil”. Vol. 15. Institute of Social Anthropology Publications. Washington: Smithsonian Institution, 1953.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de, *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra*, Tangará da Serra/MT: Editora Tangará, 2004.

OLIVEIRA, J.E. - A utilização da analogia etnográfica no estudos dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. *Anais da VII Reunião da SAB*, João Pessoa, 1993

_____, *Os Argonautas Guató - aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1995

OLIVEIRA, João Martins de, *Esperança vem na frente : contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1982.

OLIVEIRA, João P. de (org.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, Marco Zero, 1987.

ONG, Walter J., *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*, Campinas: Papyrus, 1998.

ORTIZ, Raul. "Fragmentación política y territorial de Cunco-Mashue. ¿Una nueva estrategia de sometimiento de comunidades indígenas". In: *Revista de los estudiantes de la escuela de antropología UACH*. Ano I, N°1. Valdivia, Chile: s/d, 2004 A.

_____, "Aproximación antropológica al valle de Purén Lumaco: un acercamiento a la reflexión sobre la construcción de la identidad étnica en comunidades mapuche". Informe final de Práctica Profesional para optar al grado de Licenciado en Antropología. Universidad Austral: Chile, 2004B.

PARDI, M.L.O., - Frentes de expansão. Seu potencial e impacto sobre o patrimônio arqueológico - o caso da Amazônia Mato-grossense a partir de um reconhecimento da 14. "CR/IPHAN". *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Porto Alegre. 1995

PERES, C., "Indigenous reserves and nature conservation in Amazonian forests". *Conservation Biology*, 8, s/d: s/d, 1994. pp. 586-588.

PERES, C. e **TERGORGH**. J., "Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility status of existing conservation units and design criteria for the future". *Conservation Biology*, 9, s/d: s/d, 1995. pp. 34-46.

PESEZ, Jean-Marie, "A história da cultura material", in **LE GOFF**, Jacques, *A história nova*, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003. pp. 180-215.

PETRULLO, Vincent, "Primitive peoples of Matto Grosso". *The Museum Journal*, XXIII (2), s/d: s/d, 1932. pp. 83-180.

PETTS, G.E., "Impounded rivers". Chichester, UK : John Wiley & Sons Ltd Publishers, 1897.

PINTO, Edgard Roquette, *Rondônia*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PRADO Jr, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 160.ed, São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1961.

PREBISCH, R. "The Latin American Periphery In The Global System Of Capitalism", UNCLA Review, 1981.

PROECOTUR – Projeto de Pesquisa Arqueológica – Plano de Gestão e estratégia de uso público do sítio arqueológico de Pedra Preta, em Paranaita, Mato Grosso. Paston – Projetos e Assistência Técnica, 2007

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, Universidade de Brasília, 1992.

RAMOS, A. R. F., *Memória das discussões sobre ecoturismo em terras indígenas*. Brasília: Funai, mimeo, 2002.

RAPPAPORT, R. A. 1971. The Sacred in Human Evolution. Annual Review Ecology System 2:23-44.

REDFORD, K. H. e **STEARMAN**. A. M. "Forest dwelling native Amazonians and the conservation of biodiversity: Interests in common or in collision?" *Conservation Biology* 7, s/d: s/d, 1993. pp. 248-255.

REICHEL-DOLMATOFF, G. "Cosmology as an ecological analysis: a view from the rainforest". *Man* 11, s/d: s/d, 1976. pp. 307-318.

RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS DE 1900-1906, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo Major Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Comissão Nacional de Proteção aos Índios – Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 1º. Ed. 1907.

RIBEIRO, Darcy, *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, Rio de Janeiro: Civilização moderna, 1970.

_____, *O processo civilizatório; etapas da evolução sociocultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RIBEIRO, J. F.; C. E. L. Da FONSECA. 2001. Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria. Embrapa, Planaltina, DF, 899p.

ROBRAHN, E.M. - *Projeto de Pesquisa Arqueológica das UHEs de Serra da Mesa e Cana Brava - Relatório I*. IGPA/UCG, Goiânia. Relatório entregue ao IPHAN, 1990

ROBRAHN GONZÁLEZ, E.M. - Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: origens e desenvolvimento. *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Vol. 2, Porto Alegre, :233-248, 1995

_____, *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996

_____, O estudo da interação cultural em Arqueologia. *Suplemento n. 3 da Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1999: 31-34

_____, Grupos Tupi, em busca da terra sem mal. *Brasil 50.000 anos, uma viagem ao passado pré-colonial brasileiro*. EDUSP/ STJ, Brasília, 2001 a.

_____, Reflexionen ueber den Gedrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch (ed.) *Vergleichen als archaeologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR International Series, arbeitgemeinschaft Theorie (T-AG). Berlim, 2000 b: 131-142

_____, Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: W. Neves (org.) *Dossiê Antes de Cabral*. EDUSP, São Paulo, 1999-2000 c: 10-31

_____, As aldeias circulares do Brasil Central. *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial*. EDUSP, : 35-43, São Paulo. 2001 b

_____, To whom belongs this past? *Annales XV Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

_____, Arqueologia e Sociedade no município de Ribeirão Grande, Sul de São Paulo: ações em Arqueologia Pública ligadas ao Projeto de

Ampliação da Mina Calcária Limeira. Revista Arqueologia Pública n. 1, UNICAMP, Campinas/SP, 2006.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. & DE BLASIS, P.A. - Arqueologia do médio vale do Tocantins: pesquisa de salvamento do eixo da UHE Luis E. Magalhães. *Revista de Arqueologia* n. 10, Rio de Janeiro, 1997

ROCHA, Leandro M. *A marcha para o Oeste*. “Índios do Brasil”, Funai, 1992.

ROGGE, J.H. & SCHMITZ, P.I. - Projeto Corumbá: a cerâmica dos aterros. *Anais da VI Reunião Científica da SAB*, Rio de Janeiro, 1992

_____, Projeto Corumbá: a ocupação pelos grupos ceramistas précoloniais. *Revista de Arqueologia* 8 (2):169-180, São Paulo, 1994/95

RONDON, Cândido Mariano da Silva, *Índios do Brasil, vol. II, Cabeceiras do Xingu, Araguaia e Oiapoque*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1953.

ROQUETTE-PINTO, Edgar, *Rondônia*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. 1º.ed, Rio de Janeiro, Arquivos do Museu Nacional, 1917.

ROOSEVELT, A. - Arqueologia Amazônica. IN: Carneiro da Cunha, M. (Org.) *História dos Índios do Brasil*, FAPESP/SMC, Cia das Letras, São Paulo, 1992

ROOSEVELT, Theodore, *Nas selvas do Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1948.

SAAVEDRA, A. *Los mapuche en la sociedad chilena actual*. Santiago de Chile: Lom ediciones y Universidad Austral de Chile, 2002.

_____, *Transformaciones en la sociedad mapuche en el siglo XX*.tese de doutorado, Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 2004.

SAHLINS, Marshal, *Culture and practical reason*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1976.

_____, *Islas De Historia*. Espanha: Gedisa, 1987.

SAID, Edward, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____, *Orientalismo*. Espanha: Libertarias, 1990.

SÁNCHEZ, C. “Elementos conceptuales acerca de la cuestión étnico nacional (primera parte)”. *Boletín de Antropología Americana; N° 15, s/d: s/d*, 1987.

SCATAMACCHIA, M.C.M. - *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981

SCHMIDT, Max, *Estudos de Etnologia Brasileira*. Rio de Janeiro: CEN, 1942.

- SCHMITZ**, P.I. - Projeto Paranaíba - Relatório prévio das atividades de campo. *Anuário de Divulgação Científica* ano II n.2 :9-17, Goiânia, 1975
- _____, Arqueologia de Goiás. Sequência cultural e datações de C14. *Anuário de Divulgação Científica* 3/4:1-15. UCG, Goiânia, 1976/77
- _____, Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. *Estudios Atacameños* 8:16-35, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987
- _____, *Programa arqueológico do MS - projeto Corumbá*. Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas. PUC/RS, São Leopoldo, 1993
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, 1985
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, 1989
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S.; RIBEIRO, M.B. - Temas de Arqueologia Brasileira n.5 - Os cultivadores do planalto e do litoral. *Anuário de Divulgação Científica* n.9, UCG, Goiânia, 1978/79/80
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S.; WUST, I.; MOEHLECKE, S.- Arqueologia do centro-sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisas, *Antopologia* 32, Inst. Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, 1982
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, 1985
- SCHMITZ**, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, 1989
- SILVA**, P.P.C. "Rondon e a Comissão Rondon". *Revista do IHGMT*. Publicações avulsas, n. 2, 1998..
- SIMÕES**, M.F. - Fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi* 18, Belém, 1972
- SIMÕES**, M.F. & ARAUJO COSTA, F. - Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:11-28, Belém, 1987

- SIMÕES**, M.F. & GENTIL CORREA, C. - Pesquisas arqueológicas no baixo Uatamã- Jatapu (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:29-48, Belém, 1987
- SIMÕES**, M.F. & MACHADO, A.L. - Pesquisas arqueológicas no lado de Silves (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:49-82, Belém, 1987
- SIMONSEN, I.; OLIVEIRA, A.P. - *Cerâmica da Lagoa Miararré. Notas prévias*. Museu Antropológico, UFGO, Goiânia, 1976
- _____, Sítios cerâmicos da bacia do Paranã - Goiás. *Arq. Do Mus. de Hist. Natural* VIII-IX:121-129, UFMG, Belo Horizonte, 1983/84
- SIOLI**, H. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Vozes, Petropolis, 1991.
- SMEDLEY**, A. "Race" and the construction of Human Identity". En *American Anthropologist*; V. 100, N° 3; Septiembre: American, Anthropological Association, 1998.
- SOUZA**, Laura de Mello, "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações", in **NOVAIS**, Fernando Antonio (coord.) e **SOUZA**, Laura de Mello e (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 41-82.
- SOINI**, P., "Investigaciones en la Estación Biológica Cahuana". *Reporte Pacaya-samiria*, s/d: Universidad Nacional Agraria La Molina. 1995.
- SOUZA**, R. R.; **VOGT**, R. C. "Incubation temperature influences sex and hatchling size in the neotropical turtle *Podocnemis unifilis*". *Journal of Herpetology*, 28 (4) s/d: s/d. 1994. pp. 453-464.
- SOUZA**, Dilermano A. de (org.) *Catálogo da coleção etnográfica IPHAN/UNB*. Brasília: MinC/IPHAN, 1995.
- STONE**, R. e **WEBSTER**. K., "Allocating water in the Harvey Basin, Western Australia: A case study in public consultation and multi-objective planning. Proceedings of Workshop on Benefits of and Concerns about Dams – *Case Studies*". International Commission on Large Dams, Antalya, Turquia: s/d, 1999. pp. 241 – 262.
- TEIXEIRA**, Fautino (org.) *Sociologia da Religião. Enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

- THIEME**, Inge, "Karl von den Steinen: Vida e Obra". In: **COELHO**, Vera P. (ed.), *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. pp. 35-108.
- TODOROV**, Tzvetan, *Las morales de la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- _____, *La conquista de América*. Cidade do México: Gedisa Editoria /: Siglo XXI, 2000.
- VIALOU**, D.- Un nouveau site rupestre au Mato Grosso, l'abri Ferraz Egreja. *Rev. Do Mus. Paulista XXIX*: 39-53, USP, 1983/84
- _____, Santa Elina: Fouilles dans un abri rupestre du Mato Grosso, Brésil. *Bulletin de la Soc. Préhistorique Française* 89 (10-12): 407-410, 1987
- VIDIGAL**, Circe da Fonseca, *Sinop: a terra prometida, geopolítica da ocupação na Amazônia*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
- VILLAS BOAS**, Orlando, *A marcha para o oeste: a epopéia da expedição Roncador – Xingu*, São Paulo: Globo, 1994.
- VIRILIO**, Paul, *A Máquina de Visão*. Trad: Paulo Roberto Pires, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- VIVEIROS DE CASTRO**, Eduardo B. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- WARNIER**, Jean-Pierre, *Construir e a cultura matérielle: l'homme qui pensait avec ses doigts*, Paris: Puf, 1999
- WEBER**, Max, "O caráter geral do carisma". *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar 1971. pp. 283-291.
- WILBER**, Ken, *Um Deus Social. Breve introdução a uma sociologia transcendental*. S. Paulo: Cultrix, 1983.
- WOLF**, E. *Europa Y La Gente Sin Historia*. Cidade do México: Ed. F.C.E., 1987.
- WUST**, I. - *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás - tentativa de análise espacial*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1983
- _____, Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área nuclear Bororo entre os rios Vermelho e Garças, MT. *Dédalo*, Publicações Avulsas I:161-171, São Paulo, 1989

_____, *Continuidade e mudança - para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo-Goiânia, 1990

WUST, I. & SCHMITZ, P.I. - Fase Jataí, estudo preliminar. *Anuário de Divulgação Científica* II (2): 71-93, UCG, Goiânia, 1975

Documentação consultada

TRATADOS

TRATADO DE TORDESILHAS DE 7 DE JUNHO DE 1494, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO DE LIMITES das conquistas entre os muy altos e poderosos senhores Dom João V, Rei de Portugal e D. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, em Madri, e ratificado a 26 do dito mês, e em Madri a 8 de fevereiro do mesmo ano, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO entre Sua Majestade Fidelíssima, o senhor D. José I, Rei de Portugal e Sua Majestade Católica o senhor D. Carlos III, Rei de Espanha, assinado no Pardo a 12 de fevereiro de 1761, pelo qual se anulou o de 13 de janeiro de 1750 e se mandou observar os anteriores, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO preliminar de limites da América Meridional entre sua Majestade Fidelíssima, D. Maria I, Rainha de Portugal, e sua Majestade Católica o senhor D. Carlos III, Rei de Espanha, assinado em San Ildelfonso, no 1º. De outubro de 1777, e ratificado por sua Majestade Fidelíssima em Lisboa, no dia 10, e, por sua Majestade Católica em San Lorenzo El Real, no dia 22 do mesmo mês

e ano, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

ARTIGOS SEPARADOS DO TRATADO DE SANTO ILDELFONSO, 1777, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO DE AMIZADE, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO COM O PARAGUAI, DE 6 DE ABRIL DE 1856, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

CONVÊNIO DE AJUSTES DE LIMITES COM O PARAGUAI, DE 6 DE ABRIL DE 1856, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO DE LA PAZ DE AYACUCHO, DE 27 DE MARÇO 1867, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TRATADO DE PETRÓPOLIS, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1903, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.61, Cuiabá: IHGMT, 2002.

DOCUMENTOS DIVERSOS

A CIDADE DO OURO E DAS RUÍNAS, de Alfredo d'Escragnole Taunay (Visconde de Taunay), publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.21, original escrito em 1891, Cuiabá: IHGMT, 2001.

ACONTECIMENTOS DA RUSGA, manifesto anônimo, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.36, Cuiabá: IHGMT, 2001.

ANAIS DE MATO GROSSO, de Henrique de Beurepaire-Rohan, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.20, original escrito entre 1843 e 1846, Cuiabá: IHGMT, 2001.

ANAIS DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, de Francisco Caetano Borges, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.28, original escrito em 1754, Cuiabá: IHGMT, 2001.

APONTAMENTOS CRONOLÓGICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, de Augusto Leverger (Barão de Melgaço), versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.19, Cuiabá: IHGMT, 2001.

CARTA SOBRE OS MARTÍRIOS AO CAPITÃO GENERAL LUÍS DE ALBUQUERQUE, de Inácio Xavier, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, original escrito em 1780, Cuiabá: IHGMT, 2002.

DIÁRIO DA DILIGÊNCIA QUE POR ORDEM DO ILMO. E EXMO. SR. JOÃO DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES, GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DA CAPITANIA DE MATO GROSSO, SE FEZ NO ANO DE 1795, A FIM DE DESTRUÍREM VÁRIOS QUILOMBOS E BUSCAR ALGUNS LUGARES EM QUE HOUVESSE OURO, de Francisco Pedro de Mello, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.24, original escrito em 1795, Cuiabá: IHGMT, 2001.

DIVERTIMENTO ADMIRÁVEL PARA OS HISTORIADORES E CURIOSOS OBSERVAREM AS MÁQUINAS DO MUNDO RECONHECIDAS NOS SERTÕES DA NAVEGAÇÃO DAS MINAS DO CUIABÁ E MATO GROSSO, de Manoel Cardoso Abreu, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.55, original escrito em 1783, Cuiabá: IHGMT, 2002.

EXPLORAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, de Rodolfo Waeneldt, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.55, original escrito em 1783, Cuiabá: IHGMT, 2002.

INFORMAÇÃO SOBRE O SERTÃO QUE MEDEIA AS MINAS DE GOIÁS PARA O CUIABÁ NO ANO DE 1791, de João Godoi Pinto da Silveira, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.45, original escrito em 1791, Cuiabá: IHGMT, 2002.

INFORMAÇÕES DO PADRE FRANCISCO LOPES DE SÁ SOBRE A JORNADA AOS MARTÍRIOS, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, original escrito em 1820, Cuiabá: IHGMT, 2002.

NOTÍCIA DA SITUAÇÃO DE MATO GROSSO E CUIABÁ: ESTADO DE UMAS E OUTRAS MINAS E NOVOS DESCOBRIMENTOS DE OURO E DIAMANTES, de José Gonçalves da Fonseca, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.22, Cuiabá: IHGMT, 2001.

NOTÍCIA SOBRE OS ÍNDIOS DE MATO GROSSO DADA EM OFÍCIO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1848 AO MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO, PELO DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS DA ENTÃO PROVÍNCIA, de Joaquim Alves Ferreira, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.33, original escrito em 1848, Cuiabá: IHGMT, 2002.

NOTÍCIAS DOS MARTÍRIOS DE ANTONIO PIRES DE CAMPOS, DADAS POR ANTONIO DO PRADO SIQUEIRA NO ANO DE 1789, de Antonio do Prado Siqueira, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, original escrito em 1789, Cuiabá: IHGMT, 2002.

NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS DE CUIABÁ, de João Antonio Cabral Camelo, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.48, original escrito em 1728, Cuiabá: IHGMT, 2002.

PARTICIPAÇÃO DO ROTEIRO DOS MARTÍRIOS AO CAPITÃO GENERAL DE GOIÁS TRISTÃO DA CUNHA, de Bartolomeu de Campos Leme e Gusmão, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, original escrito em 1799, Cuiabá: IHGMT, 2002.

REFLEXÕES SOBRE A CAPITANIA DE MATO GROSSO, de Ricardo Franco de Almeida Serra, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.57, original escrito entre 1796 e 1809, Cuiabá: IHGMT, 2002.

ROTEIRO APRESENTADO PELO CAPITÃO GENERAL LUÍS DE ALBUQUERQUE POR JOÃO LEME DO PRADO EM OFÍCIO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1774, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, Cuiabá: IHGMT, 2002.

ROTEIRO QUE DEU O CAPITÃO MOR ANTONIO PIRES DE CAMPOS AO CAPITÃO MOR LUIZ RODRIGUES VILARES, PROCURADOR DO POVO DE VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, PARA O DESCOBRIMENTO DE GRANDES HAVERES PARA AS ALDEIAS DOS GENTIOS ARAÉES, de Antonio Pires de Campos Bueno, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, Cuiabá: IHGMT, 2002.

ROTEIROS PARA OS MARTÍRIOS, INDO EM CANOA PELO RIBEIRÃO DE GOIÁS, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.40, Cuiabá: IHGMT, 2002.

VIAGEM A MATO GROSSO, de M. G. Mulhall, versão publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicações avulsas n.11, original escrito em 1876, Cuiabá: IHGMT, 1998.